

Apresentação - Chamada 21 - Nº 21 (2022)

A revista *A palavra* recebeu, nesta edição, artigos sobre Língua e Literatura em diálogo com suas manifestações socioculturais. Os artigos aqui publicados, em língua portuguesa e em língua inglesa, abordaram diversos temas na área da Literatura brasileira, dos estudos de gêneros do discurso e das relações entre memória, identidade e cultura. E são resultados de pesquisas desenvolvidas por professores, pós-graduandos e graduandos de universidades brasileiras.

Seguindo os preceitos da Crítica Literária, o artigo “O perfil do judeu sefardita em terras Amazônicas, em *Brasil, terra da promessa*, de Sultana Levy Rosenblatt”, analisa o perfil do judeu sefardita na Amazônia, por meio da verossimilhança entre a personagem literária, portanto, ser de papel, e o ser humano, matéria viva. Norteando-se por essa envergadura, o artigo, “Religiosidade e conflito: o anti-herói de *A madona de cedro*”, aborda a presença de traços de religiosidade na personagem protagonista Delfino Montiel e como esta afeta ou influencia sua vida. Nesse mesmo bojo, segue o estudo “História brasileira recente no romance *Pessach, A Travessia*” que, centralizando-se na personagem protagonista, procura refletir acerca da importância do debate no romance, durante períodos de exceção, como a Ditadura Militar no Brasil.

Como contribuição aos estudos da Teoria Literária, há o texto “Memórias e traduções: um estudo da relação do traduzir o passado”, que reflete acerca das relações entre a memória e a tradução, sobre o exercício de se traduzir a memória, especialmente, a coletiva. O artigo “Revisitando *Terra Verde*: diálogos poéticos com Eneida”, que também se faz homenagem póstuma à professora Vânia Alvarez, professora acadêmica da Universidade Federal do Pará, que faleceu em épocas da pandemia Covid-19, analisa o autobiografismo e a exaltação da paisagem amazônica em *Terra Verde – Versos Amazônicos*, obra da Literatura Paraense.

O escrito “Produção científica e orientação na Licenciatura em Teatro” pretende compreender a importância da produção escrita na universidade, considerando a construção da identidade de escritores. Já o artigo “A Contrastive study of metadiscourse devices in abstracts and conclusions in linguistics” oferece reflexões sobre os motivos condicionantes dos escritores acadêmicos utilizarem os dispositivos de metadiscorso interativo em resumos e conclusões em artigos de investigação linguística; enquanto que “Humor e preconceito linguístico no ciberespaço: uma análise Sociolinguística” consiste em análises de postagens que circulam na rede social

Facebook, que revelam alguma modalidade de preconceito linguístico; ambos os artigos amparam-se em teorias linguísticas.

Assim, a revista *A palavrada*, apresenta, nesta edição, variados estudos da linguagem, seja literária ou não, em contextos sociais e culturais diversos.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Profa. Dra. Alessandra F. Conde da Silva

Prof. Dr. Sérgio Wellington Freire Chaves

Prof. Me. Paulo Santiago de Sousa

O perfil do judeu sefardita em terras Amazônicas, em “Brasil, terra da promessa”, de Sultana Levy Rosenblatt

Carla Vitória Gomes de CASTRO¹

Resumo: Este trabalho volta-se para o estudo do perfil do judeu sefardita retratado na crônica “Brasil: terra de promessa”, presente no livro *Papéis* (1999) de Sultana Levy Rosenblatt. A escritora belenense pertenceu a uma tradicional família judia e dedicou-se a escrever contos, crônicas e romances. Dentre esses textos, está a crônica *Brasil, Terra da Promissão*, que será objeto de estudo dessa pesquisa. Esta obra retrata os caminhos de luta e conquista pelos quais passaram os imigrantes judeus que, a partir do final do século XIX, chegaram à Amazônia, em busca de liberdade religiosa e atraídos pelas riquezas da região. Utilizaremos as obras de Samuel Benchimol (2009), Henrique Veltman (2005), Reginaldo Jonas Heller (2010), entre outros, como referencial teórico.

Palavras-chave: Perfil do judeu sefardita; Sultana Levy Rosenblatt; *Brasil, terra de promessa*.

Introdução

*Não tens compaixão de mim?
Dai-me abrigo para morar
Não assista o meu fim,
Faça da tua terra o meu lar.
(Maurício Vieira²)*

Sabe-se que para manter viva a história de um povo é necessário que se respeite e cultive seus caminhos de luta, tradição e cultura. Desse modo, o presente artigo, tomando como base os estudos de Samuel Benchimol (2009) e de Reginaldo Jonas Heller (2010), voltou-se para delinear o perfil do judeu sefardita no território amazônico, tendo como texto de análise a crônica “Brasil, terra da promessa” de Sultana Levy Rosenblatt, presente no livro *Papéis* (1999). Rosenblatt nasceu no dia 10 de julho de 1910, em Belém. A escritora pertenceu a uma tradicional família judia e relata em uma crônica a trajetória dos judeus no Brasil e na Amazônia.

¹ Discente do curso de Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Capanema-PA. Email: vitoriagcarla.18@gmail.com

O presente artigo foi escrito sob orientação da professora Dra. Alessandra Fabrícia Conde da Silva. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Federal do Pará/Campus Bragança. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Prodoutoral intitulado: “Ecos Sefarditas: Judeus na Amazônia”, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: afcs77@hotmail.com

²O poema de Maurício Vieira, produzido como uma atividade da disciplina Teoria do texto poético, foi declamado no I encontro do projeto “Eco Sefarditas: Judeus na Amazônia”, realizado em 28 de março de 2019, em Capanema, Pará. O evento promoveu discussões sobre a tradição judaica na Amazônia e apresentou comunicações orais de pesquisas realizadas com o projeto.

Nesta crônica, Rosenblatt (1999) retrata os judeus em momentos históricos importantes para a memória do Brasil e os coloca como filhos desta terra. A propósito do gênero crônica, é importante entendermos o seu conceito, tomando como referência os apontamentos de Massaud Moisés em *A Criação Literária – Prosa II*. A palavra crônica, no latim *chronica*, significava no início da era cristã uma relação de acontecimentos vistos por uma sequência cronológica (MOISES, 2003, p.101). Com o tempo, recebeu outras designações e perdeu o caráter estritamente informativo. Assim, o autor enfatiza que o gênero crônica “oscila entre a reportagem e a literatura” (MOISÉS, 2003, p.101), porém é marcada pela ambiguidade, ou seja, para Moisés, a crônica utiliza-se não apenas de uma linguagem puramente jornalística, informativa, mas flerta com importantes aspectos literários. Não pretendemos, neste trabalho, fazer um estudo sobre o gênero crônica, tampouco estudar os aspectos literários presentes em “Brasil, terra de promessa”, embora reconheçamos que Rosenblatt se valeu, por exemplo, de uma rede intertextual para desenvolver as informações sobre a presença judaica no Brasil e na Amazônia, como podemos ver, por exemplo, na epígrafe disposta no texto que fala sobre a expulsão dos judeus do Egito e que rumaram para Canaã, em alusão ao texto bíblico: “Saindo do Egito, os judeus foram guiados por Deus a Canaã...” (ROSENBLATT, 1999, p. 159). Além disso, em um jogo de irônica comparação, correlaciona o descobrimento do Brasil com a necessidade de se encontrar um lar para os judeus expulsos da Península Ibérica: “E foi na hora do desespero [...] que surgiu o Brasil...” (ROSENBLATT, 1999, p. 159).

Há, no entanto, um personagem que se destaca na crônica: o judeu. Este ganha singular protagonismo, por isso, esse trabalho entende a importância de traçar o seu perfil ou os seus perfis. Considerando a imigração judaica para o Brasil, sobretudo, para a Amazônia, é necessário estudar sobre as razões que conduziram os judeus ao território brasileiro. No processo de conhecer o perfil ou os perfis do judeu sefardita na Amazônia, torna-se necessário compreender como os judeus foram concebidos em relação à história nacional e a maneira como esse imigrante concebeu a terra amazônica. Alguns elementos temáticos se destacam na crônica, tais como: a presença dos judeus no descobrimento do Brasil, a presença judaica em solo amazônico, o processo de luta para almejar a liberdade religiosa e a conquista financeira.

A história dos judeus no Brasil tem início desde o descobrimento do país, como Rosenblatt enfatiza na crônica. A autora comenta que, tão logo avistadas, as terras brasileiras foram percebidas por muitos portugueses como uma colônia de exploração, com o intuito de investir e lucrar, destinando as riquezas aos cofres de Portugal, pois o mesmo estava “em

penúria” (ROSENBLATT, 1999, p. 160). Dentre os povos vindos de Portugal, estavam os judeus que enxergaram no Brasil “a possibilidade de uma pátria livre” (ROSENBLATT, 1999, p. 159). Conforme a escritora paraense, a perspectiva de uma vida próspera e longe das perseguições inquisitoriais foi criada por Gaspar da Gama, um judeu com batismo cristão. Neste propósito, Henrique Veltman (2005, p. 02), em *Os Hebraicos na Amazônia*, afirma que “os filhos de Israel enxergaram nos descobrimentos e nas conquistas uma finalidade e uma escapatória”. Logo, a fim de fugir das perseguições da Santa Inquisição e gozar da liberdade religiosa, esta minoria ancora nesta terra selvagem, lançando “as primeiras sementes de civilização” (ROSENBLATT, 1999, p. 160).

Em “Brasil, Terra da Promissão”, os judeus são retratados como um povo que precisou percorrer um grande caminho de luta para manter a fé no Deus de Israel, além de se disporem a refazer as suas vidas, dedicando-se à produção do tabaco e da cana-de-açúcar, criando laços com os índios, o que lhes favoreceu muito em relação à terra e aos seus benefícios. Rosenblatt, para falar sobre a presença judaica no Brasil, desde os tempos coloniais, cita José Ramalho, reconhecido como judeu e, acima de tudo, por recusar-se a receber o batismo cristão na hora da morte, conforme determinações inquisitoriais: “João Ramalho é tido como judeu pelo seu perfil semita, pela letra hebraica com que inicia sua assinatura, e pela persistência em se negar a receber sacramentos cristãos à hora da morte, com 112 anos” (ROSENBLATT, 1999, p. 162).

Vê-se, portanto, que indícios de judaísmo se mantiveram firmes numa terra dominada pelo cristianismo, que flertava com atitudes antijudaicas. O judeu, nesses tempos, precisou viver seu judaísmo às escondidas. Talvez ali fosse só o começo de uma grande história de imigrações e de lutas, de chegadas e partidas. Rosenblatt (1999) cita a chegada dos holandeses e também mais uma partida dos judeus, os quais se viram, novamente, obrigados a partir e a fugir dos tribunais da Santa Inquisição. Com isso, o povo judeu procurou como abrigo as terras da Inglaterra, Holanda e outros permaneceram em terras brasileiras disfarçados nos mais diversos cargos, ocupando, nesse momento, espaço no clero, na medicina, no plantio e quando descobertos, eram condenados à morte, como Rosenblatt atesta em sua crônica:

Uma das vítimas é Antonio José da Silva, o Judeu, nascido no Rio. Advogado, poeta, teatrólogo, “incontestavelmente a maior figura da época (“Ronaldo de Carvalho, “Pequena História da Literatura Brasileira”) e considerado “o mais importante autor teatral do Reino”. Sua mãe e sua esposa haviam sido também castigadas pela Inquisição, e Antonio José, após longo processo, foi condenado a morte no garrote e seu corpo queimado na fogueira em praça pública. (ROSENBLATT, 1999, p. 168).

Em “Brasil, terra de promessa”, Rosenblatt apresenta aspectos da trajetória judaica no Brasil que vai além dos primeiros momentos do descobrimento do país. Ela apresenta a figura de um judeu poliglota, conhecedor de várias línguas e de costumes universais: “Gaspar da Gama, que acompanhou o navegador português nessa célebre viagem, na qualidade de tradutor, poliglota e grande conhecedor dos roteiros das Índias e da África” (ROSENBLATT, 1999, p. 159). Ao comentar-sobre os primeiros imigrantes judeus no Brasil, Rosenblatt afirma que o judeu Gaspar da Gama, que seguiu seu padrinho de batismo cristão, Vasco da Gama, na viagem de descobrimento do Brasil, tinha cultura humanista exemplar. Além de serem conhecidos pela sua capacidade de trabalho, os judeus sefarditas eram prestigiados pelo seu intelecto, por serem pessoas cultas.

Além disso, Rosenblatt referencia a conquista da liberdade destinada aos judeus conforme o exposto na Lei de 73, assinada pelo rei de Portugal, José I, e influenciada pelo Marquês de Pombal, em 25 de maio de 1773. Com tal lei, os judeus ficaram “livres” de perseguições, contudo, já tinham perdido importantes elementos da identidade judaica, como suas sinagogas e seus livros. Muitos perderam suas vidas. No século XIX, D. Pedro II interrompeu as restrições, em relação à vinda dos judeus ao território brasileiro, assim, agora, muitos judeus emigraram do Marrocos, Turquia e de outros lugares. Para Benchimol (2009, p. 309),

os novos imigrantes judeus, em sua maioria, provinham do Marrocos do norte espanhol, sobretudo das cidades marítimas e portuárias de Tânger, Tetuan, Ceuta, Arcila, Larache, do Marrocos árabe e berbere, do sul e do interior como Rabat, Salé, Fez, Meknês, Marrakesh, Mazagan, Mogador e Agadir. Os primeiros de origem sefaradita (Sefarad em hebreu significa Espanha) haviam sido expulsos em 1492, da Espanha e, em 1496, de Portugal. Falavam espanhol, português, ladino e hakitia, um dialeto misto de castelhano, português, hebraico e árabe, além de francês e inglês aprendido nas Escolas da Aliança Israelita Universal. Os primeiros se intitulavam megorashim – os exilados da Ibéria e os últimos eram cognominados, injustamente, de forasteiros – toshavim – que eram os judeus moradores nativos do interior do Marrocos, árabe e berbere, com séculos de tradição oriental nos países do Magreb, talvez emigrados do Egito e Israel após a destruição do templo no ano 70 da era atual. Eles falavam árabe e berbere dos povos primitivos que habitavam o interior do Marrocos, que os sefaraditas chamavam de arbia porque nem mesmo os judeus fluentes em árabe conseguiam entender o seu linguajar nativo.

Assim, inebriados, inicialmente, pelo sonho de conquista e de liberdade, os judeus sefarditas emigraram do Marrocos e destinaram-se às terras amazônicas.

As visões sobre a terra amazônica e o perfil do Judeu Amazônico

Por que emigraram os judeus marroquinos para a Amazônia, no século XIX? Benchimol, em *Amazônia: Formação social e cultural* (2009), explica os motivos do êxodo dos judeus, oriundos do Marrocos:

O êxodo dos judeus-marroquinos é explicado por meio dos diferentes fatores de expulsão: pobreza, fome, perseguição, discriminação, destruição de sinagogas, etc., como de forças de atração e favorecimento, de ordem política e econômica oferecida pelo Brasil e Amazônia, como a abertura dos portos, tratados de alianças e amizade, extinção da inquisição, liberdade de culto, abertura do rio Amazonas à navegação exterior e outros elementos que contribuíram para buscar a Amazônia – a nova Terra da Promissão – a Eretz Amazônia (BENCHIMOL, 2009, p. 259).

Assim como descreve Benchimol, conforme vimos acima, a crônica de Rosenblatt (1999) também mostra que a chegada dos judeus no território Amazônico foi um movimento que se alimentou de um sentimento de esperança para os judeus que procuraram, em território amazônico, tentar a sorte. Para Aldilene de Moraes (2019, p. 288), “o que justifica a preferência deles pela Amazônia e não por outras regiões do Brasil, concerne no fato deles acreditarem ser um território onde iriam encontrar riquezas, como ouro, pois estavam em busca da terra da promessa”. Porém, ao chegarem a terras amazônicas, a maior parte deste povo não gozou do bem-estar tão almejado, pelo contrário, sofreram as agruras de uma vida praticamente primitiva e espinhosa, na terrível selva amazônica. Contudo, a crônica de Sultana Levy Rosenblatt aponta e referência o judeu pela sua “capacidade de trabalho” (ROSENBLATT, 1999, p.171). Veltman (2005), em *Os Hebraicos na Amazônia*, diz que

o domínio mercantil, basicamente exercido primeiro pelos judeus e, mais tarde, também pelos árabes e adiante pelos japoneses, estabeleceu uma rede informal de proteção social, em troca de exclusividade da comercialização dos bens agro-extrativistas produzidos nos núcleos de seringueiros, castanheiros, colonos, ribeirinhos, extratores diversos e outros, ligados, em geral, à vida de povoados, vilas e pequenos centros urbanos de apoio (VELTMAN, 2005, p. 36).

Desse modo, Rosenblatt (1999, p. 174) enfatiza em sua crônica um dos grandes marcos dos judeus na Amazônia: a contribuição na economia da região. Benchimol apresenta pensamento análogo:

a capacidade de assumir riscos e penetrar no desconhecido do interior amazônico e de inovar depois no campo do comércio, indústria, profissões e serviços estavam presentes entre os pioneiros judeus e seus descendentes. Este tipo de cultura e comportamento foi estimulado pela coesão e incentivo familiar e pela boa formação do lar, educação escolar em todos os níveis, pelo espírito de poupança (que alguns interpretam como sovínice) e pioneirismo de emulação e competitividade. Tudo isso junto, aliado ao desejo de se tornar livre, de ter um negócio próprio, de fazer fortuna

e de se tornar independente, para poder vencer o preconceito e até a hostilidade, completam e complementam essas qualidades e atributos, responsáveis pelo surgimento de um número tão grande de empresários judeus, mesmo na segunda e terceira gerações (BENCHIMOL, 2009, p. 394).

É bom frisar que, além da grande importância para a economia local, outro grande registro da presença judaica na Amazônia, presente na crônica “Brasil, Terra da Promissão” e que marca o perfil deste judeu imigrante na obra, é a fé no Deus de Israel, mesmo em tempos e lugares adversos, e a sua consequente demonstração de orgulho, como traço perpetuador da fidelidade do judeu à sua identidade judaica. Isso se torna um grande registro de judeidade, posto que auxilia na formação do perfil do judeu amazônico. A propósito da noção de judeidade, Reginaldo Jonas Heller (2010, p.136) comenta que o conceito diz respeito à condição judaica, às tradições e à cultura judaica. Para Heller (2010, p. 142), “a identidade judaica era não apenas profundamente arraigada como admitida com orgulho e alegria”. Ademais, para fundamentar esta investigação, na crônica de Rosenblatt (1999), temos a figura de João Ramalho, citado anteriormente, um judeu que se negou a receber o batismo cristão na hora de sua morte, conforme ocorreu a tantos outros judeus. Na Amazônia, há os judeus que sofreram sem suas sinagogas, longe de suas comunidades religiosas, sustentados apenas pela fé no trabalho e no Eterno. Heller (2010, p. 21) diz que o

imigrante tentava adaptar-se, lutando a todo momento por não se deixar descaracterizar, ou não deixar escapar a imagem que tinha de si em termos de tradição, religião, língua, hábitos e costumes. Apesar disso, aquele judeu marroquino e seus descendentes construíram na região, e no Brasil, uma nova identidade.

Na crônica “Brasil, terra de promessa”, Rosenblatt sentencia que é um milagre a língua hebraica se manter viva, não ter se perdido num ambiente tão isolado, onde os judeus se encontravam sem seus livros e sinagogas. Apesar disso, a língua se manteve em uso, nas orações e em alguns costumes da religião. Rosenblatt (1999, p. 176) ainda comenta, a esse respeito, que com o fracasso do nazismo, os judeus reergueram o judaísmo, “reeditaram livros de orações, criaram escolas, fomentaram na juventude o interesse pelo idioma hebreu, [...], reacenderam nos filhos de Israel o orgulho de serem judeus”.

Considerando as informações apresentadas acima, sobretudo, às referentes ao longo processo de luta enfrentado pelos judeus até a chegada ao território amazônico, a crônica utilizada nesta pesquisa também procura compreender como o judeu depreendeu o território mencionado:

Nos fins do século XIX as novas imigrações procuravam a Amazônia, esperando talvez que longe da civilização pudessem viver em paz, ou então atraídos pelas fábulas sobre as fáceis riquezas encontradas na região. Tudo resultou em sonho. Só conheceram a vida difícil e primitiva da selva. Lá mesmo muitas vezes foram vítimas de pogroms, saqueados, maltratados, e se algum chegou a gozar de bem-estar, depois de muitos anos de trabalho dentro da floresta hostil (ROSENBLATT, 1999, p. 170).

Vale ressaltar ainda que, embora os judeus viessem para a Amazônia, talvez atraídos pelos contos sobre as diversas riquezas da floresta ou pelos fatores já mencionados, a trajetória da maioria desses imigrantes foi longa e sofrida, como se pôde observar no artigo intitulado *A prostituição e a condição judaica em Cabelos de Fogo* de Angélica Pinheiro (2019), em que se discute “a trajetória da personagem judia Hana, culminando a verificação de aspectos da presença e da condição judaica na Amazônia” (PINHEIRO, 2019, p. 115). Neste artigo, comenta-se sobre a prostituição de judias na Amazônia, as chamadas “polacas”, um capítulo que faz parte da história dos judeus na Amazônia.

Rosenblatt ainda descreve como estes imigrantes judeus sefarditas vinham carregados de ilusão, com esperança de gozar de uma vida plena, mas isso estava longe de tornar-se realidade, uma vez que saques às mercadorias vendidas pelos judeus e os perigos da densa floresta se tornaram, em muitos casos, uma realidade sofrida para esses imigrantes. Contudo, a autora ainda comenta que a forte imigração judaica, no final do século XIX, trouxe importantes e conhecidos nomes judaicos para a Amazônia brasileira: “vieram os Benoliel, os Bensimon, os Levy, os Benchimol, os Cohen, os Aben-Athar, os Nahmias, os Pinto [...]” (ROSENBLATT, 1999, p. 171), dentre outros, que chegaram carregados de esperança.

Além dos casos de prostituição, dos saques e das agruras da floresta amazônica, os judeus também tiveram que lidar com ondas de xenofobia, presente na região amazonense, como ocorreu em 1832. A esse respeito, Heller explicita (2019, p. 2) que

a primeira do Brasil independente ocorreu em 1832, durante a revolta paraense conhecida como Cabanagem, quando dois judeus e alguns ingleses foram mortos numa onda de xenofobia contra estrangeiros. Mas o horror, mesmo, ocorreu em 1901, nas localidades de Cametá, Baião, Mocajuba, Araquereruba, Mangabeira, Prainha, avançando pelas margens dos rios, onde os judeus tinham suas casas-armazéns, geralmente nos igarapés do "jacob", do "isaac" ou do "moisés". Foi quando ficou conhecido o episódio do "mata-judeu" e o massacre de Massauari, em Maués. Em Cametá, a anterior tranquilidade dos Sabbá transformou-se, repentinamente, em pilhagens e saques do comércio judeu, fazendo com que, na época, a comunidade buscasse refúgio em Belém.

Nesta conjuntura, tem-se em vista que a Amazônia foi concebida, inicialmente, como uma espécie de terra prometida em que a comunidade judaica poderia viver livremente a sua fé. Para Rosenblatt (2019, p. 1), “apenas haviam-se mudado do purgatório para o inferno”.

Além disso, considerando a trajetória percorrida pelos judeus ao longo dos anos e como este povo contribuiu para o desenvolvimento do país, outro ponto importante, apresentado na crônica “Brasil, Terra da Promissão”, é a maneira como este judeu se concebe em relação à história nacional. Logo, faz-se necessário retomar alguns elementos que contribuíram para este caminho de liberdade e construção do orgulho do povo judeu, são eles: o processo de miscigenação judaica na Amazônia; a contribuição para a economia local, principalmente, no período áureo da borracha; e a “chama” de uma fé que se manteve acesa mesmo após tantos anos de perseguições. Segundo Rosenblatt (1999, p. 171):

as novas imigrações procuravam a Amazônia, esperando talvez que longe da civilização pudessem viver em paz, ou então atraídos pelas fábulas sobre as fáceis riquezas encontradas na região. Tudo resultou num sonho. Só conheceram a vida difícil e primitiva da selva. Lá mesmo muitas vezes foram vítimas de pogroms, saqueados, maltratados, e se algum chegou a gozar bem-estar, depois de muitos anos de trabalho dentro da floresta hostil, longe ficou de se considerar rico. [...] Aceitavam a vida quase primitiva, em lugares onde ainda hoje a civilização mal penetrou. Casa, condições sanitárias, alimentos, ambiente, tudo em termos primários. Tornavam-se os médicos e professores dos filhos e da população vizinha. Contribuíam para o desenvolvimento da região com sua capacidade de trabalho e a assistência social que prestavam aos nativos. E como consequência da juventude em contato com a natureza, contribuíram também para o “melhor aspecto heterogêneo da gente”, casando-se ou coabitando com mulheres do lugar e com elas tendo filhos.

Rosenblatt referência em sua crônica nomes de judeus que contribuíram para o comércio local, para o jornalismo e à esfera política e literária. Entre eles estão:

Os irmãos Aben-Athar, professora Diana e Drs. Jayme, médico e José, advogado. Eliezer Moysés Levy, político, jornalista e dos primeiros industriais na região. Do Mojú, professora Feliz Benoliel, jornalista, pianista. Dr. Abraham David Benoliel, advogado. Benedito Cohen, jornalista, poeta. Menassés Bensimon, banqueiro e um dos fundadores, com José Benjó, do clube social recreativo Assembléia Paraense[...]. (ROSENBLATT, 1999, p.173).

Rosenblatt (1999, p.173) destaca ainda a primeira geração brasileira de judeus “nascidos dos destemidos moços marroquinos”, fruto de uma longa história de perseguições, mortes e desigualdades sociais, porém conscientes dos seus direitos e cumpridores dos seus deveres, tendo voz e vez na sociedade. Agora, com o sentimento de liberdade, orgulho e de uma renascença do judaísmo, este povo se concebe como “brasileiros de religião judaica” (ROSENBLATT, 1999, p. 174). Inebriados por um sentimento de orgulho sionista, a escritora judia paraense descreve uma cena que acende o ideário de liberdade e de paz a serem buscadas na Amazônia:

Já então o movimento sionista alcançara o Brasil em Belém, quando depois da Primeira Guerra Mundial celebrou-se o Armistício, um carro representando Israel (então Palestina) tomou parte na parada que desfilou em Belém. Nesse carro a senhorinha Alita Levy, sentada numa cadeira alta, com os braços onde se viam algemas arrebentadas, levantados e empunhando uma bandeira azul e branca com a estrela de Davi (desenhada por Eliezer Levy) e numa faixa no alto do cerro a inscrição – “Da Palestina Livre ao Brasil Independente) (ROSENBLATT, 1999, p. 175).

Esta imagem de glória, de orgulho, que festeja a paz, reflete o ambiente amistoso em que os judeus, já estabelecidos na capital paraense, viviam, muitos anos após a época das primeiras imigrações. Benchimol atesta que muitos judeus escolheram as capitais para viver, mas havia aqueles que desde a chegada à Amazônia se embrenharam na floresta, buscando na vida no interior, no comércio ribeirinho, o sustento para as suas famílias. Com o tempo, muitos deles também rumaram para Belém ou Manaus, assumindo o lugar no comércio que fora antes dos exportadores franceses, inglês e alemães que deixaram a Amazônia, após a crise da borracha. Os judeus

[...] participavam das atividades ligadas ao comércio exterior de importação, exportação e aviamentos para o interior, como também defendiam e promoviam a Amazônia nos congressos e exposições internacionais, quando representavam a burguesia comercial e industrial das antigas e prestigiadas Associações Comerciais do Pará e Amazonas, onde exerceram papéis importantes como diretores e presidentes (BENCHIMOL, 2009, p. 315).

Em suma, o judeu logra posição diferenciada na Amazônia. Não mais o prisioneiro ou o fugitivo. O perfil que se construiu é o de um cidadão que se estabeleceu nesta terra, tornou-se filho dela e tem um sentimento de orgulho pela história que carrega e que ajudou a criar. Rosenblatt representa o judeu amazônida como um homem distinto. As cores que ela escolhe para pô-lo em relevo são cores que reforçam um sentimento de orgulho em relação às conquistas de seus irmãos e pais. Nas primeiras décadas do século XX, os judeus amazônidas dedicaram-se à economia, construindo empresas e indústrias, como pontuam Elias Salgado e David Salgado:

Após o declínio da borracha, outros produtos passaram a constituir a base da economia regional entre 1920 e 1940, principalmente, a extração da castanha e a criação de gado bovino. Entre a 3ª e a 4ª geração, houve um período de prosperidade para a comunidade judaica. De 1925 a 1940, inúmeras empresas de exportação e importação de produtos regionais negociavam em Manaus (SALGADO; SALGADO, 2015, p. 24).

Engajaram-se em redes de jornais da região, como o jornal intitulado *Kol Israel*, “Voz de Israel”, fundado por Eliezer Moysés Levy, pai de Sultana Levy Rosenblatt. A autora belenense também cita o nome de alguns judeus proeminentes, que deixaram seus legados à comunidade, em geral, como médicos e professores:

Dr. Elias Abraham Roffé, médico. Isaac e Simão Riffé, comerciantes exportadores. Dr Moysés Sabat, solicitador. Dra. Estrela Zagury, das primeiras médicas formadas pela faculdade de medicina de Belém. No primeiro quadro de formatura do Liceu Paraense, entre um resumido número de diplomados, como bacharéis em ciências e letras, figura de uma moça judia. Na primeira metade do século XX o comércio e indústrias fortes do Pará são marcados pelos nomes de Moysés Levy, Moysés Serfaty, Jayme Pazuelo, Marcos Athias, Marcos Abtibol, Jacob Bezecry [...]. (ROSENBLATT, 1999, p.174).

No romance de Paulo Jacob, *Um pedaço de lua caía na mata*, o judeu Salomão adverte ao seu filho Jacó sobre a responsabilidade de ser judeu e a sua relação com a educação: “O povo de Deus vence pela inteligência, pela cultura e pela paciência. Nunca se viu um judeu sem saber ler nem escrever” (JACOB, 1990, p. 23). Segundo Alessandra Conde da Silva, os judeus se tornaram, na Amazônia, desbravadores e aventureiros:

Em [...] *Brasil, terra da promessa*, presente em *Papéis*, Sultana (1999, p. 160), conta-nos uma história peculiar sobre a chegada dos primeiros judeus às terras brasileiras, vindos com Fernando de Noronha, um judeu. Neste caso, o judeu passa a ser visto como um desbravador. Eles “lançaram na terra selvagem as primeiras sementes da civilização”. Seguindo esta perspectiva, a escritora judia traça a história da presença judaica no Brasil, considerando seus coirmãos como “colonos que preferiam o encontro com a aventura, o jogo da sorte entre índios antropófagos e os perigos da selva, aos horrores das perseguições inquisitoriais” (ROSENBLATT, 1999, p. 160). A mesma visão Sultana retoma em *Como viemos morar na Amazônia* (ROSENBLATT, 2009), crônica publicada na revista *Morasha*: “É que por esse tempo os rapazes judeus eram encorajados pelos próprios pais a procurarem nova vida, fosse onde fosse. Qualquer lugar seria melhor do que a existência em guetos rodeados de mouros inimigos”. A autora apresenta seus familiares e coirmãos, coetâneos ou não, como aventureiros, desbravadores (CONDE-SILVA, 2020, p. 174-175).

O perfil do judeu construído por Rosenblatt em “Brasil, terra de promessa” dialoga com o perfil que Benchimol procurou delinear, atribuindo-lhe como uma condicionante cultural:

Os judeus que vieram habitar e viver na Amazônia, a partir de 1810, podem ser classificados e adjetivados em cinco correntes, como segue:

- 1 os sefaraditas expulsos de Portugal, Espanha e Marrocos, que falavam português, espanhol e hakitia;
- 2 os forasteiros nativos do Marrocos, que falavam arbia e hakitia;
- 3 os serfaditas de Alsácia e Lorena, de fala francesa e alemã;

4 os askenazitas da Alemanha, Polônia e dos países da Europa Central, que falavam alemão e ídiche;

5 os foinquinitas do Oriente Médio, que falavam ladino e árabe. (BENCHIMOL, 2009, p. 313).

Com base nessa classificação, a professora Alessandra Conde da Silva no artigo “Personagens judeus na Amazônia: uma proposta de categoria de análise”, presente no livro *Ecos sefarditas: judeus na Amazônia*, de Alessandra Conde da Silva e Silvia Benchimol Barros (2020), estabelece algumas categorias que podem auxiliar quanto à construção do perfil do personagem judeu. As categorias descritas são: “epítetos”, “condição religiosa/educação”, “idade”, “gênero”, “profissões”, “gerações”, “ambiência”, “origem étnico-religiosa”, “tempo das imigrações externas ou internas” e “imagens pró-judeu” (CONDE-SILVA, 2020, p. 106-107). No nosso caso, vemos que Rosenblatt procurou delimitar o perfil do judeu em sua profissão, considerando as gerações de imigrantes, os pioneiros e seus descendentes, o tempo das imigrações e das migrações na Amazônia, as imagens que favorecem a percepção do perfil judeu na Amazônia e a fé e a educação como marcas distintivas da identidade judaica.

Em conclusão, a crônica “Brasil, Terra da Promissão” apresenta importantes registros judaicos, destacando a proeminência dos judeus nos setores de desenvolvimento econômico do país, a maneira como este povo reergueu-se e passou a ocupar os mais diversos e importantes cargos do Brasil, traçando, portanto, o perfil de um judeu imigrante que se faz construir culto, empreendedor e a serviço da sociedade. Além disso, outra característica marcante deste judeu imigrante “é uma fé cuja persistência silenciosa era mais forte do que o poder das armas” (ROSENBLATT, 1999, p. 169), assim como a necessidade de desbravar as florestas e os rios amazônicos.

Considerações finais

“Brasil, Terra da Promissão” é uma crônica que apresenta elementos históricos que auxiliam não apenas o estudo da presença judaica na Amazônia, mas também ecoam informações sobre a história dos judeus no Brasil, pois abrange, sobretudo, os caminhos de luta e conquistas pelos quais os imigrantes judeus passaram em território nacional.

Nesta crônica, Sultana, para compor o perfil do judeu amazônida, precisou voltar-se para o passado do descobrimento e do período de colonização do território nacional, buscando marcar os perfis dos judeus proeminentes do referido período.

Na Amazônia, valeu-se de novas imagens. O imigrante precisou vencer as dificuldades do ambiente amazônico, isto é, os rios e a densa floresta. O judeu é um sobrevivente, é um lutador. Ele orgulha-se disso e da conquista da terra, ainda que inóspita. A escritora de origem sefardita também se orgulha disto. Os judeus, diz-nos Rosenblatt, “estão na política, no exército, na medicina, na arquitetura, na indústria, em todos os campos dominados pela civilização e pelo progresso” (ROSENBLATT, 1999, p. 176).

REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, S. *Amazônia: Formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer, 2009.
- CONDE-SILVA, A. Os judeus na Amazônia: antissemitismo e literatura. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*, Goiânia, vol. 05/n.01, p. 163-179, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/10216/7414>. Acesso em: 27 de out. 2020.
- CONDE-SILVA, A. Personagens judeus na Amazônia: uma proposta de categorias de análise. In: CONDE-SILVA, A.; BENCHIMOL-BARROS, S. (Org.). *Ecos sefarditas. Judeus na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Talu Cultural, 2020.
- HELLER, R. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2010.
- JACOB, P. *Um pedaço de lua caía na mata*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1990.
- LOPES, A. Marcas Judaicas em “Como Viemos Parar na Amazônia” de Sultana Levy Rosenblatt. *Revista EDUCAmazônia*, Manaus, v.22, n.1, p. 283-290, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5776>. Acesso em: 24 de mai. 2020.
- MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- PINHEIRO, A. A prostituição e a condição judaica em *Cabelos de Fogo*. *Revista A Palavrada*, Bragança, n.15, v.1, p. 115-125, 2019. Disponível em: <http://revistaapalavrada.blogspot.com/p/edicao-15-2019.html>. Acesso em: 24/05/2020
- ROSENBLATT, S. Brasil, terra da promessa. In: *Papeis*. Belém: Editora Grafia, 1999.
- SALGADO, D; SALGADO, E. *História e Memória: Judeus e Industrialização no Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2015.
- VELTMAN, H. *Os hebraicos na Amazônia*. Comitê Israelita do Amapá, Amapá, 2015. Disponível em: http://www.comiteisraelitadooamapa.com.br/sc/upload/files/Os_Hebraicos_da_Amazonia.pdf. Acesso em: 07 de fev. 2020.

The profile of the Sephardic Jew in Amazonian lands, in “Brazil, land of promise”, by Sultana Levy Rosenblatt

Abstract: This work focuses on the study of the profile of the sephardic jew portrayed in the chronical “Brasil: terra da promessa” present in the book Papeis Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 21, jan-jun, p. 3-15, 2022

(1999) by Sultana Levy Rosenblatt. The Belenese writer belonged to a traditional Jewish family and dedicated herself to write short stories, chronicles and novels. Among these texts is the chronicle *Brasil, terra da promessa*, which will be the subject of the research. This work portrays the paths of struggle and conquest of the Jewish immigrants that from the end of the 19th century, arrived in the Amazon in seek of religious freedom and attracted by the riches of the region, went through. We will use the works of Samuel Benchimol (2009), Henrique Veltman (2005), Reginaldo Jonas Heller (2010), among others, as theoretical reference.

Keywords: Profile of the Sephardic Jew; Sultana Levy Rosenblatt; *Brasil, terra de promessa*.

Religiosidade e conflito: o anti-herói de *A madona de cedro*¹

Daniela de Oliveira SILVA²
Sérgio Wellington Freire CHAVES³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a religiosidade na personagem protagonista Delfino Montiel, do romance *A madona de Cedro* (1957), do escritor Antônio Callado, sendo compreendido como um anti-herói pela concepção de Gancho (2002). Entende-se que a religiosidade na personagem está em confluência com seus constantes conflitos advindos da culpa e do remorso que sente em relação ao roubo da madona de cedro, por isso, Delfino vive uma religiosidade conflituosa. Assim sendo, partindo dos teóricos sobre religiosidade como Funari (2009), Klering (2002) e Pe. Hastenteufel (2002), bem como da religião específica na obra, o catolicismo, com *Catecismo da Igreja Católica* (2000), busca-se compreender de que maneira a religiosidade de Delfino se dá e de que forma afeta ou influencia em sua vida.

Palavras-chave: Delfino Montiel; Religiosidade; Conflito.

Introdução

Estudar o fator religioso em um romance literário é uma significativa colaboração para a percepção das contribuições que a religião tem para com a literatura e desta para com a outra, sendo, ambas, presentes na vida do ser humano, fazendo com que seja importante para a sociedade e, conseqüentemente, para o meio científico. Esta pesquisa, portanto, visa contribuir com a temática religiosa presente na literatura, de modo a se focar, especialmente, na religiosidade do ser, ou seja, é um estudo que deve levar a uma reflexão sobre o comportamento individual do ser humano, por meio da personagem Delfino Montiel, dentro dos seus conflitos, percepções, ideologias e crenças.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar a religiosidade conflituosa da personagem protagonista Delfino Montiel, de modo a levar em consideração de que forma esse fator interfere em sua vida e interfere na culpa e remorso que são constantes aos sentimentos e ações do protagonista. Intenta-se, dessa maneira, abordar os aspectos que

¹ Este trabalho deriva do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A religiosidade em *A madona de cedro* de Antônio Callado”, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, para obtenção do grau de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, defendido no dia 09 de dezembro de 2019.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança. E-mail: dannyoliveira1804@gmail.com.

³ Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor de Teoria Literária da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança. E-mail: sergiofreire@ufpa.br.

condicionam a essa religiosidade, que é o da religião inserida na obra - o catolicismo - e o ambiente predominantemente religioso que condiz ao espaço da narrativa - Congonhas do Campo em Minas Gerais -, bem como as demais personagens também, uma vez que “as personagens de um romance agem umas sobre as outras e revelam-se umas pelas outras” (BRAIT, 1985, p. 47).

Diante disso, as demais personagens, assim como a ambientação que compõem a obra são essenciais para compreender os conflitos do protagonista Delfino, por isso, em um primeiro momento busca-se apresentar o romance em questão pelos elementos essenciais da narrativa, para que, conhecendo a obra, possam-se compreender melhor as questões referentes à personagem analisada. Utiliza-se, para isso, os teóricos acerca dos elementos formais do texto narrativo como Candido (2007), Gancho (2002), Culler (1999), Leite (1997) e Nunes (1995). Posteriormente, intenta-se analisar essa personagem por meio de suas ações e conflitos em relação a sua religiosidade, utilizando-se de trechos do romance, do *Catecismo da Igreja Católica* (2000) e dos teóricos sobre religiosidade, como Funari (2009), Klering (2002) e Pe. Hastenteufel (2002).

Para tanto, compreende-se como religiosidade as manifestações religiosas múltiplas e diversificadas, conforme pontua Funari (2009), ou seja, mesmo que inseridos em uma mesma religião, como é o caso das personagens de *A madona de cedro* (1957), “cada uma vive e expressa essa religião de maneira diferente, sendo essa manifestação denominada de religiosidade” (SILVA; CHAVES, 2022, p. 39). Corroborando a isso, Klering (2002, p. 31) expressa ainda que “Tudo que a pessoa faz como expressão da sua experiência com Deus é religiosidade”. Dessa forma, os sentimentos e ações de uma pessoa, bem como das personagens, serão intensificadas ou não de acordo com sua experiência religiosa.

Assim, como aponta Pe. Hastenteufel (2002, p. 34-35), a religiosidade é subjetiva, ou seja, “uma pessoa é mais religiosa do que a outra, isto é, um sente e vive mais a sua dependência de Deus do que o outro. [...] por isso cada um a manifesta do modo que deseja, do jeito que a quer e da maneira como se sente bem”. Partindo desse princípio e dos debates acerca da religiosidade, analisa-se de que maneira esse fator interfere ou influencia tanto na vida de Delfino quanto nos recorrentes conflitos enfrentados pela personagem em relação aos seus sentimentos de culpa e remorso.

A madona de cedro pelos elementos essenciais da narrativa

A obra é narrada em terceira pessoa, sendo este, para Gancho (2002, p. 27), um narrador onisciente e onipresente, o qual tudo sabe e está presente em todos os lugares da história. Expressando a proposta de Friedman, Leite (1997, p. 26) aponta que “esse tipo de NARRADOR tem a liberdade de narrar à vontade, de colocar-se acima, ou, como quer J. Pouillon, por trás, adotando um PONTO DE VISTA divino; corroborando, assim, para o fato de que o narrador onisciente realmente tudo sabe sobre a história narrada, os acontecimentos e as personagens. Dessa maneira, o narrador da obra em estudo tem uma visão geral a respeito das personagens, seus sentimentos e angústias, e acontecimentos sobre o passado, assim como o que está acontecendo no presente da narrativa, como, por exemplo, o início da história, em que fala dos sentimentos da personagem no presente sobre um caso que aconteceu no passado, sendo apresentado na primeira parte da obra:

QUANDO A QUARESMA estourava nos montes e nas igrejas, Delfino Montiel não era o único a pensar no afamado caso do roubo da Semana Santa. Só que Delfino sabia muito mais sobre o caso do que os demais. [...] Naquele ano do roubo de Sexta-Feira da Paixão, ele, chegando o Domingo de Páscoa, já começava a sua viagem rumo ao Rio de Janeiro. E rumo a Marta, Marta que naquele tempo ainda se chamava de sobrenome Ribas, e que agora, louvado fosse Deus, era Montiel mesmo. (CALLADO, 1957, p. 11).

Nessa perspectiva, o narrador onisciente tem, segundo Leite (1997, p. 19-20), utilizando-se da visão de Jean Pouillon, a visão por trás, em que “O narrador domina todo um saber sobre a vida da personagem e sobre o seu destino. [...] Sabe de onde parte e para onde se dirige, na narração, o que pensam, fazem e dizem as personagens; uma espécie de Deus, ou demiurgo que lhes tolhe a liberdade”, como em: “Era uma semana de expiação e vergonha para ele. Mas – e não adiantava negar isto lá dentro dele mesmo, que diabo, porque enganar, enganar mesmo, a gente só engana os outros – era também uma semana de grande prazer” (CALLADO, 1957, p. 11), em que vemos o narrador ter total controle e conhecimento acerca dos sentimentos, ações e pensamentos da personagem.

No entanto, apesar de o romance ser narrado em terceira pessoa, este pode claramente se confundir com a primeira, como se a narração fosse feita por meio das personagens, uma vez que o narrador se apresenta na visão dos que nos são principais na obra, fazendo com que possamos conhecer a história por meio do ponto de vista de cada uma delas, utilizando um recurso que, conforme Leite (1997, p. 13), é o ideal para James, sendo este o da “presença discreta de um narrador que, por meio do contar e do mostrar equilibrados, possa dar a

impressão ao leitor de que a história se conta a si própria, de preferência, alojando-se na mente de uma personagem que faça o papel de REFLETOR de suas idéias”, dessa forma, sem tecer críticas, comentários ou reflexões próprias do narrador, ou simplesmente fazê-las disfarçadamente por meio de alguma personagem.

Nessa perspectiva, há na narrativa diversos momentos em que acontece o fluxo de consciência, recurso que segundo Leite (1997, p. 68) “é a expressão direta dos estados mentais, mas desarticulada, em que se perde a sequência lógica e onde parece manifestar-se diretamente o inconsciente. Trata-se de um ‘desenrolar ininterrupto dos pensamentos’ das personagens ou do narrador”, o qual, na obra calladiana, faz com que haja esse fundir-se totalmente da voz do narrador com a da personagem em questão. Como, por exemplo, o fluxo de consciência de Delfino no momento do roubo da imagem de Nossa Senhora da Conceição:

o Deus dos Evangelhos gostava de homens que gostassem de Deus e escolhessem o caminho de Deus e por isto Deus deixava que os homens escolhessem o caminho que lhes mostrava, ou o caminho se sataná e que isto Deus tinha chamado de livre arbítrio embora Delfino não soubesse e nem o padre parecesse saber o que era arbítrio mas o sentido da coisa era bem claro só quem não quisesse é que não entendia que o livre arbítrio era aquilo mesmo aquela capacidade de a gente fazer o errado e portanto pecar ou resistir e fazer o certo ou até não fazer nada [...] e ele Delfino no instante em que tirou a mão da boca da baleia e se encaminhou para a Capela dos Milagres sabia que era aquilo mesmo o livre-arbítrio por isto é que estava tudo vazio de gente e ele podia fazer como bem entendia tirar ou não tirar a Senhora da Conceição do seu altar por trás do pano roxo [...] e elazinha olhando para o alto com seu Menino tão alegre e tudo feliz que horror pensar que aquele Menino tão alegre indagorinha mesmo tinha saído do Santuário no seu esquite tão magro coroadado de espinhos que horror horrendo mesmo que coisa portentosa que sendo Deus ele tinha deixado lhe fazerem uma coisa assim só para experimentar o livre arbítrio daquela gente toda [...] e todo aquele mundo tinha tido o livre-arbítrio de matar na cruz aquele Menininho que já estava na sua mão saído de trás do pano e que ele Deus lhe perdoasse depois ele fazia tudo penitência oração tudo metia na sacola do Adriano. (CALLADO, 1957, p. 55-56).

Com o exposto, vê-se que a narração de *A madona de cedro* (1957) parte de um caso ocorrido há anos para apresentar o que vem a partir daí, quais as peripécias que o protagonista ainda enfrentará e no que isso pode acarretar tanto a ele quanto às demais personagens da obra, o que se dá, como apontado anteriormente, do ponto de vista das personagens principais. Em se tratando de personagens, neste romance, poucas são as que compõem a narrativa, algumas têm aparições somente no fim da obra, com característica única. Das personagens mais complexas nos são apresentados seus pensamentos, personalidades, profissões, dentre outros elementos que são significativos para a composição da obra, especialmente a religiosidade presente ou não em cada uma delas, por isso, apenas as personagens principais desse romance serão apresentadas.

Essas personagens com mais características são conceituadas por Candido (2007, p. 62-63) como “personagens esféricas”. Segundo ele, essas personagens, apesar de “não claramente definidas por Foster”, são entendidas como aquelas que são “organizadas com maior complexidade”; e que Gancho (2002) define como *personagens redondas*, as quais apresentam uma variedade maior de características, tais como físicas, psicológicas, sociais, ideológicas e morais. Das personagens esféricas ou redondas temos d. Emerenciana, Adriano Mourão, Pedro Sacristão, Padre Estêvão, Marta Montiel, seu Juca Vilanova e Delfino Montiel, do qual se falará apenas na próxima seção.

D. Emerenciana é uma beata com seus 80 anos de idade, “solteirona de vocação e vivendo das rendas que lhe deixara o pai, usineiro em Campos” (CALLADO, 1957, p. 82). Encantada pelos padres e pelas procissões, “numa época de perseguição religiosa d. Emerenciana, se a quisessem privar das igrejas e dos padres, era capaz de ir para a fogueira e virar Santa Emerenciana” (CALLADO, 1957, p. 83), sendo, assim, uma grande defensora do catolicismo.

Adriano Mourão, no entanto, “não só não era religioso como gostava de zombar da religião dos outros” (CALLADO, 1957, p. 27). Adriano é natural de Congonhas e filho de pessoas humildes, Manuel Magarefe e uma mulata, “Com sua tez branca e rosada de Português e o cabelo razoavelmente pixaim, Adriano representava mais uma superposição do que uma fusão de raças. Era simpático, largo de ombros, destro com as mulheres” (CALLADO, 1957, p. 15), a personagem, porém, não aceita a condição social em que está inserido, fazendo com que brigue com o pai e saia de Congonhas a fim de buscar sua independência; esta encontra no serviço, um tanto duvidoso, ao seu Juca Vilanova, ajudando-o a roubar “coisas famosas, consagradas...” (CALLADO, 1957, p. 35).

Pedro é conhecido por seu trabalho como sacristão no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e também por ser “perguntador e mexeriqueiro [...], com aquelas pernas aleijadas armadas em X dos joelhos para baixo e aquele jeito de não encarar ninguém” (CALLADO, 1957, p. 48). Pedro Sacristão é uma personagem um tanto mau-caráter, que detesta Delfino e tem desejos carnais pela esposa deste – Marta –, tendo inveja do mesmo e buscando formas que possam prejudicá-lo, com o intuito de ter Marta para si. Contudo, o que mais expressa esse mau-caratismo de Pedro é o seu relacionamento com Lola Boba, o modo como a trata e pensa nela:

É verdade que uma tinha se enrabichado por ele, a Lola Boba, mas aquilo era melhor que não tivesse. Ela era boba, boba, andava por aí zanzando pelas estradas e ele tinha vivido com ela uns meses, escondido de todos, numa casinhola de soprado. [...]

Depois [...] ele tinha abandonado a Lola [...] como se faz com um cachorro abandonado, mas a Lola, que não tinha desconfiado que todo homem que se preza abandona pelo menos uma mulher na vida, também não tinha desconfiado que cadela sarnenta e feia a gente abandona em beira de estrada. (CALLADO, 1957, p. 73-74).

Padre Estêvão, por sua vez, é o vigário do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, aos seus meados de 70 anos de idade vive a frustração de não ter seguido os planos que tanto queria: o de ir catequizar os indígenas, no Amazonas. Em decorrência disso, vive agora a indiferença em relação à morte. Apesar da vida sacerdotal, fica claro que durante ela, o padre acabou se envolvendo sexualmente com mulheres: “Mal reconhecia a sua carne, que outrora lhe custava tanto dominar e que o forçava a viajar léguas para poder fazer com mulheres sem que se soubesse” (CALLADO, 1957, p. 44), agora, no entanto, já não tinha mais vontade de pecar, pois “O incêndio que não tinha sabido extinguir morria agora por não mais encontrar que consumir e lhe dava a convicção melancólica de que seu ardor missionário e seu ardor sexual eram aspectos gêmeos da mesma virilidade que se acabava” (CALLADO, 1957, p. 45). Contudo, o padre, talvez por esse cargo, ainda se mantém religioso e atua como conselheiro dos seus fiéis, o que, ao final, o ajuda a mudar a sua própria vida.

Marta, por sua vez, é uma moça do Rio de Janeiro, “clarinha e de cabelos castanho-claro, cor de mel”, “amiga íntima do mar” (CALLADO, 1957, p. 21) – traço este que faz com que Delfino a chame pelo apelido carinhoso de “mar” – e de família tradicionalmente católica, fazendo com que ela seja também muito devota, tendo por madrinha justamente a Nossa Senhora da Conceição. E é por ser muito católica que Marta se incomoda com o fato de que desde o casamento com Delfino o marido não tenha mais se confessado e nem comungado. A personagem é sempre vista por todos com atributos físicos muito bonitos, mesmo depois dos seis filhos que teve com o marido: “Como tinha ficado bonita o diabo da menina!” Foi o que pensou Adriano “ainda com a impressão que tivera da Marta [...], agora com cara de mulher, quadris redondos e aquele sorriso de contentamento no rosto” (CALLADO, 1957, p. 107). Mas apesar dos olhares desejosos sobre a dona de casa, Marta se mantém fiel ao marido e o ama; fica, contudo, horrorizada quando descobre os crimes e pecados do esposo.

Já seu Juca é visto por Delfino como um homem repugnante, embora seja:

Um homem até muito tratado, já de idade, mas com os cabelos ainda mais ruivos do que brancos. Bem vestido [...] Mas... que estranho bigode o seu, que de longe parecia barba de tanto que caía dos lados da boca para o queixo. E as mãos que repousavam sobre as pernas, eram longas, muito longas, e os pés, metidos em chinelos, eram muito, muito compridos. (CALLADO, 1957, p. 137-138).

Seu Juca, como diz Adriano, gosta de ter em sua casa “quadro de museu, imagem de altar, santo de sacristia, coisas famosas, consagradas...” e que, apesar disso “É um homem respeitável. A polícia do Rio o considera muito. Ele tem excelentes amigos na corporação” (CALLADO, 1957, p. 35). Mas, apesar desses fatores, nota-se que, de certa forma, é um homem religioso: “– Houve um lado bom do seu roubo da virgem – aqui ele se benzeu, rapidamente, com grande unção” (CALLADO, 1957, p. 143).

Essas personagens são cruciais para o enredo da obra em estudo, pois esses dois elementos estão ligados simultaneamente, sendo que “O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e os valores que o animam” (CANDIDO, 2007, p. 53-54). Para Gancho (2002) existem dois pontos a serem observados no enredo: sua verossimilhança e sua estrutura. A primeira, ainda que não seja verdadeira, deve causar essa impressão no leitor, fazendo-o acreditar naquilo que lê.

Para tanto, em *A madona de cedro* (1957) é possível notar uma relação entre ficção e realidade, que é o caso do roubo de imagens sacras em Minas Gerais, acontecimentos que, de fato, aconteceram no estado e que é usado como premissa para a história que nos é contada. Em alusão a isso, conta o narrador: “O caso tinha deixado de boca aberta todo mundo não só em Outro Preto, Mariana e Congonhas, como até em Belo Horizonte. [...] Quando a matriz ouro-pretana deu por falta do próprio São Jorge do Aleijadinho, aí foi um deus-nos-acuda” (CALLADO, 1957, p. 12).

Gancho (2002) aborda, ainda, que para uma narrativa não basta ter início, meio e fim, é necessário que se tenha um conflito e esse pode ser moral, religioso, psicológico e econômico. Esses conflitos podem ser claramente notados no protagonista, pois o seu desejo em casar imediatamente com Marta o levou a um modo mais “fácil” de ganhar dinheiro, roubar uma imagem sacra. Esse ato, porém, fez com que ele ficasse afastado treze anos da confissão e comunhão. No trecho a seguir nota-se o quanto esse conflito moral e religioso se fazem presente na personagem, quando é tentado novamente a roubar outra imagem:

Ah, maldita tentação, ah, proposta incrível aquela da confissão! Não, ele estava sobre areias movediças, estava sendo arrastado para o fundo da terra, estava fazendo as vontades malucas de um homem repugnante. Precisava pegar no próprio queixo e puxar-se para cima, precisava livrar-se de toda a tentação, amém, rogai por nós, Maria, concebida sem pecado, *sine labe originale...* (CALLADO, 1957, p. 141-142).

Culler (1999, p. 86) aponta que na narrativa “Deve haver uma situação inicial, uma mudança envolvendo algum tipo de virada e uma resolução que marque a mudança como

sendo significativa”. Isso, para Gancho (2002), são as partes do enredo, o qual é dividido em: exposição, complicação, clímax e desfecho. Nesse sentido, nota-se que o romance em estudo é dividido exatamente em quatro partes e que essas partes parecem corresponder a cada uma dessas divisões.

A primeira parte da obra corresponde à exposição, sendo “a parte na qual se situa o leitor diante da história que irá ler” (GANCHO, 2002, p. 11). Nela são apresentadas as personagens e o conflito que irá reger toda a história, o furto – por parte de Delfino – da madona de cedro, com o intuito de se casar com Marta, moça devota de família católica, como Delfino.

A segunda parte da narrativa é a complicação, que corresponde “a parte do enredo na qual se desenvolve o conflito [...] ou os conflitos” (GANCHO, 2002, p. 11). Nesse momento acontece o retorno de Adriano com uma nova proposta de furto para com Delfino, este, porém, usa como desculpa para não roubar, o fato de que Pedro está desconfiado sobre o primeiro crime e sabe mais do que eles imaginam a respeito – o que é verdade, já que ouviu isso de Marta quando ela se aconselhava com padre Estêvão, estando angustiada com o fato de o marido não mais fazer a confissão e comunhão, no que o sacristão liga os fatos de anos atrás –.

A terceira parte da narrativa vem fazer jus como “o momento de maior tensão, no qual o conflito chega a seu ponto máximo” (GANCHO, 2002, p. 11), este é o clímax. Neste ponto, Adriano retorna a Congonhas pouco depois da última partida, agora na companhia de seu Juca Vilanova para fazer com que Delfino roube uma estátua do Judas Iscariotes, sobre ameaça, já que mandaram para a loja do protagonista a imagem roubada anos atrás. Não tendo escolha, Delfino se encaminha para devolver uma imagem e roubar a outra, mas para não ser pego, uma vez que acaba ficando trancado na igreja após devolver a madona, coloca-se no esquite do Senhor, cometendo um ato profano que corrobora para deixar Marta com nojo dele e que acaba matando de susto, literalmente, d. Emerenciana.

Na quarta e última parte tem-se o desfecho, ou seja, “a solução dos conflitos, boa ou má, vale dizer configurando-se num final feliz ou não” (GANCHO, 2002, p. 11). Delfino, para não perder Marta, vai se confessar e a ele é imposta a penitência de carregar uma cruz pelas ruas de Congonhas. Ao fim acaba descobrindo o interesse de Juca pela estátua do Judas – os dois são idênticos, como se fossem a mesma pessoa, como se Judas tivesse reencarnado em Juca, sendo este a figura do próprio demônio – e isso lhe dá ânimo para chegar ao fim da sua penitência e a recompensa então vem para ele: “Mar lhe estendia os braços, a cara

molhada de lágrimas, mas como iluminada por dentro, aquecida de amor” (CALLADO, 1957, p. 223).

Há numa narrativa, outros dois elementos que são essenciais, tempo e espaço, já que o enredo de uma personagem é “traçada conforme uma duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente” (CANDIDO, 2007, p. 53). Desse modo, em *A madona de cedro* (1957), tempo e espaço são determinantes para os conflitos da narrativa e o desenrolar da mesma, uma vez que caracterizam, de certa forma, as personagens que compõem a história. O tempo na narrativa calladiana se dá de forma cronológica, sendo narrados os fatos na ordem em que acontecem, utilizando, apesar disso, um *flashback* do narrador, mas com o intuito justamente de apresentar a questão a que está ligado o conflito da história: “Delfino Montiel sabia bem por quê. No início daquela Quaresma de 12 anos atrás ele tinha recebido a visita, ou uma segunda visita de Adriano Mourão em muito pouco tempo” (CALLADO, 1957, p. 14). E a partir desse ponto até praticamente toda a primeira parte da narrativa é contado o que aconteceu nesses 12 anos atrás, para então situar o tempo presente da história.

Contudo, para melhor entendimento desse tempo cronológico do romance, usa-se a expressão denominada por Nunes (1995, p. 20) de *tempo litúrgico*, este é o tempo “dos ritos, das celebrações religiosas, de acordo com o calendário próprio”, da “Encarnação, Epifania, Morte, Ressurreição, Ascensão do Senhor etc., para nos referirmos à cultura sob influência do cristianismo”. Dessa forma, a narrativa se passa no *tempo litúrgico* da Semana Santa, como nos diz o narrador: “QUANDO A QUARESMA estourava nos montes e nas igrejas, Delfino Montiel não era o único a pensar no afamado caso do roubo da Semana Santa” (CALLADO, 1957, p. 11). E é durante o período da Semana Santa que a história se passa.

Já o espaço, para Gancho (2002, p. 23) é “o lugar onde se passa a ação numa narrativa”, no entanto, segundo a autora “O termo *espaço*, de um modo geral, só dá conta do lugar físico onde ocorrem os fatos da história; para designar um “lugar” psicológico, social, econômico etc., empregamos o termo *ambiente*”. Nesse sentido, podemos dizer que o espaço de *A madona de cedro* (1957) é a cidade de Congonhas do Campo, sendo este o lugar físico onde se desenvolvem as ações das personagens; e o ambiente se dá predominantemente na cultura religiosa, de pessoas tradicionalmente devotas ao catolicismo.

De Congonhas nunca mais saíra. [...] d. Emerenciana tinha encontrado o céu na terra ao descobrir, nas cidades antigas de Minas, uma espécie de latifúndio do Senhor. Aqueles cabeços de morros invariavelmente coroados de capelas, as praças onde as

igrejas se acotovelavam, os bandos de freiras, de seminaristas e, principalmente, as procissões, a encantaram (CALLADO, 1957, p. 82).

Com isso, infere-se que sendo uma das funções do ambiente “Situvar os personagens no tempo, no espaço, no grupo social, enfim nas condições em que vivem” (GANCHO, 2002, p. 24), o ambiente em *A madona de cedro* (1957), predominantemente religioso, é determinante para as ações, pensamentos e sentimentos das personagens, levando ao enredo que se tem nessa obra e, especialmente, à análise da religiosidade conflituosa da personagem protagonista Delfino Montiel.

Delfino Montiel: a religiosidade conflituosa de um anti-herói

Delfino Montiel, diz Marta: “é meio franzino, mas até que é bem simpático, com aquele bigodinho e aqueles olhos grandes” (CALLADO, 1957, p. 21). O protagonista trabalha no ramo da venda de objetos de pedra-sabão, negócio visto como modesto, mas que lhe rende o sustento, embora não seja tão bem visto por seu amigo Adriano: “Como diabo podia alguém estar contente de casar com Delfino Montiel, negociante de objetos de pedra-sabão em Congonhas do Campo, Minas Gerais?” (CALLADO, 1957, p. 107).

Delfino, como mencionado, é o protagonista da história, sendo este um anti-herói que, para Gancho (2002, p. 14) “é o protagonista que tem características iguais ou inferiores as de seu grupo, mas que por algum motivo está na posição de herói, só que sem competência para tanto” e isso se dá, especialmente, no fato de Delfino ter aceitado roubar uma imagem sacra para fins de alcançar uma conquista de modo imediato, mesmo sendo a de se casar com Marta, pondo em questão conflituosa a moral da personagem e, até, sua ideologia, sendo ele também católico.

No decorrer da narrativa é apontado o quanto Delfino é religioso, como quando ele conhece a família de Marta, que fica muito feliz por “ver que Delfino era também católico, e praticante” (CALLADO, 1957, p. 27), fato este confirmado por padre Estêvão e por Adriano. O primeiro diz que “Delfino foi sempre um menino bonzinho, de ajudar missa e auxiliar em tempos de festas. E frequentar a igreja, lá isto frequentava” (CALLADO, 1957, p. 77); enquanto o segundo fala ao amigo que o mesmo “sempre conservou o hábito de ir à missa e comungar e tudo” (CALLADO, 1957, p. 121), evidenciando que o protagonista é, de fato, religioso.

Assim, por ter sido criado dentro do catolicismo, Delfino carrega consigo os ensinamentos e preceitos da religião católica, como no caso do matrimônio, em que “Uma estrita educação religiosa tinha feito Delfino Montiel dividir violentamente o amor da carne do amor-amor” (CALLADO, 1957, p. 25), fazendo com que o protagonista não tivesse contato íntimo com mulheres que já amou, pois ficava “perturbado por sentir que aquele contato lhe despertava um desejo carnal. Aquilo era como um pecado” (CALLADO, 1957, p. 25), que o fazia se sentir culpado e infeliz por ter tais desejos, haja vista que, conforme a Igreja Católica, a “castidade ou retidão sexual” é um dos campos dos que são designados como “puros de coração” (VATICANA, 2000, p. 647).

No entanto, “De Marta ele tinha se aproximado num verdadeiro paroxismo de amor-amor. Ele queria [...] desposar Marta. Mas haviam de chegar ao tálamo nupcial depois de um noivado de pureza” (CALLADO, 1957, p. 25). Observa-se, com isso, que Delfino decide preservar a castidade para o casamento, já que sentia amor por Marta e queria desposá-la apenas após o matrimônio, para manter o que manda a Igreja, de modo a tornarem-se “uma só carne” (Mt 19, 6).

Em se tratando da confissão, Delfino, ao ser aconselhado por Adriano de que se confesse em outra paróquia, mostra grande relutância em relação a isso por um motivo estritamente religioso, explicando a Adriano que: “Você não vê que se eu, de plano, não falasse nisto em confissão feita aqui estava cometendo um *outro* pecado?” (CALLADO, 1957, p. 122), trazendo a percepção de que o protagonista, apesar do seu pecado em relação ao roubo da Virgem, tenta evitar pecar ainda mais, mantendo, de certa forma, os preceitos religiosos que possui, adquiridos de sua religião. Além disso, confessar-se significa, para Delfino, tendo em vista os preceitos religiosos do catolicismo, uma vida nova, ou seja, livre do pecado que o aprisiona.

Assim, determinado como estava para livrar-se daquele pecado o qual carregava por treze anos, Delfino, ao receber novo recado de Adriano, pensa que “Nada do que Adriano pudesse lhe dizer ia alterar sua resolução de se confessar antes da Aleluia e acabar com aquilo. Vida nova!” (CALLADO, 1957, p. 129). Resolução a qual estava relacionada ao fato de poder comungar na Páscoa, juntamente com Marta.

Outro preceito religioso, advindo da religião católica, em Delfino, é a devoção a Virgem Maria, a qual “desde remotíssimos tempos, a bem-aventurada Virgem é venerada sob o título de ‘Mãe de Deus’, sob cuja proteção os fiéis se refugiam suplicantes em todos os seus perigos e necessidades” (VATICANA, 2000, p. 274), fator este visto na personagem mais de

uma vez em momentos de agonia, clamando por sua intercessão, ou de respeito, reconhecendo a santidade da Virgem. No primeiro caso, temos o exemplo de quando Delfino estava sendo tentado a um novo roubo, no qual clama internamente: “amém, rogai por nós, Maria, concebida sem pecado, *sine labe originale...*” (CALLADO, 1957, p. 142), considerando a Virgem Maria como intercessora.

Isto também é evidenciado em outro momento pela personagem, quando num acesso de desespero por ter em sua loja a madona roubada há treze anos, pensa em queimar a imagem, refletindo posteriormente em: “Como se salvaria do fogo do inferno quem tocasse fogo na Mãe de Deus, quem consumisse a Medianeira, extinguindo em chamas a própria ponte de intercessão?” (CALLADO, 1957, p. 135). Com isso, Delfino pensa que “Era preciso restituí-la depressa, pobre Virgem, pois estava na mão de outro pulha, outro indigno de tocá-la” (CALLADO, 1957, p. 155), o que se infere como sendo o respeito que a personagem tem pela Virgem, considerando-a santa, quanto a ele, um indigno pecador.

Silva e Chaves (2022) analisam que Delfino Montiel é uma personagem em que sua religiosidade está voltada para a inteira dependência de Deus, pois Delfino atribui a Ele todos os fatores e consequências de sua vida, como ao dizer que: “A escrita de Deus era mesmo complicada. Veja-se aquele caso do Adriano. Sem ele sua vida não teria tido o capítulo do roubo, sem o qual bem podia passar. Mas sem Mar é que sua vida jamais teria significado coisa nenhuma” (CALLADO, 1957, p. 105). Diante disso, recorda-se a assertiva de Pe. Hastenteufel (2002, p. 34-35) de que religiosidade “é subjetiva: uma pessoa é mais religiosa do que a outra, isto é, um sente e vive mais a sua dependência de Deus do que o outro”, por isso, cada um vive essa religiosidade ou dependência de Deus de modo particular, como visto em Delfino.

Assim, como abordam Silva e Chaves (2022), em diversos momentos na narrativa Delfino, de alguma forma, responsabiliza Deus pelo que lhe acontecia, como em: “Por que, Deus, fazê-lo assim tão sensível aos números referentes ao dinheiro?” (CALLADO, 1957, p. 116), em que se nota essa dependência e também essa entrega a Deus. Mas, como se sabe, essa não é a primeira vez que Delfino é tentado ao crime/pecado por dinheiro, estando ele envolvido no “afamado” caso do roubo da Semana Santa, exposto no início da narrativa.

Por isso, a Semana Santa, para a personagem, “era uma semana de expiação”, mas “era também uma semana de grande prazer” (CALLADO, 1957, p. 11). Nesta perspectiva, passa-se a notar a religiosidade conflitante de Delfino, que uma hora se sente feliz por estar

casado com Marta, mas que na maior parte do tempo é acometido por culpa e pelo remorso de suas ações. Assim, Delfino:

Murmurava consigo mesmo: “Não posso deixar de dizer que se fico triste na Semana Santa como as quaresmas, fico bem alegre também, feito as acácias”. Delfino só ficava mesmo sorumbático quando a quaresma e a acácia cresciam juntas e misturavam ouro com roxo numa copa só. Aí ficava tudo com cor de enterro e seus pensamentos se voltavam para o lado triste da Semana Santa, do roubo. (CALLADO, 1957, p. 11).

Essa dualidade de sentimentos de Delfino, infere-se ser devido ao remorso que a personagem sente em relação ao roubo, que irrompe em sua consciência moral. De acordo com Gomes (2012, p. 3), “o remorso é o arrependimento”. Segundo o estudioso, existem quatro tipos de remorsos: primário e secundário, pré-edípico e edípico, básico e fraterno e o que advém da culpa e da vergonha. Para o autor, o último se destaca no que concerne a Delfino, uma vez que “Ele está relacionado com um sentimento de inferioridade, por não se ter cumprido os ideais próprios” (GOMES, 2012, p. 3-4). Esse sentimento de inferioridade pode ser visto constantemente na narrativa, inclusive pontuado anteriormente em relação à Virgem Maria.

Ademais, Gomes (2012) aborda ainda que o sentimento de remorso é originado pela culpa e pela vergonha e que é resultado de um desespero. Para o estudioso, esse sentimento não acomete Delfino pelos preceitos morais e religiosos, necessariamente, mas sim pelo medo de perder sua amada Marta. No entanto, apesar de concordar-se em parte e acreditar que há um grande temor no personagem em perder ou ser abandonado por sua esposa, acredita-se também que esse sentimento é sim causado pela religiosidade e educação religiosa que se construiu no protagonista. Desse modo, infere-se que o conflito moral pelo qual perpassa Delfino em relação ao roubo da madona, deixa-o constantemente numa luta entre o bem e o mal e o faz entrar em conflito constante com ele mesmo:

Delfino sentiu um arrepio. “Nossa Senhora da Conceição nos ajudará. Ela ainda não falhou.” Não estaria Nossa Senhora lhe dizendo assim, por intermédio da carta, que queria efetivamente ajudar a afilhada? Não estaria dizendo a Delfino que roubasse sem susto a imagem que dela tinha feito o Aleijadinho? (CALLADO, 1957, p. 42).

Silva e Chaves (2022) analisam que a consciência moral de Delfino é caracterizada por uma permanente luta entre pecar e não pecar, como pode ser visto acima. Isso está relacionado, justamente, a essa consciência moral do protagonista. De acordo com o *Catecismo da Igreja Católica*, “A consciência moral do homem é um julgamento da razão

pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto que vai planejar, que está a ponto de executar ou que já praticou” (VATICANA, 2000, p. 481), como pode ser visto a seguir:

Delfino Montiel durante todo o tempo da conversa se dissera as piores coisas, chamara-se todos os nomes, perguntara se como um homem honesto até aquele instante podia de súbito aceitar a incumbência de um roubo como se fosse uma encomenda de pedra-sabão. O fato, porém, é que durante todo o tempo tivera a certeza de que ia aceitar a vergonhosa proposta. (CALLADO, 1957, p. 40).

Os trechos acima destacam o quanto Delfino tinha plena ciência do ato que estava prestes a cometer, de modo a condenar-se moralmente, mesmo persistindo na execução dele. Assim, de certo modo, busca meios para se exculpar ou justificar as ações que irá desenvolver, atribuindo-as a convicções religiosas, ao menos para a personagem, como, por exemplo, quando Delfino se decide por roubar a madona, tendo ele:

resolvido, de início, que não recusava aquele dinheiro, que não abria mão do casamento imediato com Mar. Depois, dizia-se ele, depois ia rezar muito. Depois confessava tudo a padre Estêvão. Depois fazia promessas de arrombar o céu com sua piedade e sua vida exemplar. O que ele realmente queria, dizia Delfino, fervoroso, a si mesmo, mas para ser ouvido de Deus, o que ele queria era apenas o dinheiro suficiente para ser honesto. (CALLADO, 1957, p. 53).

Além disso, como bem evidenciado na narrativa, “nos seus exames de consciência Delfino não sabia bem a que resultado chegava. Ele tinha curiosos meios de se exculpar” (CALLADO, 1957, p. 67), comprovando, que mesmo em meio aos fatores da religiosidade do protagonista, que o faz entender o roubo como um ato mau o qual não deveria ser cometido, Delfino busca meios para amenizar sua culpa. Apesar dos fatores destacados acima, nota-se que o anti-herói tem plena convicção do ato que está para cometer, qualificando-o moralmente como mau, tanto que no momento do roubo, não encontrando ninguém no caminho, o protagonista reflete que: “Era como se algo dissesse a Delfino que era fácil demais, que era quase covarde pecar assim” (CALLADO, 1957, p. 55).

Assim, Delfino, sabendo da sua condição de culpado e “pecador”, segundo os seus preceitos religiosos, “com sua parte do roubo da Semana Santa, tinha perdido a capacidade de confessar seus pecados” (CALLADO, 1957, p. 66). Isso, contudo, muda tanto após a conversa de Delfino com padre Estêvão quanto, principalmente, após uma implícita ameaça do sacristão para com o protagonista, o qual vê na confissão a saída para livrar-se da ameaça. Dessa maneira, para Delfino:

Como um barco impelido de volta à sua angra, tudo o que impelia de volta a Deus: o certo e o útil. Num impulso de fervor como não sentia há muito tempo, Delfino benzeu-se. Aquela chantagem era sem dúvida a provação de sua vida. Deus estava mesmo disposto a recuperá-lo. Pois Delfino cedia, curvara-se graciosamente à Sua vontade. (CALLADO, 1957, p. 102).

Aqui se notam alguns aspectos pessoais da religiosidade de Delfino como, mais uma vez, atribuir os acontecimentos de sua vida à vontade de Deus e, ao ver uma chance de transformação ou solução dos problemas, adquirir um renovado fervor religioso. Contudo, além disso, Delfino mesmo após a firme decisão de se confessar, ainda continua a “cair em tentação”, como quando recebe dinheiro pelo novo roubo que deveria executar, apesar de, como sempre, sabendo que não deveria cometer tal ação, recriminar-se quanto a isso.

Delfino tinha resolvido no caminho que não havia de tocar no dinheiro para nada. Agora aquela observação de Marta o tornara pensativo, tentado. Tinha o direito de privá-la de uma vida mais confortável? Ah, canalha, Mar estava preocupada com as férias dele, não estava se queixando de sua própria vida, e agora já estava como se convencendo a guardar o dinheiro como se fosse em atenção a ela! (CALLADO, 1957, p. 164).

Dessa maneira, mesmo com a decisão que tomara de não tocar no dinheiro do roubo, Delfino temia voltar atrás depois que aquilo tudo já estivesse no passado, pois “Passada a crise, passado o sacrilégio e com a volta inevitável dos cuidados de todos os dias e dos credores do ano inteiro, teria ele suficiente fortaleza de espírito?... Mas não! Agora era coisa séria. Ele ia afinal se confessar” (CALLADO, 1957, p. 169). Nota-se, com isso, que além do evidente combate travado pelo protagonista de sua consciência moral, baseado na religiosidade da personagem, o mesmo costuma tender a expressar suas emoções ou ações pelo fator religioso, atribuindo, por exemplo, à confissão a solução para os seus problemas.

Além disso, as situações de pecado em que o protagonista se coloca, faz com que ele vivencie mais intensamente a sua religiosidade: “NÃO SE DIGA que naquela aziaga Sexta-Feira da Paixão Delfino Montiel não teve pelo menos um pensamento piedoso. Disse, como se estivesse rezando: ‘Senhor, fazei com que meus sofrimentos de hoje, tão pequenos comparados aos vossos, possam aliviar os vossos’” (CALLADO, 1957, p. 169). Assim, o protagonista, após ter se colocado no esquife do Senhor, sente-se profundamente culpado por cometer, para ele, um ato de profanação contra algo sagrado. Delfino sentia que:

o que se abatia sobre sua cabeça de pecador era a ira do Pai de Deus, não do seu Deus, o Jesus dos Evangelhos. [...] Delfino se colocara fora da jurisdição da Nova Aliança. Seu horrível pecado contra o filho, em cujo leito de agonia e morte se

meta, ia ser punido pelo Pai, o velho e terrível Deus de barba hirsuta que vivia tropejando nas páginas da História Sagrada. (CALLADO, 1957, p. 196).

Desse modo, Delfino considera, com base em suas reflexões, que “O instrumento escolhido pelo Deus velho para punir seu sacrilégio” (CALLADO, 1957, p. 191) é a privação de Marta, haja vista a esposa não querer mais que ele a tocasse após descobrir sobre seus atos. Observa-se, com isso, que a necessidade do protagonista em ser castigado se deve a culpa que sente pelo seu ato de “profanação”, além disso, é bem cabível que o mesmo relacione a privação de Marta como castigo, sendo que foi para casar-se com ela que Delfino roubou e aceitou dinheiro por imagem roubada.

Mesmo com o castigo, que é a rejeição de Marta para com Delfino, percebe-se que o mesmo fica aliviado por “tirar da alma todo esse peso, que bom se revelar a Mar horrendo, mas inteiro, sem nada mais lhe ocultar” (CALLADO, 1957, p. 184), motivo o qual se atribui ao peso que tem a culpa do pecado na personagem, sendo ele religioso. Assim, Delfino começa a buscar meios pelos quais possa se redimir, iniciando por juntar a quantia de todo o dinheiro que já havia recebido pelos roubos e, em seguida, indo até padre Estêvão para a confissão.

Sendo assim, após revelar seus pecados ao padre e receber sua penitência, Delfino sente-se incomodado com a penitência imposta a ele por dar importância para a opinião que outros têm em relação a sua vida, fato este que é criticado por padre Estêvão:

Você teve a coragem ímpia e desvairada de se meter no esquife do Senhor, mas tem vergonha de carregar à luz do sol a cruz do Senhor! Um Deus inocente pôde ser humilhado em público, mas você é bom demais para carregar a cruz de Feliciano Mendes! Vá, vá despregar aquela cruz e dar uma lição a essa alminha de colegial. (CALLADO, 1957, p. 212).

Dessa forma, Delfino vai relutante cumprir sua penitência, que “lhe parecia hediondamente inútil, mas seu pecado tinha sido tão grande que provavelmente só o que mais lhe chocasse e repugnasse serviria para tirar as manchas terríveis que pusera em sua própria alma” (CALLADO, 1957, p. 213). A isso, atribui-se a necessidade que a personagem tem de ser castigada por seus pecados, ou seja, para ele quanto maior fosse o pecado, igualmente deveria ser também a sua penitência. Por isso, “Precisava conduzir sua própria penitência num espírito de remorso e de sofrimento. [...] porque o que interessa não é carregar uma cruz para baixo e para cima, é aceitar de bom grado a humilhação da penitência” (CALLADO, 1957, p. 214).

Dessa maneira, diante dos conflitos e percepções analisadas na personagem protagonista, pode-se atribuir que ele é religioso de fato, no entanto, os aspectos de sua religiosidade são constantemente conflituosos, fazendo-o questionar sua moral e sua índole. Esses conflitos podem ser expressos pelos mais distintos sentimentos notáveis no anti-herói, como a culpa, o remorso ou o medo, contudo, todos eles partem dos princípios religiosos da personagem, o qual sempre recorre a Deus como Ser Supremo. Aspectos esses que caracterizam a religiosidade do ser.

Considerações Finais

Este artigo propôs-se analisar a religiosidade conflituosa da personagem protagonista Delfino Montiel, de modo a ressaltar tanto os aspectos que o caracterizam como religioso quanto, também, aqueles que o levam à conflitos, como a culpa, o remorso ou mesmo o medo, seja em ser descoberto, seja em perder sua esposa Marta. Para tanto, no primeiro momento deste trabalho, foi necessário que se conhecesse a obra em questão, de forma a compreender os ambientes, espaços e personagens que a envolvem e que dialogam com o protagonista Delfino.

Assim sendo, por meio dos elementos essenciais da narrativa foi possível notar que todo o ambiente do romance *A madona de cedro* (1957) é construído de forma predominantemente religiosa, o qual aborda, mais precisamente, a religião católica, trazendo para debates temas envoltos dessa religião, como a comunhão, confissão, missas e procissões. Da mesma maneira, as personagens que compõem esse romance também se inserem nesse contexto religioso, demonstrando grande devoção, sobretudo, a Deus e a Virgem Maria, a última na imagem de Nossa Senhora da Conceição, a madona de cedro. O enredo da obra, conforme explicitado, também está envolto, de certa forma, na imagem dessa santa, que foi roubada por Delfino no início da narrativa.

É diante desse roubo, basicamente, que se configura todo o conflito moral e religioso por parte de Delfino, o qual sente culpa e remorso pelo ato criminoso e – para ele – pecaminoso, ao mesmo tempo em que é feliz por seu casamento com Marta, que só foi possível devido ao roubo da madona. Nesse viés, mesmo após anos passados ao furto, o protagonista continua a viver esse constante conflito, do qual se culpa e, ao mesmo tempo, busca expiar-se.

Dessa maneira, diante do estudo realizado é notório que os sentimentos de Delfino são pautados por sua religiosidade, o qual sempre busca recorrer a Deus e a Ele relaciona e

entrega todos os aspectos de sua vida. Portanto, a personagem Delfino bem como a obra em si, *A madona de cedro* (1957), traz em seu âmago questões acerca da religiosidade do ser e que geram estudos significativos acerca da relação entre literatura e religião.

REFERÊNCIAS

- BRAIT, Beth. *A personagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- CALLADO, Antônio. *A madona de cedro*. Rio de Janeiro: Record, 1957.
- CANDIDO, Antonio [et al.]. *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução / tradução Sandra Vasconcelos*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo (Org). *As religiões que o mundo esqueceu: como os egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2002.
- GOMES, Geam Karlo. *A madona de cedro configurada na mídia televisiva*. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlije/2012/465ba45d344293f4d5dcb391f760e972_421_165_.pdf. Acesso em: 07 fev. 2023.
- HASTENTEUFEL, Zeno. O sentido da religião na vida da pessoa. In: GUELLER, Erinida G (Org). *Cultura religiosa: o sentimento religioso e sua expressão*. 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS: Mundo Jovem, 2002. p. 33-38.
- KLERING, José Romaldo. Religião e religiosidade. In: GUELLER, Erinida G (Org). *Cultura religiosa: o sentimento religioso e sua expressão*. 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS: Mundo Jovem, 2002. p. 29-32.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- SILVA, Daniela de Oliveira; CHAVES, Sérgio Wellington Freire. A religiosidade no romance *A madona de cedro*, de Antônio Callado. In: PINTO, Francisca Laila Ribeiro; LIMA, Maria Graciele de. *Aproximações e percursos literários*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 35-50.
- VATICANA, Edição Típica. *Catecismo da Igreja Católica / tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

Religiosity and conflict: the anti-hero of *A madona de cedro*

Abstract: This paper aims to analyze the religiosity in the protagonist character Delfino Montiel, from the novel *A madona de Cedro* (1957), by Antônio Callado, being understood as an anti-hero by the conception of Hook (2002). It is understood that the religiosity in the character is in confluence with his constant conflicts arising from guilt and remorse he feels in relation to the theft of the cedar madonna, so Delfino lives a conflicting religiosity. Therefore, based on theorists about religiosity such as Funari (2009), Klering (2002) and Fr. Hastenteufel (2002), as well as the specific religion in the work, Catholicism, with Catechism of the Catholic Church

(2000), we seek to understand how Delfino's religiosity takes place and how it affects or influences his life.

Keywords: Delfino Montiel; Religiosity; Conflict.

História brasileira recente no romance Pessach, A Travessia

Abilio Pachêco de SOUZA¹

Resumo: Neste texto, temos como ponto de partida a importância de obras literárias para estudo de história, em particular o estudo da ditadura militar no Brasil. O foco principal é a análise do romance de Carlos Heitor Cony, *Pessach, a travessia* (1967), com base nos conceitos de literatura de testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2003) e narrativa de resistência (BOSI, 2002). O estudo procura centralizar a análise no protagonista, que é também o narrador do romance, no estudo realizado por Marina Ruivo. O artigo encerra refletindo sobre a importância do debate incorporado no romance sobre a produção de romances durante o período de exceção.

Palavras-chave: literatura de testemunho, narrativa de resistência, Carlos Heitor Cony.

Introdução

A História e o ensino de História já há algum tempo - especialmente a partir da Nova História – tem utilizado das mais variadas fontes para compreensão da matéria histórica. Uma ferramenta imprescindível para este trabalho tem sido a utilização de obras de arte, em geral, e da literatura, em particular, em seus mais variados gêneros. Para o período mais recente da história brasileira ou, mais especificamente, quando o período demarcado é referente à ditadura civil-militar de 1964, predominam as letras de canção, charges, indicações de filmes bem como a produção literária denominada “poesia marginal”.

Somente mais recentemente a produção narrativa tem tido destaque como objeto de análise, especialmente romances publicados nos dois últimos decênios. Podemos dizer que quase houve um boom do romance nesta ditadura com destaque no enredo. Além desta produção mais recente, existe ainda uma vasta produção literária narrativa (contos e romances) sobre a ditadura militar que foram escritos e publicados durante a vigência do regime. Essa produção numerosa valeu, nos estudos literários, a epígrafe de “década do conto” para os anos 70. No que se refere ao romance, um levantamento realizado para a minha pesquisa de doutorado cataloga mais de 200 títulos no período e sobre o período.

¹ Doutor em Teoria e História Literária (UNICAMP, estágio sanduíche na Universidade Livre de Berlin). É líder do grupo de Pesquisa LAERTE (Laboratório de Estudos de Resistência e Teoria do Testemunho). É professor na Faculdade de Estudos da Linguagem e no Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), da Universidade Federal do Sul e Sudeste Paraense (UNIFESSPA). Endereço eletrônico: professor@abiliopacheco.com.br; Orcid <http://orcid.org/0000-0001-6809-4865>.

Nas últimas décadas, os estudos literários têm-se dedicado bastante a essa produção. Apesar disso, ainda existe uma zona nebulosa: uma quantidade significativa de romances ainda por serem estudados. Mesmo romances como é o caso de *Chibé*, de Raimundo Holanda Guimarães, publicado em Castanhal (1964), cuja tiragem constou de poucos exemplares e que foi é objeto de tese de Doutorado de José Victor Neto, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, merecem um estudo aprofundado. Se não teve uma circulação social ampla, ele é – e isso é importante destacar – um testemunho de seu tempo e em seu lugar específico de produção e de cenário.

Esses romances, além de representarem um documento importante para a compreensão do período, conjuntamente cooperam para políticas de memória relacionadas à verdade histórica e ampla do período da ditadura militar no Brasil.

Neste trabalho, entretanto, escolhemos nos deter apenas no debate sobre a participação político-ideológica de engajamento do protagonista do romance *Pessach, A travessia*, de Carlos Heitor Cony (1967 – ano de sua primeira edição).

Literatura de testemunho e narrativa de resistência

O debate acerca da memória política, por meio de textos narrativos literários, repousa sua reflexão teórica a partir das mudanças de paradigmas impostos pela produção e circulação de obras literárias narrativas de caráter testemunhal relacionadas à Segunda Guerra Mundial e que tematizavam, principalmente: o massacre aos judeus e a outros povos, o encarceramento nos campos de concentração e a clausura clandestina, só para citarmos alguns desses temas. O diário de Anne Frank e os romances de Primo Levy (sobretudo *É isto um homem?*) nos apresentam as reflexões de suas experiências enquanto judeus no contexto político de exceção (BOSI, 2002).

É a partir da leitura teórica e acadêmica desses textos que a literatura passa a ser entendida, também, conforme o seu teor testemunhal. Seligmann-Silva (2005) destaca em *O local da diferença* e, principalmente, nos capítulos de *História, Memória e Literatura* que os textos literários apresentam um teor testemunhal que aflora através das experiências dos narradores frente às experiências na era das catástrofes. Segundo ele, o testemunho “é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura [...] seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o ‘real’ (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373).

Outro conceito relevante para o debate é o de literatura de resistência. O professor Alfredo Bosi (2002) afirma que as narrativas, predominantemente escritas sob regimes de exceção, apresentam-se como elementos de resistência aos regimes instalados na Europa, a saber, o Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália e que, no Brasil, temos como exemplo de narrativa de resistência o livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, mas também nas muitas obras produzidas sob/sobre a ditadura do Estado Novo e sob/sobre o regime civil-militar de 1964. É importante delimitar que Bosi compreende o conceito originariamente ético de resistência como passível de ser transplantado para o campo da estética, e que, na ficção esse traslado conceitual é possível, sobretudo quando o narrador do romance “se põe a explorar uma força catalisadora da vida em sociedade: os seus valores” (BOSI, 2002, p. 120).

Essas duas perspectivas somadas são relevantes para a compreensão das obras produzidas no Brasil durante a ditadura civil-militar, especialmente tematizando, refletindo e criticando o regime instaurado no Brasil desde 1964. Cabe-nos observar como recorte necessário para esta comunicação um aspecto temático que nos interessa particularmente: a reflexão sobre a escrita do romance em momento de exceção e sobre o papel do escritor-intelectual em tal contexto.

A partir de pesquisa realizada com bolsistas no Campus de Bragança, entre 2011 e 2013, pudemos observar que boa parte das narrativas publicadas durante a ditadura no Brasil, apresentavam uma quantidade significativa de romances cujos protagonistas são intelectuais escritores. Essa recorrência interessa-nos, particularmente, e é um dos aspectos do trabalho de doutorado que esteve nas minhas reflexões ao iniciar meu doutorado no Departamento de História e Teoria Literária na Unicamp, sob orientação do professor Márcio Seligmann-Silva.

Vale notar que cerca de um terço dos romances aqui demarcados apresentam essa reflexão problematizando a escrita literária romanesca em um contexto de ditadura militar, violência institucional e cerceamento de direitos humanos. O resultado desse debate são romances dentro de romances, romances que versam sobre romances que não chegam a ser concluídos, sobre romances perdidos, confiscados por autoridades, desfolhados nas ruas e irrecuperáveis. Há, também, o debate sobre o romance ideal (reflexo de sua geração), a busca por um motivo para a escrita etc.

A presença do escritor como protagonista não se trata apenas de um mero recurso estético-retórico, mas ressalta a literatura como um produto histórico, fruto da vivência e da reflexão dos autores como sujeitos históricos com percepções críticas acerca da realidade

social. Nossa proposta neste texto, é destacar esse espelhamento que existe entre a narrativa – e nem dizemos ficção – e a realidade histórico-social pós-64.

O romance *Pessach, A travessia*

O romance *Pessach, A travessia*, de Carlos Heitor Cony, juntamente com o romance *Quarup*, de Antonio Callado, e o filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, representam em conjunto os primeiros trabalhos estéticos de relevância a questionar a primeira fase da ditadura militar (pré-AI-5). Cada um ao seu modo questiona, também, o papel do intelectual e a possibilidade de engajamento na luta armada. Os três autores estavam em fase de produção de seus trabalhos quando, em novembro de 1965, foram presos por conta de uma manifestação que faziam – junto com outros 5 intelectuais – em frente ao Hotel Glória no Rio de Janeiro. O episódio que se notabilizou como “Oito do Glória” resultou na prisão dos autores que, no cárcere, tiveram a oportunidade de trocar ideias sobre o que cada um deles estava escrevendo (KUSHNIR, 2000, p. 97). O clima de época era capturado de forma muito semelhante pelos três. Entretanto, optamos por nos ater ao romance de Carlos Heitor Cony.

O romance *Pessach, a travessia*, oitavo romance de Cony, tem ele mesmo uma história de recepção complicada. Quando seu autor escreveu, todos esperavam dele algo mais engajado e combativo contra o regime, devido às crônicas que ele escrevia para o jornal *Correio da Manhã* e que serviam de alento para aqueles contrários ao golpe, mas que não tinham coragem, possibilidade ou espaço em um jornal de circulação para publicar suas opiniões. As crônicas tiveram tanto sucesso que, em julho de 1964, foram reunidas e publicadas no livro de crônicas intitulado *O ato e o fato*. Mais de 1500 exemplares foram vendidos apenas na noite de autógrafos (GASPARI, 2002, p. 143). Cony, entretanto, não tinha alinhamento político de esquerda (nem de direita), sentia as injustiças e escrevia conforme desejava. Mesmo que parte dessas crônicas denunciasses crimes cometidos pelo regime recém instalado, graves violações de direitos humanos e mesmo o desaparecimento de pessoas, Cony não tinha necessariamente uma bandeira. A publicação do romance foi um banho de água fria nas pessoas que esperavam dele uma obra de denúncia.

O romance apresenta-se dividido em duas partes: “Pessach” (A passagem por cima) e “A travessia”. A primeira parte (até a página 120) narra as ações praticadas pelo protagonista Paulo em um único dia – o dia de seu aniversário de 40 anos. Paulo é um escritor profissional – ou seja, que vive da publicação de seus romances e crônicas para jornal – que já tem uma

obra consolidada de romances existenciais em linhagem sartreana, mas que não escreveu ainda o romance que gostaria. Vive uma vida, para a mentalidade da esquerda da época, acomodada, alienada e pequeno-burguesa. É separado, mora sozinho, a única filha vive em um colégio interno, a ex-mulher não o perturba sequer com a exigência de pensão, tem uma amante que o visita regularmente. Publica, de quando em quando, um romance e cumpre encomendas que o editor lhe fizer sem a menor dificuldade de inspiração. Ignora o que a crítica fala a seu respeito e se importa mesmo é se tem grana para viver, para ficar em paz, gastando o dinheiro recebido e para farrear com mulheres.

Na manhã de seu aniversário, recebe a visita de um amigo militante de esquerda que há anos não vira. O amigo Silvio juntamente com uma militante chamada Vera, vem lhe apresentar um convite que é, também, uma “oportunidade” de se recuperar como pessoa, pois como escritor, Paulo, na opinião de Silvio, já estaria perdido. Como Paulo é oficial da reserva – Cony também o era – e seu amigo tinha informações de seu excelente desempenho e habilidade com armas de fogo, o convite é para que ele participe da luta armada contra a ditadura militar. A recusa é evidente e contundente, mas é determinante para o desenvolvimento da segunda parte do romance. Após se desvencilhar do amigo e de sua camarada, Paulo cumpre todo o seu dia de aniversário de 40 anos vendo pessoas de sua estima – sua filha no convento, a ex-mulher, os pais idosos – e também passa na sede da editora para receber alguma encomenda e avisar que vai se ausentar uns meses para escrever um romance. Quando retorna à noite para casa, percebe que fora seguido o dia todo por Vera, que estivera se certificando se ele não iria denunciar Silvio e ela. Fim do primeiro dia. Fim da primeira parte.

A segunda parte inicia com Paulo encontrando Vera, a militante que o perseguira, escondida dentro de seu automóvel. Vera pede-lhe ajuda e o convence a levá-la para fora da cidade, pois as coisas haviam se complicado: uns desavisados haviam jogado uma bomba na embaixada americana. Depois que passam da barreira, Vera convence Paulo a ir mais adiante, a uma fazenda-acampamento do grupo perto de São Paulo e a 300 km do Rio de Janeiro, pois encontram no caminho um camarada ferido. Paulo aceita sob a condição de que iria apenas almoçar e ir embora, no entanto é retido na fazenda pois já sabe bastante. Lá permanece pelo menos por 5 dias. Não se queixa, pois pretende aproveitar o tempo de prisioneiro, escrevendo o romance que pretendia quando avisara na editora que iria se ausentar. Neste meio tempo, é-lhe apresentada a estrutura do acampamento, o local de treinamento, uma enfermaria improvisada etc. Ele, entretanto, não consegue escrever nada, pois termina se envolvendo nos

problemas do grupo, chegando a presenciar o estupro de Vera. Também se envolve em uma luta corporal com o estuprador que é assassinado pelo líder do grupo. Paulo também ajuda a enterrar o “companheiro” assassinado.

Dias depois quando está ‘libertado’ em São Paulo, onde deveria embarcar com Vera para Porto Alegre, ou apenas comprar as passagens para ela, caso desejasse abandonar a ‘missão’ que sequer assumira, Paulo resolve então embarcar para Porto Alegre de onde partiriam para se encontrar com o grupo mais avançado do movimento numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, quase fronteira com o Uruguai. Lá fica sabendo, por um dos líderes principais do movimento, sobre todo o resto do plano e decide participar da luta, num grupo que tomaria as cidades menores até as proximidades de Santa Vitória do Palmar. A ideia era tomar e resistir num pequeno triângulo no mapa do RS que fica entre o Uruguai e o Oceano Atlântico. Assim forçariam a ditadura a negociar e a devolver a democracia ao Brasil, mesmo que fosse para a direita. No caminho, o grupo formado por Paulo, Vera, Macedo – o líder da Fazenda – e mais dois gaúchos, descobre que o movimento fora traído. A luta passa a ser, então, pela sobrevivência com o objetivo de ultrapassar a fronteira com o Uruguai. Tendo os militares em seu encalço, todos os demais de seu pequeno grupo morrem. Paulo quando fica sozinho, já atravessando a fronteira e podendo fugir, resolve retornar, empunhar uma metralhadora e avançar. Fim do romance.

Marina Ruivo (2012), que fez um trabalho de fôlego sobre as obras de Cony publicadas até 1974, traça um perfil comum aos protagonistas de Cony. Segundo ela, o perfil de Paulo na primeira parte do romance se aproxima bastante do que ela chama de “seus antecessores” e que a segunda parte, “A travessia”, termina por representar uma ruptura com a produção literária anterior de seu autor. O que podemos perceber neste romance é que existe uma progressão ascendente de tomada de consciência do protagonista no decorrer da narrativa, muito embora ele não apresente aceitar totalmente a discussão da problemática social em detrimento da existencial. Por onde passa – principalmente na primeira parte do romance – todos o reconhecem como escritor e todos – com exceção de seus pais e sua esposa – comentam algo sobre o caráter alienado de sua obra. Mesmo sua filha lhe diz que o acha “um bocado alienado” (CONY, 1975, p. 45). Também os personagens da segunda parte da obra, ou seja, os membros do movimento armado, julgam a mesma coisa, mas não pretendem recuperá-lo como escritor, e sim possibilitar que ele tenha um papel mais revolucionário engajado na luta armada.

A aparente conversão de Paulo é lenta, com ziguezagues e incerta. Embora a recepção inicial do romance tenha lido como uma adesão do protagonista à luta armada, cremos – assim como o faz Ruivo – que essa conversão não se apresenta de modo tão evidente no romance. Sobre seu trabalho de escritor, Paulo, mesmo estando confinado na fazenda, ainda insiste em escrever. Organiza onde colocar a máquina de datilografar. Lê um esboço de romance que recebera das mãos da ex-esposa e que pretende terminar. Planeja os pontos principais para o novo livro cujo título seria Pessach e seria o cruzamento do mito do Êxodo com a história de seu pai de modo que a história de um homem pudesse funcionar como catalisadora da história de muitos homens.

Entretanto, alguns fatos ocorrem para sua progressiva mudança de atitude. É possível perceber isso pelos vários momentos de reflexão e introspecção psicológica nesta segunda parte. Marina Ruivo (2012) indica como fator mais importante para sua conversão uma noite em que ele salva Vera de um estupro, parte para uma luta corporal com quem a estava violentando e é salvo da morte pelo líder do grupo da fazenda.

Por outro lado, creio que o momento mais relevante da narrativa em que Paulo toma ciência e, praticamente, a decisão de ingressar na luta armada, ocorre quando está em São Paulo indo para a filial da Editora tirar um vale de dois meses para viajar. Ele olha para as pessoas nas ruas e sente repugnância pelo que ele chama de “homens de testículos inteiros e passivos na rotina incolor, na cadeia imbecil de compromissos ridículos, mesquinhos” (CONY, 1975, p. 233). A referência aos testículos se deve ao fato de que alguns companheiros de luta, inclusive um dos líderes perderam os seus em sessões de tortura. Mais adiante, como numa epifania, ele se dá conta do quanto pode ou poderia ter colaborado para formatar pessoas assim. Vejamos: “gente com ideias assentadas e tranquilas nas cabeças penteadas e dignas é justamente a humanidade de meus romances, a humanidade contra a qual eu combatia, eu acusava e condenava. No entanto, sou cúmplice daquela humanidade, cúmplice e escravo ao mesmo tempo” (CONY, 1975, p. 234). Outro momento semelhante a esta tomada de consciência podemos notar no último capítulo quando Paulo novamente faz uma reflexão sobre si mesmo e sobre seus romances. Ao perceber que mudara, ele afirma que “agora fazia parte de um mundo que aceitava o pacto com a morte, com a aventura, com a glória, o mundo heroico a que eu sempre me recusara, que sempre negara aos meus romances e à minha vida” (CONY, 1975, p. 289).

Tal tomada de consciência reflete um testemunho sobre o seu tempo ou um testemunho sobre a alienação de seu papel de escritor e reproduzidor daquela

alienação/submissão, mas também parece ressoar a explicação de Alfredo Bosi sobre a resistência em arte, em poesia. De modo metafórico, Bosi afirma que “resistir é subsistir no eixo negativo que corre do passado para o presente, e é persistir no eixo instável que do presente se abre para o futuro” (BOSI, 2000, p. 226) A arte, opera “uma ruptura com a percepção cega do presente” (BOSI, 2000, p. 226).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura brasileira pós-64, em geral, apresenta importantes reflexões sobre o período histórico. Neste texto, procuramos demonstrar como no romance *Pessach, A travessia*, de Carlos Heitor Cony, a reflexão sobre o fazer literário em choque com a possibilidade de engajamento confluem na figura do protagonista-escritor cuja conversão ou engajamento ocorre de modo gradativo no enredo do romance de modo a pôr em pauta problemas específicos da realidade histórica de sua época, sua vivência e sua percepção como sujeito histórico.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BOSI, Alfredo. “Poesia Resistência”. In: BOSI, Alfredo. *O Ser e o Tempo da Poesia*. São Paulo, Cultrix, 2000. pp. 139-192.
- BOSI, Alfredo. Narrativa de Resistência. In: BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach, A travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – a travessia de Cony e a Censura no Partidão*. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000.
- RUIVO, Marina Silva. “Uma certa maneira de desejar a liberdade”: *Caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no Pós-64*. Versão Corrigida. São Paulo: USP: 2012. (orientador: Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Literatura e trauma: um novo paradigma". In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. 63-80.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. Campinas: Unicamp, 2003.

Recent brazilian history in the romance Pessach, A Travessia

Abstract: In this text, we have as a starting point the importance of literary works for the study of history, in particular the study of the military dictatorship in Brazil. The main focus is the analysis of the novel by Carlos Heitor Cony, *Pessach, A Travessia* (1967), based on the concepts of testimonial literature (SELIGMANN-SILVA, 2003) and resistance narrative (BOSI, 2002). The study seeks to center the analysis on the protagonist, who is also the narrator of the novel, in the study carried out by Marina Ruivo. The article ends by reflecting on the importance of the debate incorporated in the novel about the production of novels during the period of exception.

Keywords: Testimonial literature; Resistance narrative; Carlos Heitor Cony.

Memórias e traduções: um estudo da relação do traduzir o passado¹

Wellerson Bruno Farias dos REIS²

Resumo: Este artigo baseia-se nas muitas possibilidades que a Tradução, enquanto área do conhecimento/disciplina dispõe. Contudo, não pretendendo abordar absolutamente em seu sentido literal, haja vista requerer um espaço mais amplo e dinâmico. Sendo assim, o estudo versa por uma de suas vertentes mais polares, a relação da memória e a tradução, o exercício de se traduzir a memória, sobretudo a coletiva, entre, e inter, povos. Desse modo, estudam-se as perspectivas de Bakhtin (1997) e sua multiplicidade de vozes; Hugo Simões (2020) e Julio Plaza (2003), estudiosos do campo da tradução, e também as de Ecléa Bosi (2003), Márcio Seligmann-Silva (2020) e Maurice Halbwachs (1990) pesquisadores e teóricos da memória, além de ter a Literatura Comparada como abordagem metodológica, discutindo e ilustrando, assim, o imbricar da Memória e Tradução.

Palavras-Chave: Memória; Tradução; Relação.

Introdução

A tradução durante muito tempo foi estigmatizada e reduzida somente ao seu sentido denotado, como se o tradutor, o profissional por excelência, por exemplo, atuasse em um campo limitado, como se o seu trabalho ocorresse de forma parecida a uma copiadora, porém, de um modo mais “complexo”, transpassasse (copiasse) o texto de uma língua à outra, o que decerto não poderia acontecer, ou pelo menos em sua totalidade. Uma vez que o traduzir não se restringe apenas a este ato, no entanto outras mais viabilidades são passíveis e possíveis de serem tratadas e implementadas para com a tradução.

Deste modo, justifica-se a produção deste texto com a perspectiva, entre outras mais, de contribuição para ulteriores explanações acerca desta área e suas vertentes. A julgar pela exímia importância da tradução para o meio acadêmico e para com a sociedade. Para mais, o objetivo deste estudo consiste, e está imbricado nas discussões já iniciadas, justamente por tentarem investigar e elucidar tal vertente do ramo da tradução, e a sua não “limitação”. Para isso, faz-se um diálogo com outras áreas, tais como a filosofia, a literatura e a história, para que se tenha uma discussão mais pontual acerca da memória e tradução, e a relação que ambas dispõem, sobretudo.

¹ O presente artigo foi elaborado com apoio da Bolsa de Mestrado da CAPES e do PROCAD Amazônia/CAPES.

² Graduado em Letras-Língua Portuguesa (UFPA), Mestrando no Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Línguas, Trabalho e Formação Docente (GPELFD). <https://orcid.org/0000-0001-6295-4932>

Ademais, a problemática em destaque deste artigo encontra-se no entendimento entre esses dois campos e tal liame, de modo que ambos não percam suas particularidades tal como o estudioso Hugo Simões descreve em seu texto “Traduzir memória: entre o objeto distribuído e a memória multidirecional”. Em vista disso, são discutidos alguns excertos da antologia do historiador e ficcionista Haroldo Maranhão, *Pará, Capital: Belém Memória, Pessoas e Coisas e Loisas da Cidade* (2000), de modo que a explanação com tais áreas fique ainda melhor contextualizada, uma vez que o texto do escritor paraense aborda temas condescendentes tanto com a memória quanto com a tradução.

Para tanto, confabulando com tais questionamentos e discussões, usa-se da Literatura Comparada como abordagem metodológica para que assim, didático, consiga tais objetivos, uma vez que ela permite, a partir de sua polaridade e, sobretudo, disposição e afinidade que abarcam tanto a intertextualidade quanto a interdisciplinaridade, mesclar distintas áreas e campos do conhecimento. Desse modo, percebe-se que a pluralidade de temas e perspectivas talvez seja um ponto característico deste estudo, o que também vai de encontro com as facetas da tradução, que não se rotula a um único panorama, pois é, entre outras coisas, resistência.

Assim sendo, tem-se com este estudo uma abordagem acerca das possibilidades que a relação entre Memória e Tradução permite e se permite o que não se limita apenas ao campo acadêmico, uma vez que esse enlace desagua no meio social, por excelência. Fato esse que se desmistificou a partir das leituras a seu respeito. Portanto, se discute a partir de então a relação da tradução do passado, não mais em uma visão limitada da tradução, mas caminhos.

Tradução e Memória: um enlace necessário

Inicia-se este diálogo com uma das reflexões mais pontuais e assertivas feita pela professora alemã Aleida Assmann ao dizer que “O que se seleciona para a recordação sempre está delineado por contornos de esquecimento” (*apud* SIMÕES, 2020, p. 60). Essa relação mostra-se cada vez mais verossímil – e até certo ponto corriqueira – a julgar pelo exercício o qual se faz e se esforça na busca de lembranças “adormecidas nas gavetas das memórias por, e, onde as guardamos”. É um caminhar de regresso, o passado se transfigura nas costas e convida-os a uma pausa no fazer outras memórias para que se demande a um local onde já estiveram antes. No entanto, essa investida não é, de todo, algo intrínseco e pertencente à

genética, é uma característica para além da biologia, o que muito dialoga com a ideia do filósofo Michael Oakeshott (2003)³.

O esquecimento, nesse sentido, é como um museu, a cada espaço por onde a exposição se delineia apresenta minúcias das vivências que o tempo proporcionou e proporciona, é um embate entre o que se busca e julga-se importante, o que também se mostra como um encantamento de se vê diante de uma infusão de muitas passagens as quais juntas formam os viventes. O querer ficar e reviver essas outras lembranças se mostra tentador, é como arrumar “nossos” quartos, por exemplo, que a cada abertura de uma caixa há ali um retorno ao momento em que “avistamos” um objeto que para marcou um tempo, ou uma carta narradora do evento em si.

Para tanto, percorrer esta exposição memorialística, como a maioria das coisas da/na vida, ocorre por etapas, o que nesse contexto atual da memória mais recente a aquela há muito esquecida. Um submeter-se para, paulatinamente, emergir no tempo ou evento que se quis rememorar. Acerca disso, pode-se dizer então que a memória, ainda que coletiva, como um todo é fragmentada, pontilhada numa linha cronológica reversa, o que faz com que haja a necessidade de elencar acontecimentos, sendo eles de um a um, a julgar pelas limitações perante a esse processo. Confabulando com essa ideia, e juntamente a perspectiva de Assmann (2011), o estudioso Márcio Seligmann-Silva em seu texto *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes* (2003) diz que:

Em contrapartida, observou-se mais e mais a ascensão do registro da memória – que é fragmentário, calcado na experiência individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos e não tem como meta a tradução integral do passado [...] no campo da memória atua a seleção dos momentos do passado e não o seu total arquivamento, ou seja, a memória só existe ao lado do esquecimento. (SELIGMANN-SILVA, 2020, p. 65-77).

Nesse sentido, tanto para Seligmann-Silva quanto para Assmann (2011), a memória e seu processo regressor atuam entrelaçados ao esquecimento, pois se este último não se fizesse existir os humanos seriam compêndios de vivências de um constante e, até certo ponto, eterno presente, onde tudo se comprazia a ele. No entanto, em contrapartida, nessa relação entra em vigência o mecanismo da possibilidade do “ir e vir a uma memória ou outra”. São, nessa perspectiva, viagens. Pois, desde a chegada ao ponto de embarque já começa a se sentir os impactos das lembranças às quais os envolvidos as aguardam, e buscam-se por elas. O

³ Ele diz que imerso a ideia de passado há um sentido de passado prático, que seria também descrito como “passado encapsulado” o qual ele descreve como “[...] o somatório de experiência e que mantém com ele uma relação que independe da rememoração, como na herança genética” (OAKESHOTT, 2003, p. 13).

deslocamento até elas ocorre para assim as trazerem ao presente, uma vez que seja exatamente, e necessariamente, este o tempo da memória, o hoje. Movimento esse que Julio Plaza (2003) prescreve certos caminhos para assim ocorrer de um modo “assertivo”.

[...] várias formas de recuperação do passado como intenção de construção de um diálogo. Em primeiro lugar, como poética-política ou estratégia artística em face de um projeto construtivo do presente, conforme se dá, por exemplo, no caso da recuperação de Sousândrade pelos poetas concretos (Augusto e Haroldo de Campos) ou da recuperação de ‘el Greco’ pelos artistas expressionistas e mesmo daqueles projetos do passado que confirmam projetos do presente. ‘o fato é que cada escritor cria seus precursores. Seu trabalho modifica nossa concepção do passado, como há de modificar o futuro. Nesta correlação, pouco importa a identidade ou a pluralidade dos homens (PLAZA, 2003, p. 6).

Esse processo é corriqueiro e, em muitos casos, invisível aos sentidos, é imanente no escopo do comum, comezinho em e nas atitudes mais débeis, pois ainda que não se intente tal demanda, ela é feita automaticamente. Para mais, a corroborar com tal posição e reflexão, Beatriz Sarlo (2007, p. 10) ilustra o quanto é involuntário o processo de lembrar, ela diz que “Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada”. Assim sendo, mesmo que oculto se está exercitando tal processo de “trazida” da memória ao presente, ao agora.

O curioso nessa relação de imanência é que se pode fazer um paralelo justamente com o tempo da memória, por exemplo, há na palavra “agora” uma preparação para algo que ainda irá acontecer, mesmo que a expressão denote o tempo do evento de modo imediato, ainda assim ela, intrinsecamente, infere a uma preparação, não o tempo exato da coisa em si, e isto também é um movimento involuntário. Bem como o interdito e fugidio instante de Clarice Lispector.

[...] Tenho um pouco de medo: medo ainda de me entregar, pois o próximo instante é o desconhecido. O próximo instante é feito por mim? Ou se faz sozinho? Fazemo-lo juntos com a respiração. E com uma desenvoltura de toureiro na arena. Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que tão fugidio não é mais porque agora se tornou um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já (LISPECTOR, 2020, p. 7-8).

Ademais, a espontaneidade imersa nos sentidos, ideias e perspectivas talvez seja um dos causadores da falta de, ou limitado, apreço pela tradução ao se relacionar esta com a memória, e assim pôr à prova a consistente relação que uma tem para com a outra. O que se

mostra evidente constantemente. Todavia, por durante muito tempo criou-se visões limitadas às quais desprezavam/menosprezavam a existência de tal enlace, pensamentos esses que embasam as discussões feitas por Hugo Simões (2020, p. 61), o que o infere a discussões diretas em um de seus artigos referentes a esta temática, nele ele diz que “Talvez por não se entender como um espaço perene, que seja capaz de manter, armazenar e transmitir por si só a memória cultural, a tradução não seja abordada mais do que lateralmente por Assmann e pela maioria dos estudiosos do campo da memória cultural”.

Acerca do ponto em que Simões refere-se à tradução como um “espaço perene”, pode-se relacioná-lo a, também, assertiva visão do filósofo francês Gaston Bachelard quando elenca pontos acerca da importância e, sobretudo, distintos lugares que para ele são fundamentais para que se haja uma melhor explanação da memória e, principalmente, sobre a sua “perpetuação” no transcorrer do tempo e a busca por elas. Bachelard (1993, p. 19), numa tentativa de dar uma espécie de reforço à “durabilidade” da memória, enumera/classifica alguns lugares capazes de auxiliar este processo, ele nomeia alguns da seguinte forma: “espaços de posse”, “espaços defendidos contra forças adversas”, “espaços amados”, ou ainda “espaços louvados”.

Conforme as observações e reflexões que este autor faz acerca das muitas possibilidades que se há em/de rememorem ao “abrirmos uma gaveta”, sendo este um lugar ora de posse por haver esse sentimento de pertença para com ela, ora amado por “armazenarmos” justamente tal emotividade. Além disso, pode-se ter também – em um exemplo mais emergente – enxergar os templos e igrejas tais como espaços louvados, a julgar pelo poder transcendental que a maioria de “nós” sentimos por quanto se adentra e “nos deixemos pertencer a estes lugares e espaços”. Contudo, essas perspectivas só são possíveis de se “viverem” quando inferidas por um olhar que atravessa o físico e que se enxerga a abstração que há por detrás do “concreto”, olhar esse que Sérgio Cardoso (2002) prescreve. Ele diz que este mesmo olhar.

[...] perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece orifinar-se sempre da necessidade de “ver de novo” (ou ver o novo), como intento de “olhar bem”. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor [...] Por isso o olhar não acumula e não abarca, mas procura; não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante sua empresa de inspeção e interrogação (CARDOSO, 2002, p. 348-349).

Desse modo, ao se utilizar tais visões se exercita então às muitas possibilidades que os seres humanos, enquanto seres imagináveis/sensíveis podem inferir diante de pontos, espaços,

lugares e formas físicas julgadas limitadas, que, no entanto, comportam lembranças ou memórias tão fortes quanto suas estruturas, o que faz com que a sensibilidade destes mesmos espaços se iguale as colunas as quais os sustentam, pois a abstração por detrás destas são tão necessárias quanto o “palpável” que se mostra de antemão.

A corroborar com tais palavras, Gaston Bachelard evidencia ainda mais a necessidade dos espaços para se trazer à memória para o presente, tal exercício, para ele, se mostra de fácil demanda quando se há, ou melhor, quando se faz dentro de um espaço.

Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço [...]. Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não podemos reviver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências (BACHELARD, 1993, p. 28-29).

Nesse sentido, o espaço, seguindo a perspectiva de Bachelard, funciona tal como um compêndio, o qual leva a imaginar que talvez seja por isso que ele utilize, demasiadamente, o exemplo da gaveta, uma vez que ela – em seu sentido literal – armazene inúmeros objetos e memórias destes e, também, neles. Armazenamento que sugere comparar tal como ocorre com a relação entre memória e tradução, pois também há essa particularidade em comportar uma à outra. Um enlace dual e igualitário. Em vista disso, Hugo Simões diz que “Traduzir memória é, sim, confiá-la a uma espécie de armazenamento, a uma mídia; o qual, porém, terá ação sobre o que é armazenado, a fim de apresentá-lo em um novo contexto” (SIMÕES, 2020, p. 62).

Esse novo contexto o qual o pesquisador se refere indaga a liberdade que a tradução dispõe sobre algumas áreas e, principalmente, sobre ela mesma. Memória e tradução e seu imbricar desencadeia algumas particularidades, sendo uma delas sua característica multidirecional, o que vai de encontro com a pluralidade e polaridade que ambas dispõem, e que fica evidente a seguir: “A tradução de memória carrega, assim, a característica multidirecional desta, abrindo-se ao contexto de destino como objeto pluripotente, capaz de dar acesso a novas relações a quem recebe a informação traduzida” (SIMÕES, 2020, p. 65).

Para mais, essa multidirecionalidade é também discutida e pontuada por Julio Plaza (2003) a qual se amplia quando imbrica a ela a ideia de sentidos, bem como ilustra:

O operar tradutor como pensamento em signos precisa de canais e de linguagens que permitam socializar esses pensamentos e estabelecer uma ação sobre o ambiente humano. [...] O homem, para sobreviver, começa a transmutar o mundo em signos, em palavras e imagens, tomando posicionamentos e delineando as fronteiras da realidade em nosso entendimento. Ao representar, o homem esquematiza o real e materializa seu pensamento em signos os quais são pensados por outros signos em série infinita, pois o próprio “homem é signo”. Essa atividade de cristalização em signos (a partir de possibilidades e sentimentos), em formas significativas e simbólicas é o que caracteriza a comunicação social e humana. Contudo, as relações do real (que é signo) e a linguagem que também é real tecem uma tessitura ou malha fina de conexões. O real é uma espécie de conjunto polifônico de mensagens parciais que realizam um contraponto, determinando a inteligibilidade maior ou menor do sinal de conjunto. Perceber já é selecionar e categorizar o real, extrair informações que interessam num momento determinado para algum propósito. Muito mais do que o real, o que os nossos sentidos captam é o choque das forças físicas com os receptores sensoriais (PLAZA, 2003, p. 45-46).

Acerca dessa troca, faz-se uma comparação entre a própria multidirecionalidade apontada acima com a Memória Coletiva, sendo esta última na visão de Maurice Halbwachs (1990). Ele diz que para “fazer parte de uma memória coletiva” não, necessariamente, precisa-se estar presentes na hora e local do evento, pois basta o testemunho de outrem acerca deste mesmo evento para que se tome posse do ocorrido, e assim tenhamos e pertencemos a tal memória coletiva, pois de certo modo “fomos acolhidos” pela coletividade de memórias e pessoas.

Essa troca fica evidente com os eventos ocorridos em Auschwitz, por exemplo, pois ainda que não “tenhamos participado” do ocorrido, ainda assim, “temos ciência” de tal evento-memória. Exercício esse que esbarra no trabalho do historiador em meio e, portanto, em face da história, bem como Ecléa Bosi discute.

A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, de dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual, impossibilidade que todo sujeito que lembra têm em comum o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Neste esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a validar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias (BOSI, 1983 p. 21).

Essa transposição de eventos, pessoas, lugares e memórias são verossímeis e perceptíveis em *Pará, Capital: Belém Memória, Pessoas e Coisas e Loisas da Cidade* (2000)⁴, por exemplo, principalmente quando Haroldo Maranhão elenca passagens que

⁴ O texto referido trata-se de uma antologia do escritor paraense Haroldo Maranhão, nele o autor reúne inúmeros excertos de personalidades que escrevem a respeito da história do estado do Pará e sua capital Belém. Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 21, jan-jun, p. 43-55, 2022

narram o cotidiano das ruas da cidade de Belém. O antologista se ocupa e se preocupa em registrar passagens de tempos passados para que seu leitor “tenha ciência” do dia a dia da capital paraense dos séculos XVIII, XIX e XX, na perspectiva dessa coletividade específica de um tempo – não do “nosso” – se firme no presente, sendo este o tempo da memória e, portando, este mesmo leitor participe desta memória coletiva, tal como ocorre com os eventos da Segunda Guerra citados anteriormente.

Além disso, Haroldo Maranhão atua em seu texto como um guia turístico a apresentar sua cidade, sendo essa edificada por algo tão sólido e atemporal quanto as estruturas concretas, palpáveis e resistentes que as dão forma às palavras. Palavras essas não proferidas por ele, mas por outras personalidades que juntas alegorizam, ou representam de forma didática, o sentido de Multiplicidade de vozes que Bakhtin (2008) ⁵ aborda. Vozes essas que, e respeitando a ordem e predisposição estabelecidas por ele, não se sobrepõem, todavia respeitam as colocações (posições) uma das outras, sendo assim, de fato, uma sonoridade.

Acerca disso, Bakhtin (2008, p.308) diz que sempre há “a consonância ou a dissonância de réplicas do diálogo aberto com as réplicas do diálogo interior dos heróis. Em toda a parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada de modo diferente”. Em vista disso, destaca-se um trecho da obra de Maranhão para evidenciar o uso dessas vozes.

Pela 22 passava todo tipo de ambulante. O folheiro vendendo a Folha do Norte. O pupunheiro apregoando; **Piê pupunhê cozidê!** O cascalheiro tocando num triângulo de metal. A carrocinha do leite de vacaria, o galego na boléia, o sininho batendo. O midubinzeiro oferecendo cartuchos de midubim torrado. O doceiro com o charão de sonhos e caracóis. O amolador empurrando uma roda com a pedra de mó. O bucheiro com o seu carrinho sujo de sangue de vísceras. O fruteiro repetindo: **Olha o abacaxi-xi-xi, uxi, mariri!** E mais o tapioqueiro, paçoqueiro, o sorveteiro, o comprador de jornais velhos e garrafas vazias. Passava também o bonde **Independência** e a carrocinha da Cremação capturando cães soltos nas ruas. Por trás das venezianas xingávamos os lançadores: – Larga o bicho, filho da puta! (MARANHÃO, 2000, p. 140).

Ao trazer a voz de Alfredo Oliveira ⁶ – seu conterrâneo – Haroldo Maranhão atua feito um tradutor, ao registrar em sua antologia uma passagem do texto *Belém, Belém* (1983) ele

Fragmentos que na perspectiva deste estudo configuram-se como memórias, na perspectiva de Bosi, mas também vozes traduzidas na visão de Bakhtin.

⁵ Para ele, em textos escritos ou orais, há “Em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente” (BAKHTIN, 1997, p. 271). O que vai de encontro com os muitos textos e, principalmente, contextos encontrados pela tradução e, conseqüentemente, por seus tradutores.

⁶ Também escritor paraense o qual Maranhão usa um recorde de sua obra para evidenciar a pluralidade de diálogos, elementos e cotidianos da cidade de Belém durante o século XIX. Para mais, e em vista disso, o Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 21, jan-jun, p. 43-55, 2022

utiliza deste mesmo trecho para contextualizar um ponto específico em sua miscelânea. Fazendo assim uma das facetas do ramo da tradução que se compraz em apresentar um mesmo assunto em um contexto diferente. Desse modo, além de guia turístico, Maranhão também atua como um tradutor a apresentar textos, antes vistos, a eventos, pessoas e contextos diferentes.

Além disso, os demais fragmentos os quais ele usa para assim edificar sua cidade, são vozes que atuam feito as memórias para Gaston Bachelard, pois segundo o francês “o poeta não me confia o passado de sua imagem e, no entanto, sua imagem se enraíza, de imediato, em mim” (BACHELARD, 1993, p. 342).

Para mais, pode-se dizer então que no registro feito por Haroldo Maranhão não há apenas indícios ou marcas de um escritor envolvido com e para o lugar de onde e, principalmente, de que se fala, existe nesta relação a evidente noção de memória e tradução. São na verdade noções postas no plural justamente por elencar e relacionarem-se com campos/áreas outros/outras, bem com a história, literatura, filosofia, arquitetura e linguística, alegorizando assim, e dessa forma, uma intertextualidade imanente por excelência, tal como o “agora” – discutido neste texto – e o “instante” elucidado por Clarice.

Assim sendo, o autor de *Pará, Capital: Belém é*, entre outras coisas, tradutor, mas não aquele cujo ofício se equivale ao buscar e escolher as melhores palavras para determinado texto, – tal como se descreve no início deste artigo – mas um trabalhador do diálogo, um servidor de, e para com, todas as áreas e palavras. Sendo elas do sistema linguístico ou não. O que muito dialoga com a fala de Bakhtin.

O ato de fala, sob a forma de livro, é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor, como as de outros autores: ele decorre, portanto, da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. O discurso escrito é parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções, potencia e procura apoio, etc... (BAKHTIN, 1981, p. 123)

Nessa perspectiva, o trabalho do autor paraense ao registrar tais passagens as quais formam, não somente a história e cultura da cidade de Belém, mas do estado, a julgar pela grande relevância que este tem para toda a região norte, se faz também de modo político. Pois elenca, a partir de sua intertextualidade e interdisciplinaridade, que segundo Pires “[...] significa diálogo entre textos de várias procedências, em variados cruzamentos e tons e

excerto funciona como um marco temporal e, assim, memorialístico traduzido pelo antologista. Um exercício da relação entre tradução e memória.

timbres diversos” (PIRES, 2007, p. 18), que faz um elemento importante tanto para a Literatura Comparada bem como para a tradução. É uma forma de mantê-la viva e utilitária/utilizada, tal como ocorre no traduzir memórias, sendo este, a espelho do outro, um ato político e de resistência e que visa o presente e, sobretudo, o futuro, pois:

Para qualquer tradição benjaminiana, a tarefa da rememoração, afinal, é “altamente política: lutar contra o esquecimento e degeneração é também lutar contra a repetição do horror (que infelizmente, se reproduz constantemente)” (GAGNEBIN 47) (p. 61) [...]O rememorar tradutório evidencia algo pertinente a qualquer objeto carregado de memória: a lembrança constantemente se transforma. Assim, o ato de traduzir memória configura-se também por suas necessárias alterações no percurso da travessia (SIMÕES, 2020, p. 62).

Neste viés, Haroldo Maranhão edifica seu *Pará, Capital: Belém Memória, Pessoas e Coisas e Loisas da Cidade*, por entre suas quase 400 páginas em uma nuance de vozes, uma mão de obra de seletos grupos que, juntas dão vida a uma Belém de memórias, sendo em muitos casos, memórias traduzidas. Um cruzamento entre seus muitos cotidianos, congruências entre o pacato e o agitado, o novo e o velho, o centro e a periferia, um “grosso e a retalho” de vivências que se unem e se desprendem num ir e vir contínuo no eterno ciclo citadino.

Além disso, enxergar Belém por esses muitos olhares compartilhados por Maranhão, remete a outra reflexão elucidada por Ecléa Bosi (2003, p. 202) quando questiona “Por que definir a cidade em termos visuais? Ela possui um mapa sonoro compartilhado e vital para seus habitantes que, descodificando sons familiares, alcançam equilíbrio e segurança”. Sons esses que dialogam com os muitos “cantos” da cidade cantada, contada e, sobretudo, traduzida por Maranhão.

Ademais, quando Sérgio Cardoso prescreve um olhar para além do físico ele corrobora com a perspectiva de Décio Pignatari, que de igual forma infere uma visão para além do óbvio, daquilo que as linhas dos textos ilustram, é, então, um olhar curioso. Nesse sentido, por meio da semiótica de Pignatari, na literatura consegue-se imaginar e se perceber a grandiosidade que se há por detrás das palavras, pois nem tudo se resume a elas, tal como o estudioso diz “A semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras” (PIGNATARI, 2004, p. 20). Para evidenciar a importância da semiótica para com a literatura e, na visão deste estudo, para a tradução, ele diz que:

Serve para estabelecer as ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem. Serve para ler o mundo não verbal: “ler” um quadro, “ler” uma dança, “ler” um filme – e para ensinar a ler o mundo verbal em ligação
Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 21, jan-jun, p. 43-55, 2022

com o mundo icônico ou não verbal. A arte é o Oriente dos signos; quem não compreende o mundo icônico e indicial não compreende o Oriente, não compreende o mundo verbal, não compreende o Oriente, não compreende poesia e arte (PIGNATARI, 2004, p. 20).

Desse modo, para este artigo, quando se propôs estudar a relação entre memória e tradução foi no sentido do que, tanto Sérgio Cardoso infere, quanto Décio Pignatari discute. Pois como ambos dizem, perceber a linguagem, nas suas mais diversas representações, é se desprender das palavras em sua “forma fechada”. É um desligamento necessário para se entender o processo e, principalmente, a relação que há entre a Tradução e a Memória, o exercício de se traduzir o passado, pois, bem como elucidado, a comunicação não se dá apenas em palavras, da mesma forma que a memória ocorre por inúmeras vias, sendo então a sua tradução algo real e eficaz.

Para mais, este trabalho baseou-se em uma relação comparatista entre a memória e a tradução, o que resultou em um diálogo importante, uma vez que tal enlace seja, até certo ponto, indissociável a julgar pela polaridade das duas áreas. Sendo assim, a Literatura Comparada se fez tal como o liame entre elas, ainda que de modo intrínseco, pois segundo a perspectiva Pageaux (2011, p. 84) [...] “já não há a necessidade de observar dois textos e estabelecer uma relação binária entre ambos. Um único texto pode se tornar o objeto de um estudo comparatista”. O que também dialoga com a visão de Tania Franco Carvalhal e abordado em seu livro *Literatura Comparada* (2006).

Em síntese, tem-se nesse estudo um diálogo acerca da oportuna e convidativa relação que, tanto a memória, quanto a tradução, proporciona o que, no entanto, não se conclui enquanto pesquisa ou estudo acerca deste “vínculo”. Considerando o que diz Hugo Simões e Julio Plaza pode-se então fazer outras mais inferências acerca desse enlace, pois assim como tantas outras áreas do conhecimento, sempre há algo o que discorrer, ou mesmo *traduzir*, a exemplo deste texto.

Considerações Finais

Há relações que ficam incompletas mesmo quando são compostas por muitos elementos, cinco, quatro, três, e outras que se completam com o mínimo de participantes que se exige para enfim se conseguir tal comparação, este último pode ser o caso da memória e tradução. É um caso, não raro, mas inquestionável no nível de sua confabulação, de sua troca

e funcionalidade, ambas se interligam em uma tentativa da excelência em atingir o que as duas, juntas, se encarregam.

Discorrer acerca desta temática destravou-se inúmeros caminhos instigantes e propícias vivências e vigências da memória, percebeu-se o quão convidativo é o processo do rememorar, da trazida do passado ao presente, respeitando e exercitando o tempo da memória sendo ele, justamente, o presente, o hoje, o agora, ainda que este já tenha ares de passado. Um passado que não se tem todo e completo, a julgar pela memória fragmentária/fragmentada, o que também é uma característica “nossa” e, principalmente, bem-vinda, pois mostra que “somos”, não limitados, mas humanos.

Tecer sobre um texto a respeito da memória e, juntamente, com as possibilidades que a tradução dispõe, se mostrou como uma descoberta, pois o primeiro efeito deste é fazer com que se intente relacioná-la com outras áreas as quais antes não se imaginava que se poderia fazer a justa relação. A tradução nessa perspectiva, e que na verdade o é, é um campo vasto de possibilidade, não só de trabalhos e estudos, mas formador, um preceptor social ao ponto de contribuir para a formação de uma sociedade como um todo, a julgar por toda a sua história ao longo dos anos, por exemplo.

Desse modo, com tudo o que se procurou descrever neste texto é assertivo dizer que a tradução está para a memória da mesma forma que a literatura está para a história, uma troca irrefutavelmente bem-vinda e, sobretudo, necessária, pois como dito acima, esse enlace vai além de fins acadêmicos, é social e humanizador. Assim sendo, espera-se que, a exemplo do texto de Hugo Simões, outras mais pesquisas surjam acerca desta temática e assim continue a perpetuar um dos muitos papéis, tanto da memória, quanto da tradução.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1983.
- CARDOSO, Sérgio. “O olhar viajante (do etnólogo)”. In NOVAES, Aduino (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 347-360.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. 4º ed. São Paulo: Ática, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (tradução: Laurent Leon Schafter)
- MARANHÃO, Haroldo. *Pará, Capital: Belém: memórias & pessoas & coisas & coisas da cidade*. Belém: Supercoros, 2000.

- PAGEAUX, Daniel-Henri. *Musas na Encruzilhada: ensaios de literatura comparada*. Santa Maria: UFSM, 2011.
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica e literatura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- PIRES, Antônio D. Lugares-Comuns da Lírica, Ontem e Hoje. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, Catalão, Vols. 10-11, 2007. P. 01-30.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva / tradução Rosa Freire d'Aguiar*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SIMÕES, Hugo. Traduzir memória: entre o objeto distribuído e a memória multidirecional. In: *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 40, n° 3, p. 58-74, set-dez, 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Prateshi Vieira. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1981.
- OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- LISPECTOR, Clarice. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2020.
- PLAZA, Julio. *Tradução Intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Memories and translations: a study of the relationship between translating the past

Abstract: This article is based on the many possibilities available to Translation, as an area of knowledge/discipline. However, not intending to approach absolutely in its literal sense, considering that it requires a broader and more dynamic space. Thus, the study deals with one of its most polar aspects, the relationship between memory and translation, the exercise of translating memory, especially the collective one, between and inter peoples. Thus, for this, Bakhtin's perspectives (1997) and his multiplicity of voices are studied; Hugo Simões (2020) and Julio Plaza (2003), scholars in the field of translation, and also those of Ecléa Bosi (2003), Márcio Seligmann-Silva (2020) and Maurice Halbwachs (1990) memory researchers and theorists, in addition to having Comparative Literature as a methodological approach, discussing and thus illustrating the imbrication of Memory and Translation.

Keywords: Memory; Translation; Relationship.

Revisitando ‘Terra Verde’: diálogos poéticos com Eneida

Vânia Alvarez
(*in memoriam*)¹
Joel Cardoso²

Para
Lucélia Padilha,
com reconhecimento e gratidão

Resumo: Eneida de Moraes (1904-1971), ou, simplesmente, Eneida, como preferia ser chamada, foi jornalista, poeta, cronista, carnavalesca, ativista atuante na política e esteve sempre à frente do seu tempo. Feminina e feminista, amiga dos grandes nomes do cenário cultural da sua época, ela foi uma autêntica representante da História da Cultura e da Literatura paraense. Neste artigo, revisitamos sua primeira obra *Terra Verde – Versos Amazônicos*, depois, apenas intitulada como *Terra Verde*, cuja edição ocorreu em 1929. Observamos, nos versos da autora, projeções biográficas, bem como a exaltação da paisagem amazônica, características que, de certa forma, se mantêm em toda a sua produção literária. Dentre os teóricos e historiadores da literatura aqui mencionados, citamos, entre outros, João de Jesus Paes Loureiro, Amarilis Tupiassu, Marinilce Coelho e Olga Savary.

Palavras-Chave: Literatura de expressão Amazônica; Eneida; *Terra Verde*.

Considerações iniciais

*E quem pode deixar de ser poeta
numa terra que é um ode à Vida!
Numa terra que é um deslumbramento,
numa terra onde tudo é novo e tudo é lindo?
(ENEIDA, Muiraquitã, 1929, p. 27)*

Os versos de abertura desses diálogos são parte de um hino de exaltação e de amor à terra natal escritos por Eneida (1904-1971), parte do imenso legado que sua obra representa. São versos amazônicos presentes no livro *Terra Verde* nos quais se constata a generosidade de Tupã em emprestar tanta beleza natural a um lugar único. Nestes poemas, Poesia é Oração,

¹ Vânia Maria do Socorro Alvarez, ou, simplesmente, Vânia Alvarez (23.07.1958 // 17.06.2021), foi teóloga e jornalista, escritora e poeta, ensaísta e ativista cultural. Por mais de duas décadas, atuou como professora de Literatura do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA. Possuía mestrado em Estudos Literários e era especialista em Literatura Brasileira da Amazônia. Quando faleceu, estava finalizando o seu Doutorado pelo PPGL/UFPA. Publicou: *História e Memória em Aruanda e Banho de Cheiro, Deus sobre todas as coisas, Escre(vi)vências & Afetos, A Literatura Amazônica e a Cultura Regional, para além das salas de aula, Romanceiro da Floresta & das Águas, Ensaio: 30 Fotos de Elzinha x 30 Letras Minhas* entre outras obras.

² Professor titular do Instituto de Ciências da Arte, da UFPA. Pós-Doutor em Artes, Doutor em Literatura Brasileira, Mestre em Teoria da Literatura.

uma Prece³, marca da identidade cultural do amazônida, versos que tem como temática a natureza, as lendas, os mitos, as crenças, as tradições miscigenadas, os costumes, o cotidiano heroico dos caboclos, negros, índios e ribeirinhos.

Nesse *locus* lítero-cultural complexo, ainda desconhecido por muitos, há histórias do ribeirinho que explora as matas, navega pelos rios, furos, paranás, igarapés – gente que vive na Nação da Água e dos Encantados. Há o deslumbramento pela natureza e pelos mistérios e crenças, nas lendas da Iara⁴, do Boto, da Cobra Grande, da Matinta, do Muiraquitã, das Icamiabas. São poemas que proporcionam ao leitor flunar pela cultura amazônica e pelo inconsciente coletivo que advém das vivências de ver maravilhamentos nas coisas ao redor.

Esse deslumbramento pelas experiências do cotidiano também se faz presente na obra de outros poetas amazônicos que são sementes vivas das florestas e das águas do Norte do Brasil, trazendo em si a marca de serem a voz dessa gente anônima, formada por lavradores, barqueiros, marinheiros, apanhadores de açaí, seringueiros, pescadores, coletores de castanha e de sementes, mateiros, vaqueiros, pequenos comerciantes, biscateiros, artesãos e essa gente (heroica) que vive “uma profunda relação com a natureza” e que, portanto, irá consolidar e fecundar “poeticamente seu imaginário” (LOUREIRO, 1995, p. 26). Trata-se, portanto de um traço indelével da Literatura Amazônica.

E como não se encontrar com a poesia em um sistema de vida no qual o dia a dia é um desvendar de segredos, de enigmas e de mistérios? O poeta Jorge Luis Borges assinala que a poesia é uma paixão e um prazer e se “passamos à poesia; passamos à vida. A vida é feita de poesia. E a poesia não é alheia, está logo ali, à espreita. Pode saltar sobre nós a qualquer instante”. A poesia é um enigma e os mortos podem ser ressuscitados quanto se abre um livro de poemas. Afirma Borges que nos poemas “há vozes e cada um é uma tentativa de imitação do que outros pensam, sentem e dizem” (BORGES, 2001, p. 11 e 14). Ler os poemas de *Terra Verde* é, nesse sentido, o espreitar da poesia em um imaginário ainda a ser explorado. E como assinala o poeta Paes Loureiro – “uma viagem labiríntica em um mundo onde os deuses ainda não estão ausentes, onde as pessoas são capazes de prodígios diante da natureza e da vida, onde ainda não se deu o desterro numinoso” (LOUREIRO, 1995, p. 14).

Dáí esse traçado de diálogos poéticos para decifrar os poemas que ora são um desafio de leitura: a relação da poética de Eneida com a Literatura da Amazônia, as origens

³ Poesia é oração ou prece quando revela um aspecto da espiritualidade do poeta; não se trata de religiosidade, mas faz parte do credo modernista, de que o poeta é o criador e o poema, sua criação.

⁴ Iara, formosa mulher de voz encantadora, cativante, vive nos rios e lagos. Uma das deidades do indígena, cuja crença passou ao semicivilizado atual. De y=água, iára = senhora. MIRANDA, V. C, in *Glossário Paraense*. 1968, p. 42.

antropofágicas do livro, a relação com a crítica literária nacional, os ecos da modernidade no Norte e os diferentes modos de refletir sobre a cultura amazônica que é o amálgama fundamental dos poemas de *Terra Verde*.

Literatura da Amazônia e Eneida

*Uma canoa pequenina,
Bonitinha,
Pintadinha de verde...
O seu nome era um sorriso: “Vim beijar-te”.
E eu perguntei ao caboclo,
que remava, sorrindo:
- “Porque puseste esse nome?”
E ele orgulhoso, feliz: - “porque gosto de beijo e acho bonito!
(Eneida, Deslumbramentos Tocantinos, 1929, p. 47)*

Agosto de 2019 foi marcado por um importante convite para quem ama Literatura da Amazônia e que pesquisa desde 1997, a obra da escritora Eneida de Moraes: os diletos amigos e respeitáveis professores-pesquisadores-doutores Bel Fares e Paulo Nunes acenaram a possibilidade de republicação do livro de poemas *Terra Verde* e surgiu o pedido para que aceitassem para escrever as palavras deste Prefácio, que segue o caminho dos diálogos poéticos. Confissões à parte, a republicação das obras de Eneida e de outros escritores amazônicos tornou-se um desafio a vencer e que já havia sido apontado por Alvarez (2000), como uma forma de implodir a barreira que separa a geração de leitores do século XXI, das obras que foram publicadas há mais de 60 anos.

Além disso, constatamos que a obra de Eneida é grandiosa e vai muito além de crônicas memorialistas, justamente porque há em sua produção literária faces que a crítica literária e os estudiosos ainda não conseguiram observar, exatamente pela falta de acesso a sua vasta obra, que ou está ‘aprisionada’ em publicações raras, aguardando republicações; ou outros textos encontram-se pulverizados em jornais e revistas, que também são penalizados pelo distanciamento leitor/obra/tempo e pela memória cultural.⁵ Assim, republicar essas obras é uma extraordinária iniciativa, bem como torna-se necessário buscar os acervos disponíveis em bibliotecas públicas e particulares, em grupos de pesquisa ou que já se encontram digitalizadas.

No período de 2006-2010, uma intensa pesquisa foi realizada no jornal *Diário de Notícias*, particularmente na coluna “Encontro Matinal” e nos “Suplementos Literários” dos

⁵Alguns escritores amazônicos já têm experimentado a republicação de suas obras, como é o caso de amor à obra de Dalcídio Jurandir, possibilitando aos novos leitores e pesquisadores o acesso às novas publicações.

quais a escritora fez parte, o que possibilitou a descoberta de que Eneida realizou o que futuramente se chamaria de jornalismo cultural (de 1954 a 1971). O acervo utilizado foram os da Biblioteca Nacional e o cedido pela família de Eneida ao GEPEN/UFPA que, na pessoa da professora Dra. Luzia Miranda Álvares, tornou possível o acesso há mais de 3.000 recortes de jornais, dentre crônicas, reportagens, ensaios e comentários.

Apesar de todos os esforços de pesquisa, só foi possível trazer à tona o perfil da Eneida que realizou crítica literária, a jornalista cultural, a repórter literária, a memorialista da Geração dos Escritores Pós-1945, a ensaísta que discutiu temas importantíssimos, tais como, Leitura, Educação, Literatura, Arte, Liberdade de Expressão, em uma época que antecedeu um longo período de exceção vivido no Brasil.

Nessa época, Eneida mantinha uma relação de profunda amizade com os escritores e livreiros de seu tempo; que participava de feiras literárias e de eventos culturais; que incentivava a leitura pública de obras; que criou as tardes de autógrafos na Livraria São José; que via na literatura o seu modo de viver. Ficou de fora desses estudos, a Eneida que escrevia poesia, tal qual se observa em *Terra Verde*, que em uma leitura mais atenta possibilitou diálogos da crítica literária, de outros escritores amazônicos ou de pesquisadores com a poética eneídiana, face ainda quase inexplorada, o que valoriza ainda mais a iniciativa de republicação do presente livro de poemas.

Reler os poemas de Eneida é adentrar nas canoas que navegam nas estradas que andam na Amazônia. É enveredar pela simplicidade cabocla de reminiscências que são um apelo ao lirismo; canoas que em letras pintadas artesanalmente e talhadas em cores, nos revelam mensagens simples e belas, da gente semianalfabeta, mas que faz e vive poesia, em seu cotidiano: “Vai com Deus”, “ Felicidade”, “Boa Sorte”, “Beijo de Morena” ou “Vim beijar-te”.⁶ E isso tudo é poesia! Como nos ensinou Jorge Luis Borges: “Há casos que a poesia cria a si mesma”, porque é pela poesia que “as circunstâncias, os acidentes do tempo, a beleza das coisas ao redor podem ser alcançadas” (BORGES, 2001, p.120).

⁶ Antônio Gualberto publicou “*História e Memória da Carpintaria Naval Ribeirinha da Amazônia*”, escrito a partir de pesquisas em um estaleiro da cidade de Vigia de Nazaré (PA). Gualberto destaca a ‘cultura da conversa’ observada nos locais onde as embarcações são feitas, a circulação de saberes da arte de saber-fazer uma embarcação e a tessitura cultural que existe no passo a passo de sua criação. Os nomes dados aos barcos e canoas referem-se ou à cultura indígena tradicional, ao viver heroico dos ribeirinhos, à natureza pródiga ou à gratidão aos deuses por viverem em um paraíso terrestre. GUALBERTO, A. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Teresina: UFPI, 2009. In: [http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Antonio%20Jorge%20 Pantoja%20 Gualberto.pdf](http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Antonio%20Jorge%20Pantoja%20Gualberto.pdf).

Origens de *Terra Verde*

*Eu fico perdida a olhar essa paisagem...
E nos meus olhos desbotados,
fica uma nota viva e alegre
de Esperança...
(Eneida, Paisagens, 1929, p. 72)*

O toque autobiográfico nos escritos de Eneida é um dos traços principais de sua obra *Aruanda* e *Banho de Cheiro*. Notamos também em *Terra Verde* essa intensa relação com a vida de perdas e de renúncias, que uma mulher naquela época teria que adotar, ao optar por enveredar no mundo das letras, um ambiente hegemonicamente masculino (dos chamados *homens de letras*). A paisagem da cidade natal torna-se melancólica, mas referenda-se como alento para reviver um tempo feliz.

Na pesquisa para doutoramento “Crítica, ensaio e memória cultural em Eneida: as interfaces das crônicas e entrevistas publicadas no Diário de Notícias (1951-1960)”, de Alvarez, entre os anos de 2006-2010, ainda inédita, merecem destaque as mudanças que ocorreram na vida da escritora entre os anos de 1921-1930, período anterior à publicação de *Terra Verde*.

Em 1921, a escritora casou-se com Genaro Baima de Moraes e, do casamento, nasceram dois filhos, Léa e Otávio Sérgio. A partir daí, passou a assinar seus escritos como Eneida de Moraes. Continuou lendo a biblioteca deixada por sua mãe, que falecera vítima de gripe espanhola em 1919. Passou a colaborar em jornais, publicando crônicas e pequenos poemas e continuou a secretariar as revistas *A Semana* e *Guajarina*. Em 1925, viajou para o Rio de Janeiro, a passeio, e na redação da Revista *Para Todos*, da qual foi colaboradora, conheceu o escritor e livreiro Álvaro Moreyra e sua esposa Eugênia. Do casal Moreyra, Eneida tornou-se grande amiga. De volta a Belém, em 1927, dedicou-se à poesia e ao jornalismo cultural (na época chamado de publicismo cultural ou crítica de rodapés). Passou a publicar no periódico *O Estado do Pará* escrevendo para a página de crítica literária. Integrou-se ao grupo de jovens jornalistas paraenses da época: Alcindo Cacela, Santana Marques, Paulo de Oliveira, Sandoval Lage e Edgar Proença. Àquela altura, a poesia era a sua predileção e aos domingos, a escritora publicava poemas nas páginas daquele jornal. Esta é a primeira fase da produção eneidiana. Escreveu versos de exaltação à terra, aos mistérios e à grandiosidade da Amazônia. A obra *Terra Verde* - uma coletânea das poesias publicadas em jornais e revistas de Belém daquela época - constitui-se a melhor representação da produção literária desta primeira fase.

Lançado em 1929, *Terra Verde* motivou a participação da escritora em um periódico de âmbito nacional, a *Revista de Antropofagia*, idealizada por Raul Bopp e por Oswald de Andrade.

Revista criada em maio de 1928 na capital paulista com o objetivo de divulgar as ideias dos modernistas lançadas na Semana de Arte Moderna de 1922. Seu último número circulou em agosto de 1929. A origem da revista foi o quadro de Tarsila do Amaral intitulado *Abaporu*, que em tupi-guarani significa “antropófago”. O quadro, que representa um homem com pés enormes cercado por um misterioso cactus verde, foi oferecido por Tarsila a Oswald de Andrade, com quem era casada, como presente de aniversário em 11 de janeiro de 1928. Ao vê-lo, Raul Bopp sugeriu a Oswald criar um movimento em torno do quadro. Fundaram então o Clube de Antropofagia, juntamente com a *Revista de Antropofagia*, em que foi publicado o Manifesto Antropófago, escrito por Oswald de Andrade.

O antropofagismo foi caracterizado como a assimilação (“deglutição”) crítica das vanguardas e culturas europeias, com o fim de recriá-las, tendo em vista o redescobrimto do Brasil em sua autenticidade primitiva. Os intelectuais que criaram a *Revista de Antropofagia* pretendiam produzir uma arte e uma literatura modernas, “autenticamente nacionais”.

(...)

O grupo era praticante de um nacionalismo ufanista, que, como no caso de Plínio Salgado, evoluiria na década seguinte para o integralismo.

Para rebater as críticas de Tristão de Ataíde, a revista publicou um artigo de Oswald de Andrade defendendo os propósitos da antropofagia. Oswald declarava que o Brasil representava “um grilo de seis milhões de quilômetros, talhados em Tordesilhas”, e sugeria que se criassem condições para a retomada do que pertencia aos indígenas, de modo a fazer valer uma nova ordem. Queria instituir a “pedra do direito antropofágico”, e acrescentava, em letras maiúsculas, a frase: “A Posse contra a Propriedade”.⁷

As bases da Antropofagia surgiram no Manifesto da Poesia Pau-Brasil de 18/03/1924, no qual Oswald assinalava que: a) a poesia estaria nos fatos, no cotidiano da vida brasileira; b) o Brasil precisava ser descoberto em seus fatos estéticos, em sua arte, em sua literatura; c) havia uma poesia oculta nos ‘cipós maliciosos’ da sabedoria elitista, e que precisava ser recusada; d) deveria se rejeitar a poesia exportação ou a poesia de influência estrangeira; e) a poesia Pau-Brasil precisava ser ágil e cândida como uma criança, ou seja, refletir a alma simples do povo brasileiro; f) a língua dessa poesia deveria ser sem arcaísmo, sem erudição e se possível que buscasse refletir a língua nacional, o português do Brasil; g) essa poesia deveria referendar como falamos e como somos; a poesia deveria ser regional em sua pureza, em sua simplicidade e em sua originalidade nativa; e h) a poesia Pau-Brasil deveria representar o melhor de nossa tradição lírica.

A poesia de *Terra Verde* estava em sintonia com as propostas da Antropofagia modernista nacional. Assim, Eneida não escreveu aqueles versos isolada do restante do pensamento dos escritores brasileiros. Comprova-se que seus poemas estavam muito além da

⁷ABREU, A. A. de. *Revista de Antropofagia*. In: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA %20DE%20ANTROPOFAGIA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DE%20ANTROPOFAGIA.pdf). Acesso em: 15/08/2019.

geração de 22. Havia uma Amazônia que faltava a esse quinhão chamado Brasil. E a Amazônia (a cidade de Belém) passa a ser esse ‘pedaço do País, da cultura nacional’: “Amando-se desde os confins de suas matas,/ onde a civilização nem sequer fez-se ouvir,/até às nossas lindas cidades.../ (...) Eu tenho um orgulho imenso de meu Brasil, / orgulho de ter nascido/ na cidade risonha e humilde,/ onde as mangueiras cantam a canção do vento!” (ENEIDA, “Oração do meu orgulho”, 1929, p. 14 e 15).

Em alguns ‘fatos estéticos’ de *Terra Verde*, como chamaria Oswald de Andrade, Eneida parodia o poema “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, lembrando sua terra natal, como parte do Brasil: “As praias lindas do Pará,/ as ondas vem e vão.../ as ondas vão e vem.../ um mar que é moreno também.../ Aqui uma árvore frondosa ... ali uma outra... outra além.../ carregadinhas de flores... carregadinhas⁸ de frutos/ As praias lindas do Brasil do Sul não são mais lindas que as nossas/ (ENEIDA, “Lençóis de Areia”, 1929, p. 23). A contribuição ao antropofagismo revela-se ainda nos tupinismos ou indigenismos que aparecem nos poemas, por exemplo, Pará (do tupi para – vario, multicolor, rio de muitas cores, anteparo de rios), Araruna (arara de cor preta, portanto muito rara), Murubira, Ariramba⁹ e Mosqueiro¹⁰.

Destacamos a referência que Eneida faz às praias da Ilha de Mosqueiro que se deve igualmente à magia que envolve aquele lugar, antes era habitado pelos índios Tupinambá (os filhos do Sol, ou os que cultuavam o Deus Sol) e pelos índios Morobira, da aldeia dos Mortiguara. Além das belas praias há um rico imaginário amazônico que envolve o litoral norte do Pará, com histórias de tesouros enterrados desde o tempo da Cabanagem; a ligação do lugar às técnicas de pesca e de conservação de origem indígena; a visagem do bispo que assusta a gente nativa; as aparições de bolas de fogo que perseguem bicicletas nas estradas e nas praias, que os nativos dizem ser os espíritos guardiães dos cabanos, que se manifestam para proteger os locais onde estão enterrados os tesouros; as praias mais distantes identificadas como o reduto da cobra grande; as aparições do boto e da matinta, segundo nos relata o pesquisador Alcir Rodrigues, são algumas dessas ocorrências.

⁸ O uso de diminutivos indica afetividade, aconchego, relação sentimental e de ternura, daí, as ocorrências de ‘bonitinhas’, ‘pintadinhas’, ‘carregadinhas’, ‘roceirinha’, ‘casinha’ - em vários poemas de *Terra Verde*.

⁹ Murubira é uma das praias mais frequentadas da ilha bucólica. O nome vem da tribo que habitava o local; Murubira ou Morobira, significa "homem forte" ou "homem de pedra". (<https://www2Jornal.cruzeiro.com.br/materia/472669/praias-de-agua-doce-transformam-mosqueiro-em-paraiso-natural>).

¹⁰ Mosqueiro, ilha a cerca de 80 quilômetros de Belém. A água doce do Rio Pará garante "ondas de maré" à ilha, com mais de 17 quilômetros de praias. O nome origina-se de "*moqueio*", método que os índios tupinambás, habitantes da região, utilizavam para conservar os animais ou os peixes sobre uma grelha de varas de pau de tucumã, em um fumeiro de lenha de murucizeiro ou maraximbé.

Eneida reforça ainda que há magia nesses lugares, mas que esses lugares precisam ser descobertos, urgentemente: “A civilização chegará, acabando/ com essas noites./ e amanhã/ elas serão apenas lembrança e saudade...” (ENEIDA, “De junho”, 1929, p. 67).

Nesse sentido, constata-se que as origens de *Terra Verde* estão amplamente solidificadas na poesia do pitoresco, dos considerados ‘bárbaros’ idealizadores da Poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade e de Raul Bopp¹¹.

Diálogos Antropofágicos

*Amo minha terra,
terra humilde e faceira,
roceirinha vestida de chita,
cheirosa,
cheirosa a pau de Angola e à baunilha.
Toda risonha,
toda sincera,
na ingenuidade de quem ama e crê!
(Eneida, Minha Terra, 1929, p. 95)*

Terra Verde constitui-se de 26 poemas que refletem mais que a visão adolescente sobre a cidade de Belém ou sobre as vivências da escritora, mas também importante colaboração em defesa dos propósitos da Antropofagia: a retomada das raízes nacionais, a valorização da cultura nativa e o propósito de dar voz ao caboclo amazônida, revelando ao Brasil suas tradições, seus hábitos, sua cultura.

A ligação da poética de Eneida ao *Manifesto Antropófago* (1928) é perceptível na intenção de se fazer uma poesia; a) que estivesse atrelada à rejeição de todas as ‘catequeses’, inclusive àquela que é imposta à Amazônia; b) de contraposição à exploração do país como colônia, sendo a Amazônia vista apenas como uma fonte de riquezas, a serem exploradas; c) que considerasse o Brasil como o país da Cobra Grande, em seus mitos, tradições, lendas; d) que fosse o meio para a Revolução Caraíba, ou a valorização do caboclo herói da Amazônia; e) denunciando que o amazônida é vítima do sistema, fonte de injustiças clássicas no país; f) a valorização da língua nacional, principalmente os tupinismos ou indigenismos, de modo a aproximar a poesia do cotidiano caboclo¹²; g) que a antropofagia é subsistência, resistência

¹¹ Raul Bopp (1896-1984) – seu livro de poemas *Cobra Norato* (1931) é o mais importante do Movimento Antropófago.

¹² Sobre o “caboclo amazônico” consultar o belíssimo e esclarecedor texto de CASTRO, Fábio. *A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia*. Revista De Antropologia, 56(2), p. 431-475. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82538>.

contra todos os males do colonialismo, contra a realidade social opressora e os sentimentos de exclusão da brasilidade – tendo a Amazônia como foco principal.

E assim, Eneida descreve poeticamente: “O caboclo que é o mais destemido, o mais ultrajado, o mais desprezado do Brasil/ Ele é forte! / Ele é destemido!/ É corajoso! Ele é bom!/ (...) o mundo civilizado pouco tem ouvido falar de vós,/ e no entanto/ quanto e quando/ servis para argumentar o encantamento e o poder de nossa Pátria!/ (ENEIDA, “Deslumbramentos Tocantinos – I”, 1929, p. 43 e 44). O isolamento do caboclo é pretexto poético, para denunciar o esquecimento e a exclusão: “De quando em vez, na beira do rio, uma casinha.../ duas casinhas,/ toscas, cobertas de palha, humildes.../ lembram os risos na boca larga do rio.../ ((ENEIDA, “Deslumbramentos Tocantinos – I”, 1929, p. 46).

Para Eneida, tratava-se de escrever páginas de sua vida, relembrar as histórias contadas por seu pai, as cenas da vida de caboclos, as lendas e mitos de uma região esquecida pelo restante do Brasil: “Ah! As manhas gloriosas da minha terra!/ da minha terra morena como a Iara!/ da minha terra moça e linda.../ Manhãs de luz , de vida, de calor.../ Ah! As manhãs gloriosas do meu Amor!/ (ENEIDA, “Cântico de Amor”, 1929, p. 57). Ou ao referendar a presença da matinta: “ Ave... quem lhe disse?/ Você sabe o que é matinta-pe-re-ra? Você não sabe porque não quer,/ pergunte a um caboclo. Pergunte./ Olhe. Eu lhe conto:/ (ENEIDA, “Ma-tin-ta-pe-re-ra”, 1929, p. 81).

O atrelamento à Poesia Pau-Brasil e ao Manifesto Antropófago vai tecendo o caminho literário de Eneida e em 1930 recebeu o *Prêmio Muiraquitã*, por ser considerada a “fiandeira literária da planície”. Fez parte de um grupo de escritores e de intelectuais do Pará e do Amazonas, coordenado pelo escritor Raimundo Morais¹³. Nesse mesmo ano, separou-se do marido, retornando ao Rio de Janeiro. Passou a assinar seus escritos simplesmente como Eneida, desligando-se do nome de família e rompendo com as imposições da tradição patriarcal, outra marca indelével de seus textos e de seu exercício profissional. Aparentemente, nesse momento, abandonou a poesia, trocando-a pela crônica, pelo conto, pelo ensaio, pelas entrevistas, pelo jornalismo cultural e pelas memórias.

Terra Verde foi publicado em 1929, pela Livraria Globo, em Belém e trata-se da produção da ainda ‘jovem escritora’ que ensaiava os primeiros passos pelos caminhos da poesia, antes de seguir em busca de sua carreira de sucesso, na cidade do Rio de Janeiro.

¹³ Raimundo Morais (1872-1941) escreveu “Notas de um jornalista” (1924), “Na Planície Amazônica” (1926), “Cartas da Floresta” (1927) e “País das Pedras Verdes” (1930).

Todavia, pelas considerações apostas, percebe-se a importância do livro no cenário local e nacional.

A crítica nacional

A validade de *Terra Verde* para a crítica nacional foi anotada por Olga Savari (2011) e por José Guilherme Merquior (1962). Em 2001, Olga Savary recebeu a incumbência de realizar uma antologia poética, cujo título foi “Poesia do Grão-Pará”, uma publicação que foi dividida em ‘Prata da Casa’ – os poetas nascidos no Pará, os de ‘Outras Pratas’ - também chamados de “Paraenses Honorários”. As antologias possuem papel significativo em reunir publicações de escritores ‘quase desconhecidos’ das novas gerações de leitores e que Savary denominou de ‘a pouco conhecida e esplêndida poesia paraoara’. Eneida figura entre esses poetas e foram selecionados os poemas “Banho de Cheiro”, “Deslumbramentos Tocantinos (IV e V)” e “Bailarinas”, da obra *Terra Verde*. Os temas já se mostravam presentes na poética eneídiana: o banho da felicidade, como marca da festa junina, na cidade de Belém; o sentido heroico e poético do caboclo amazônico que vive nesse cosmo mítico; a festa do Círio de Nazaré, quando a cidade se enfeita e as mangueiras são comparadas’ a bailarinas’ que dançam ao vento.

Os 26 poemas de *Terra Verde* enquadram-se, perfeitamente, na análise publicada pelo crítico José Guilherme Merquior (1962) sobre o cenário da poesia modernista brasileira, depois de 22. Embora, o crítico tenha deixado de lado a produção de Eneida, é necessário que se assinale que os poemas eneídianos poderiam ter sido mencionados nos comentários do renomado estudioso, se este tivesse acesso à publicação, fato que se faz presentemente, após mais de 90 anos de sua publicação, sem esquecer a validade nacional da obra.

Afirmava Merquior (1962) que nesse intervalo de 1922 até antes de 1945, o espírito da geração de 22 se conservava absolutamente vivo entre os poetas que publicaram à época. A intenção de rejeitar estrangeirismos, priorizando termos presentes no linguajar popular, na cotidianidade das regiões brasileiras, tornou-se símbolo dessa nacionalidade. A intenção era a aproximação de temas que se avizinhassem de uma parcela do povo brasileiro até então desconhecido no cenário nacional.

Ao considerar as ponderações de Merquior, vemos que *Terra Verde* se coloca no cenário nacional como a voz da cidade de Belém, do Pará, da Amazônia. A cidade representa a identidade cultural do povo amazônico, conforme se lê nos poemas “Oração do meu

orgulho”, “Banho de Cheiro”, “Bailarinas” e “Sinos de Belém”. O orgulho de repetir enfaticamente “Eu sou...” – insere o leitor em um complexo *ethos* de identidade, natureza, hospitalidade, lendas, mitos, crenças, tradições, sincretismo e miscigenação cabocla. As crenças são de gente humilde – gente que vive de restos de passado. O caboclo simples, o ribeirinho inculto crê em ‘coisas cheias de poesia’. Assim, a cidade embora ‘vestida de civilização’, ainda experimenta o chamado ‘atraso’, como a “submissão às velhas crenças”. Esse anacronismo vem também do isolamento imposto à população, que habita regiões “onde a civilização nem sequer fez-se ouvir”. Belém, a capital, é responsável pelo escoamento da produção que chega pelos rios, que vêm das ilhas em seu entorno e de outros municípios do Estado do Pará.

A capital é também abastecida pelos sonhos de uma vida melhor, de alcançar a vitória pelos estudos, e para a Santa Maria de Belém, assim como nos tempos áureos da borracha, confluem sonhos, histórias, tradições, lendas e mitos. A crença de que tudo o que o destino e a vida negaram, as ervas e as mandingas podem dar, tudo isso aparece nos banhos da felicidade e que prometem amor, dinheiro, quebra de mau olhado. No entanto, a religiosidade da cidade é sincrética, uma vez que a Festa do Círio de Nazaré aparece como a festa de todos, para todos, do rico e do pobre, onde se unem o sagrado e o profano¹⁴. A cidade se prepara em festa para receber gente que chega de todos os lados e as mangueiras aparecem como o ícone da identidade da nossa cidade das mangueiras: as “Mangueiras lindas... Bailarinas verdes de Belém!” (ENEIDA, - são imagens que se repetem no poema de Eneida.

A religiosidade da cidade de Belém ligada à colonização europeia (portuguesa) está referendada no poema “Sinos de Belém”, no qual o badalar representa os hábitos e a religiosidade dos habitantes da cidade. Igrejas como a da Sé, a de Sant’Anna e a de Nazaré aparecem como símbolos da cidade de hoje (presentificada pelas lembranças) e a de outrora, que se “veste de tradições”. O povo segue o ritmo dos sinos, ora lento, curvado e enrugado que já “viu tantas gerações”; a população mais jovem, a ‘mais moderna’ também se orienta pelo badalar de um sino diário, o ritmo que pontua o trabalho e o passar do tempo; o povo mais elegante, se identifica ao sino da Igreja de Nazaré, que marca a cidade festiva do Círio. E os sinos ecoam em seu badalar o próprio nome da cidade: “Be-lem...Be-lem..”

Para Merquior (1962), o objetivo dos poetas desse período era conquistar e revelar um Brasil literário desconhecido, ou promover a descoberta de uma literatura telúrica e que se

¹⁴ Para esclarecer sobre o sagrado e o profano na festa do Círio ler FRUGOLLI, R.; BUENO, M.S. *O Círio de Nazaré (Pará, Brazil): as relações entre o sagrado e o profano*. Revista Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 135-155, jan. 2014. Dossiê: Megaeventos.

aproximasse da visão selvática de *Cobra Norato*, de Raul Bopp, uma das pilastras do Antropofagismo de Oswald de Andrade. Esse ‘esquecimento’ acerca da região amazônica, sendo muitas vezes considerada como ‘um lugar vazio, longe da civilização’, ainda é uma das marcas da Literatura da Amazônia. Escritores amazônidas se ocupam em denunciar essa condição ‘neocolonial’ e com Eneida não será diferente.

Em *Terra Verde* as peculiaridades de uma região ainda desconhecida são denunciadas em “Lição de Geografia” no qual se assinalam os versos: “/Meu filho, o Brasil do Norte/ainda é um desconhecido por todos nós/ (...) Se o Brasil do Sul é uma glória/ o Brasil do Norte é a esperança verde./” E reitera-se a mesma constatação em “Deslumbramentos Tocantinos” que a região esquecida e desconhecida faz parte do Brasil: “vi e senti, grandiosamente./ orgulhosamente,/ o Brasil,/ Pátria moça e forte! Brasil”.

Entretanto para Merquior, o regionalismo buscava universalizar-se, numa dimensão intensamente humana. Esse perfil achegava-se à definição na chamada emocionalidade brasileira, intenção literária que se lia na poética de Jorge de Lima¹⁵, Ascenso Ferreira¹⁶ e Joaquim Cardozo¹⁷. Segundo o crítico, fazia-se através da poesia um regionalismo de integração de culturas; uma poesia de valorização da terra apoderou-se de uma psicologia brasileira, um impulso de regionalismo social e psicológico, porque havia muitos ‘modos’, comportamentos e jeitos do homem nacional. Eneida é partícipe desse ideário ao assinalar a constituição heroica e endeusada do caboclo amazônico.

Para Merquior (1962), a simplicidade dos versos demonstra o mais alto lirismo, que despiu a língua de atavios, encaminhando-se para a valorização do português-brasileiro. Essa tendência literária afasta-se da poética de Murilo Mendes que se mostrou pejada de religiosidade, paixão e dramatismo. O crítico reitera que tais publicações são ocorrências de poetas livres que se arrojaram na própria carga estética do poema e reinterpretam uma infinidade de vozes e cantos que iriam compor o imenso Brasil. E Eneida escreve sobre o caboclo amazônico, ser a representação do Brasil: “És o Brasil!/ O Brasil forte e destemido/

¹⁵ Jorge de Lima (1895-1953) fez parte da poética modernista brasileira, após 1922. Cultivou temas relacionados à paisagem nordestina, o folclore, a flora, a fauna local, a infância, a miséria do povo e a consciência social. Essa preocupação social revelou-se na celebração da cultura negra, seus ritos, tradições e costumes.

¹⁶ Ascenso Ferreira (1895-1965), poeta do chapéu e palha, integrante da 2ª fase do modernismo brasileiro. Foi contemporâneo de Joaquim Cardozo, Gilberto Freire e Mário de Andrade. Participou da *Revista de Antropofagia* e sua obra é marcada pela nostalgia da região açucareira em processo de transformação e desaparecimento dos engenhos. Publicou *Catimbó* (1927) e *Cana Caiana* (1939). Os temas folclóricos foram os seus prediletos, tendo sido um defensor da cultura popular nordestina.

¹⁷ Joaquim Cardozo (1897-1976) foi o poeta do bairro Zumbi, do Recife, enraizou-se pelas tradições populares do Nordeste, dialogando com os fatos literários que ocorriam no Sudeste do Brasil e na Europa. Seus poemas são plenos de melancolia e introspecção, mostrando a dimensão moderna de sua criação e revelando “Imagens do Nordeste” no conjunto de sua obra.

corajoso e bom!/ És o Brasil caboclo do Amazonas!/ O mundo inteiro se maravilhou diante de Josino,/ Josino caboclo e pescador que nada temendo, salvou a vida de dois heróis./ (...) És o Brasil,/ alma cabocla/” (ENEIDA, “Alma Cabocla”, 1929, p.108).

Ecoss da literatura modernista

*As noites de luar no Norte
a lua clara
um violão
E uma canção subindo ao ar...
Lua –
favorita suave e linda dum harém,
onde bailam milhões de dançarinas risonhas, - as estrelas –.
(Eneida, Lua, 1929, p. 103)*

Lendo a crítica de Merquior (1962) entendemos o laço mais significativo de *Terra Verde*. Eneida, sob forte influência (e participou ativamente) do Futurismo Modernista no Pará, fez parte do *Grupo Flaminaçu*, ao lado do romancista amazônico Abguar Bastos (1902-1995)¹⁸. *Terra Verde* é composto por 26 (vinte e seis) poemas modernistas, alguns em prosa poética e ufanista, exaltando com natural ‘bairrismo’ antropofágico, coisas íntimas, festas e lendas da terra paraense.

Em nota sobre Bastos, a UBE – União Brasileira dos Escritores - assinala que: “Com Eneida, Abguar Bastos criou um movimento de renovação cultural da Literatura do Amazonas (ou da Amazônia), como reflexo da Semana de Arte Moderna, e lançou o Manifesto *Flaminaçu*,”¹⁹ de onde se aponta o fundamento da poética de Eneida na construção do modernismo no Norte do Brasil.

Marinilce Coelho afirma em sua tese *O Grupo dos Novos* (2005), o Grupo *Flami-n’-Assú* (a grande chama, em tupi) era um grupo formado por escritores paraenses (ligados à Poesia Pau-Brasil), que valorizavam mudanças na cultura brasileira e coube a Abguar Bastos escrever o Manifesto do “sonho extraordinário de liberdade literária” (BASTOS, 2019). A proposta era romper com a tradição transoceânica e produzir textos de “índole nacional”, utilizar-se de termos que externassem “sintomas brasílicos” e que rasgassem “as redes do passadismo” (COELHO, 2005, p. 80 e 81).

¹⁸Abguar Bastos (1902-1995) escreveu sobre o Modernismo na Amazônia, revelando as contradições sociais e culturais, a população, a pobreza e a riqueza, o conhecimento tradicional e a educação. Publicou vasta obra com destaque para *Safra*, *Terra de Icamiba* entre outros livros.

¹⁹ UBE. Nota sobre o escritor Abguar Bastos. In: ube.org.br/?libro=abguar-bastos, acessado em 15/08/2019. Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 21, jan-jun, p. 56-72, 2022

Odenildo Sousa corrobora com as ideias de Coelho (2005) ao aprofundar seus estudos sobre “Abgvar Bastos e Terra de Icamiba, romance da Amazônia: uma educação para a brasilidade” (SOUSA, 2016) Assinalando a importância da publicação de dois manifestos modernistas assinados por Bastos que explicam o engajamento de *Terra Verde*.

O romance *Terra de Icamiba*, de Bastos, foi concebido a partir da “concepção *flaminaçu* de literatura modernista com recepção da brasilidade”, cujo objetivo era mostrar-se “a favor de uma objetividade na literatura e da expressão de toda forma cultural e humana da região, a amazônica”. O sentido era “mostrá-la sem receios, vergonha ou mascaramentos para o alcance da expressão de como é genuinamente essa parte do Brasil”, – também *Terra Verde* assinalava o mesmo compromisso. Nesse clima de “militância *flaminaçu*”, Eneida publicaria seus poemas, num propício “ambiente de fortalecimento das ideias defensoras da cultura nortista e modernista” (SOUSA, 2016, p.13 e 20, respectivamente). As obras produzidas nesse período são representativas da intensa expressão da humanidade amazônica e com intenções de transportar essa marca alegoricamente à Amazônia do futuro, como um espaço em que as formas de abandono, opressões e desigualdades seriam eficazmente combatidas.

Eustáquio de Azevedo, nos idos de 1904, já defendera a necessidade de levantar a bandeira da cultura amazônica ao deixar registrado nessa obra que “a literatura brasileira está no Rio de Janeiro, eis tudo. Pois bem, tratemos de nós, mostremos que nesta nesga da Pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame, há uma plêiade de poetas, distintos e inspirados, digna de acatamento e veneração” (AZEVEDO, 1970, p. 13)

Sousa (2016) relembra o *Manifesto à Geração que Surge* (publicado na Revista Belém Nova, n. 5, de 10/11/1923) e o *Manifesto Flaminaçu* (publicado na Revista Belém Nova, n.74, de 15/11/1927), assinalando que

Pode-se afirmar, em síntese, que o manifesto de 1923 conclama os artistas e intelectuais da região à defesa, valorização e produção da literatura e arte amazônicas, e o de 1927 exalta os elementos constituintes da identidade modernista amazônica, textos doutrinários estes com destinatários expressamente identificados nos títulos. (SOUSA, 2016, p. 21)

(...)

Bastos anuncia que é chegada a “hora extraordinária” do levantamento contra o anacronismo literário, a hora da “Ressurreição”, com fundamento em duas situações a serem modificadas, expressas em tom de lamento e queixa: por primeiro, a alegação de que “O Sul, propositadamente, se esquece” do Norte, do que decorre a afirmativa de que “O Norte precisa ser brasileiro”, ou seja, de que a sua literatura relegue a imitação estrangeira, notadamente a romântica e a simbolista, e seja produzida em seus valores culturais regionais e oportunizada a sua veiculação no meio da intelectualidade brasileira; por segundo, a de que a literatura equatorial, na Academia Brasileira de Letras, se resume à “história de mitologia que se anda a contar nos corredores”, isto é, uma ideia, no mínimo, insuficiente sobre o que seja o Norte, a Amazônia, uma forma de referir-se ao conhecimento sobre a região apegado a estereótipos, exemplificado pelo mitológico. (SOUSA, 2016, p. 24)

Assim, nos dois manifestos, Abguar Bastos (contemporâneo de Eneida) assinala alguns aspectos que são perceptíveis nos poemas de *Terra Verde*: a) conclama os escritores de sua geração para se engajarem no movimento de renovação e de ressurreição do Norte; b) aquela geração deveria se posicionar contra o anacronismo literário ou o passadismo; c) denuncia que o Sul, propositadamente, se esquece do Norte, do que decorre a afirmativa de que o Norte precisa ser (visto) como pertencente ao território brasileiro; d) preconiza a ressurreição do Norte, que tem filhos guerreiros e altruístas; e) o baluarte dessa prática seriam os escritores do Estado do Pará; e f) Modernismo de 22 esqueceu o Norte, embora os princípios antropofágicos ainda estivessem em voga no país.

Os aspectos elencados por Abguar Bastos estão presentes na proposta poética de Eneida, ao escrever *Terra Verde*. Daí o livro ser um “*Cântico de Amor*” à terra natal: as manhãs de luz; o Sol como rei nesse cosmo mitológico; as tardes loiras do sol amazônico; o canto dos pássaros; o vento nas folhas; as noites de céu estrelado; as flores perfumadas; a lua dos namorados; a lembrança das histórias da Iara ou da mãe d’água; as lendas do Boto e da Matinta; as festas populares e religiosas da cidade de Belém; a quadra junina e as festas no passado; o banho de cheiro – o banho da felicidade; as bandeirinhas de açaí nas ruas da cidade; as praias do Pará; as paisagens urbanas da Belém provinciana com seus subúrbios, quintais e árvores frutíferas; os palacetes da época da borracha alta referendados pela memória da menina de uma elite que viveu naquele tempo; as mangueiras seculares do tempo do velho Antônio Lemos; a ligação cultural às mais antigas tradições indígenas; as lendas e mitos que passam a ser verdade nesse imaginário; a existência das crenças em pajés, bruxedos, feitiços e os preparados advindos das ervas do mundo dos encantados e das águas²⁰; a oposição entre inculto (crente) e o culto (descrente); a Amazônia de mistérios que a ciência não explica; a Iara a mulher dos olhos verdes que ‘mundia’²¹ os homens; a Amazônia como a reinvenção do Novo Mundo; o ufanismo cheio de volúpia e de encanto; as águas majestosas e misteriosas dos rios; a alma cabocla do amazônico em sua configuração heroica; o cenário

²⁰ Amarilis Tupiassu, ao analisar os “Contos Amazônicos”, de Inglês de Sousa, detém-se nas narrativas ‘que oscilam entre o fantástico e o maravilhoso’, o que traz ao texto ‘um primado de imaginação e fantasia’. A analogia evidencia os poderes sobrenaturais da “Feiticeira”- Maria Mucuí e a incredulidade do velho Estevão. O mesmo ocorre na prosa poética de Eneida, em “Uiara”, quando um homem ‘descrente em todas as religiões’, termina sua vida ‘mundiado’ e ‘torturado’ pela Mãe D’água (a Uiara). No conto “Amor de Maria”, percebe-se a ‘falha’ no ‘bruxedo do tajá’ (porque não será a mera ingestão da ‘poção’), que trará o poder dos ‘feitiços e das feiticeiras’, conhecimento que a personagem Mariquinha, não possuía. Eneida em “Ma-tin-ta-pe-re-ra” também envereda pelo poder sobrenatural e nas crenças do povo amazônico, quando uma mulata cheirosa e faceira, ‘se meteu a fazer feitiço’ e nos preparos de mandinga’ supunha poder se vingar das traições do companheiro, tendo recebido em troca a sina infernal: ‘o fado’ de virar matinta (TUPIASSU, A. 2005.).

²¹ Mundiar: magnetizar, assombrar; poder que, como crê o povo, possuem as cobras encantadas, o Boto e a Uiara, de entorpecer o ânimo e abolir a vontade; do tupi mundiá, tremer, espantar, que causa medo; assombro (MIRANDA, idem, p. 60-61).

amazônico deslumbrante e o misterioso destino do homem; a saudade da vida dos primeiros tempos, quando os índios viviam livres e felizes em suas aldeias; a denúncia da expulsão dos povos nativos de seu Paraíso e o compromisso com a arte modernista em ‘esculpir a deusa morena e índia: a Cabocla Amazônia’.

Os diálogos e as referências aqui apontados auxiliarão a flunar pelos ‘deslumbramentos da paisagem amazônica’ e esse cosmo constituidor de *Terra Verde*, que nos acena como um convite poético ao leitor de qualquer época e de qualquer tempo!

Referências

- ABREU, Alzira A.de. Revista *Antropofagia*. In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DE%20ANTROPOFAGIA.pdf>. Acesso em: 15/08/2019.
- ALVAREZ, V.M.S. *História e Memória em Aruanda e Banho de Cheiro*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- AZEVEDO, J. Eustáquio de. *Antologia Amazônica – poetas paraenses*. 3. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. (Coleção “Literatura Paraense”. Série “Inglês de Sousa”)
- BORGES, Jorge Luis. *Esse Ofício do Verso*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- COELHO, Marinilce O. *O Grupo dos Novos (1946-1952): Memórias Literárias de Belém do Pará*. Belém: EDUFPA, 2005.
- ENEIDA. *Aruanda. Banho de Cheiro*. Belém: SECULT/FCPTN, 1989.
- ENEIDA. *Terra Verde*. Belém: Livraria Globo, 1929.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.
- MERQUIOR, José Guilherme. “A poesia modernista” (1962). In: *Razão do poema: Ensaios de crítica e de estética*, 2016. E-book.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário Paraense*. Belém: EDUFPA, 1968.
- RODRIGUES, Alcir de V. A. *Narrativas orais da Ilha de Mosqueiro: memória e significado*. Belém: UNAMA, 2006, Monografia de Especialização.
- SAVARY, Olga. *Poesia do Grão-Pará. Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2001.
- TUPIASSU, Amarilis. “Inglês de Sousa e a consciência de ser amazônico” (prefácio). In: SOUSA, H. M. Inglês de. *Contos Amazônicos*. Belém: EDUFPA, 2005.

Revisiting ‘Terra Verde’: poetic dialogues with Eneida

Abstract: Eneida de Moraes (1904-1971), or simply Eneida, as she preferred to be called, was a journalist, poet, chronicler, carnival artist, activist active in politics and was always ahead of her time. Feminine and feminist, a friend of the big names in the cultural scene of her time, she was an authentic representative of the History of Culture and Literature in Pará. In this article, we revisit her first work Terra Verde – Versos Amazônicos, later just titled as Terra Verde, whose edition took place in 1929. We observe, in the author's verses, biographical projections, as well as the exaltation of the Amazonian landscape, characteristics that in a way, remain in all his literary production. Among the theorists and historians of literature mentioned here, we mention, among others, João de Jesus Paes Loureiro, Amarilis Tupiassu, Marilice Coelho and Olga Savary.

Keywords: Literature of Amazonian expression; Eneida; Terra Verde.

Produção científica e orientação na Licenciatura em Teatro

Ivan Vale de SOUSA¹

In memoriam à Dalva Santos e Josué de Jesus, aluna e professor.

RESUMO: A escrita na universidade apresenta uma carga ideológica e significativa no processo de formação dos sujeitos, de modo que tenham como argumentação a clareza das ideias, as finalidades da escrita, as referências que orientam e fundamentam as reflexões. Nesse sentido, os objetivos deste trabalho são: discorrer sobre algumas notas da relevância na produção acadêmica; apresentar o contexto de elaboração e as políticas do curso de Licenciatura em Teatro, ofertado pela Universidade Federal do Maranhão; refletir sobre a relação orientador-orientando na produção de trabalhos na academia e, por fim, analisar as convicções dos sujeitos responsivos no trabalho de orientação. Assim, analisando os discursos dos sujeitos, pretende-se compreender a importância que a escrita na universidade propicia na construção da identidade de escritores tanto na academia, quanto além dela.

Palavras-chave: Escrita; Orientação; Licenciatura em Teatro; Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

As formas de escrever na universidade estão associadas com a qualidade dos escritos produzidos pelos sujeitos com vasta experiência e também os noviços agentes que se encontram no espaço da academia. Ao escrever na universidade, o aluno é avaliado, constantemente, sob as competências de manter os sentidos e a argumentação no texto, o que pressupõe, ainda, que a prática de escrever esteja fundamentada nas experiências de leitura, análise e poder de sintetização.

Além de desenvolver os argumentos por meio da escrita, os alunos têm a incumbência de publicar suas reflexões em periódicos especializados e direcionados à área de investigação, visto que a escrita passa por um criterioso processo de leitura e análise por um grupo de pareceristas, os quais dão parecer favorável ou não à consistência dos significados da escrita no texto.

Nesse sentido, a escrita na universidade não se realiza de qualquer maneira, pois há que se considerar a estruturação dos textos científicos, há normas a serem obedecidas nas quais as reflexões vão sendo estruturadas. Antes de pensar em escrever, tanto os mais

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Especialista em Gramática pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciado em Letras pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Licenciado em Teatro pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

experientes quanto os noviços escritores esboçam como os argumentos podem ser organizados no texto, os aspectos que devem ser destacados, conhecendo o Estado da Arte, isto é, as obras e autores que são tidos como referências principais, além de outros que se mostrarem necessários à discussão.

Ao escrever um artigo acadêmico, por exemplo, os escritores o tomam como protótipo a ser readequado quantas vezes forem necessárias, pois a cada nova leitura, o texto demonstra caminhos que poderiam ter sido seguidos. É nesse sentido, que o presente trabalho se apresenta, demonstrando nas suas reflexões a importância de escrever na universidade e para dela, além disso, ressalta-se que estas reflexões estão ordenadas em quatro tópicos, no primeiro, algumas notas sobre a escrita acadêmica são destacadas; no segundo, as concepções teóricas da licenciatura em Teatro são propostas; no terceiro, volta-se a atenção para a relação orientador-orientando, por fim, no quarto tópico, alguns relatos são apresentados, avaliando o processo de orientação na educação a distância e nas conclusões apresenta-se uma súmula do trabalho.

Escrita acadêmica na Universidade e para além dela: algumas notas

A escrita na universidade tem um significado de grande importância na formação dos sujeitos nos cursos de graduação e pós-graduação por ter a finalidade de despertar o saber científico sobre as diversas áreas de formação. Escrever na academia pressupõe desvendar os sentidos que o texto tem e como a escrita é capaz de revelar as concepções e teorias das quais os sujeitos têm fundamentado seus discursos.

O protagonismo na escrita universitária ocorre de maneira dialógica com as teorias e autores que fundamentam o dizer na prática universitária. O aluno passa a ser instrumentalizado com as teorias de suas áreas de estudo e, com isso, desenvolverem um processo de escrita reflexiva; pode-se dizer que a escrita acadêmica revela um conjunto de questões referentes à linguagem e ao estilo aceitável na produção de sentidos a que se propõe a linguagem.

A escrita na universidade não é pensada apenas para o contexto da academia, mas para além das instâncias acadêmicas. Escrever na universidade é produzir sentidos à luz da ciência que de certa forma presente à sociedade as descobertas e as ênfases dadas à pesquisa. Pode-se dizer que a escrita na universidade simboliza uma forma de escrever obedecendo às normas e orientações do contexto de produção.

Escrever na universidade supõe enxergar-se como pesquisador em construção e capaz de articular as teorias com o funcionamento que a linguagem propõe. Envolvidos em resumos, resenhas e demais outras formas de escrever, os sujeitos inserem-se em um projeto contínuo de constituição dos gêneros acadêmicos. Cabe, ainda, dizer que a escrita universitária está fundamentada nas contínuas práticas de leitura, pois são muitas as que são realizadas no trabalho com as sintonias de escrever na universidade e para além dela.

Reitera-se que na academia se escreve pensando cada vez mais nos leitores que podem ter acesso à produção. Produzir na universidade implica envolver-se no contínuo trabalho de construir e desvendar a ciência, a pesquisa e seus resultados. Na universidade, os sujeitos ampliam suas concepções sobre a língua e a relação dos sentidos que a linguagem atribui à formação linguística e cidadã.

O destaque que é dado aos debates e à produção é mais perceptível que os contextos da educação básica. Essa ênfase passa, sobretudo, pelo trabalho com a leitura, a reflexão e a escrita, já que o “texto passa a ser o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos” (KOCH, 2015, p. 18).

As intenções de escrever na universidade estão repletas de propósitos que vão sendo alinhados à pesquisa do estudante. Muitos são os eventos em que a escrita científica se mostra, entre os quais, destacam-se: seminários, congressos, simpósios, colóquios e a defesa da pesquisa, propriamente dita. Nesses eventos, a escrita estrutura-se nos artigos, conferências e palestras em que o propositor do discurso coloca diante do público suas convicções e descobertas sobre os articuladores da língua.

Escrever na universidade representa um amplo exercício de experiência e diálogo em que os sujeitos precisam dialogar com outros pesquisadores, fundamentando suas reflexões nos discursos e pesquisas realizadas e em andamento. A escrita tem um contexto própria com a oralidade, pois além de escrever, os sujeitos precisam desenvolver a oratória para argumentar ou sintetizar as incursões com a leitura e a escrita, assim, “o falar depende não só de saber prévio de recursos expressivos, disponíveis, mas de operações de construção de sentidos dessas expressões no próprio momento da interlocução” (GERALDI, 1991, p. 9).

Essa é a chave da questão: interlocução na escrita universitária. Não é o simples fato de escrever por escrever, mas fazê-lo para informar, ampliar e construir novos conceitos que elucidam as questões que os sujeitos têm com a escrita. Instalada na instância da

intertextualidade dialógica, a escrita na universidade insere o pesquisador em uma participação ativa e mobilizadora dos saberes que se pretendem passar aos interlocutores da pesquisa.

Os aspectos sociocognitivos da escrita na esfera universitária revelam um mundo de possibilidades dialógicas entre orientador e orientando, já que no contexto da “pesquisa científica e da prática textual na universidade não significa que o professor orientador molde o texto do aluno aos seus gostos, mas, utilize-se do vasto conhecimento e das experiências em que os sujeitos realizam de imediato a própria revisão” (SOUSA, 2019, p. 108), selecionando os sentidos e os léxicos específicos para a materialização dos sentidos textuais.

Os modelos de textos trabalhados na academia trazem em si os sentidos de possibilitar que os sujeitos desenvolvam as competências necessárias na escrita. Esta não se define como processo monofônico, porque as unidades organizacionais complexas nas estratégias de referenciação e progressão textual que trazem para a estruturação do texto os discursos que o tornem polifônico. Nesse sentido, ao escrever na universidade, os sujeitos reconstróem-se e situam-se no plano dialógico textual.

Os textos na instância da academia são repletos de finalidades, capazes de despertar nos sujeitos um processo de estratégias que perpassa por ordenamento das teorias investigadas à ordem cognitiva estabilizada do que a articulação na linguagem desperta, sendo, pois, mais que urgente a “necessidade de projetar leituras reflexivas na promoção escrita, analítica e interativa em sala de aula torna-se questão necessária” (SOUSA, 2018, p. 31).

Na escrita acadêmica, teoria e prática dialogam no processamento dos sentidos dos textos que circulam na academia e para além dos muros da universidade; uma escrita propositiva e reflexiva capaz de revelar os itinerários da pesquisa científica mostra-se na compreensão dos modelos de textos. Inserida em um sistema de significados, a escrita na universidade aproxima, envolve locutores e interlocutores no processo de significação da produção científica na universidade.

De leitura, releitura, debates, reflexões e análises estruturam-se os passos da escrita na universidade. Escrever nesse contexto de pesquisa é muito mais que aceitar o conhecimento pronto e imutável, é o momento de problematizar os caminhos pelos quais a pesquisa acadêmica percorre, já que as referências e as vozes que estruturam o texto universitário “não o distancia de sua função intertextual, isto é, sempre traz outros discursos para fundamentar os que estão sendo formulados” (SOUSA, 2021, p. 106).

A escrita científica não pode ser ambígua, precisa ser clara, realizar o que se propôs, fazer os interlocutores enxergarem além do texto, por isso que o texto científico precisa ser elaborado com “clareza, usando palavras simples, frases curtas e na ordem direta, com o menor número de palavras para expressar cada ideia. Ele deve ser convincente, demonstrando suas conclusões por meio de bases empíricas” (VOLPATO, 2007, p. 114-115).

A argumentação precisa estar no texto para conduzir o leitor no itinerário de se compreender as finalidades e, posteriormente, chegar à conclusão, já que a escrita na universidade traz muitas vozes para a construção da polissemia do texto produzido pelos sujeitos, adequando-se às práticas sociais. Assim, escrever na universidade supõe escrever para a vida, para a descoberta, para a ciência e para a sociedade, em que são predominantes as sequências de construir texto na academia como marcas da identidade dos sujeitos.

Curso de Licenciatura em Teatro: uma formação docente em Rede

As licenciaturas em artes têm ganhado destaque na área de formação de professores. As lutas, reflexões e debates que outrora norteavam a questão formativa, pedagógica e artística, doravante têm sido vistas como essenciais à formação humana. A arte como área sistematizada do conhecimento deve ser entendida como necessária, ocupando a sua importância no fazer pedagógico e artístico, além de contribuir com a identidade cultural dos sujeitos.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), instituiu o Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio, denominado Pró-Licenciatura. Esse programa se insere na melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica realizado pelo Governo Federal sob a coordenação das secretarias de Educação Básica e de Educação a Distância (SEED), com o apoio e participação das secretarias de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior (SESu).

O Projeto é de criação dos autores: Itamar Alves Leal dos Santos (Universidade Federal do Maranhão), José Mauro Barbosa Ribeiro (Universidade de Brasília), Leda Maria de Barros Guimarães (Universidade Federal de Goiás), Lygia Maria Maurity Saboia (Universidade de Brasília), Raquel Helena de Mendonça e Paula (Universidade Estadual de Montes Claros), Sheila Maria Conde Rocha Campelo (Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal/ Universidade de Brasília), Suzete Venturelli (Universidade de Brasília) e Terezinha Maria Losada Moreira (Universidade de Brasília).

O curso de Licenciatura em Teatro a distância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi uma parceria firmada com as Instituições de Ensino Superior: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Essas instituições se uniram por meio do Grupo de Trabalho das Licenciaturas em Artes (GTArtes) com a intenção de promover a formação de professores que atuavam nos sistemas públicos no ensino de arte e não possuíam a habilitação para seu exercício.

Essas Instituições foram contempladas nas ações do Pró-licenciatura, o qual tinha por objetivo:

[...] promover a formação inicial, consistente e contextualizada, do professor em sua área de atuação, tendo como ponto de partida a ação do professor na escola em que desenvolve seu trabalho. Por meio dos cursos, pretende-se proporcionar ao professor-cursista condições de experimentar o que será proposto e estudado ao longo do curso, refletir sobre sua prática pedagógica e, também, vivenciar o intercâmbio com pesquisadores e professores das demais instituições envolvidas no projeto. (FARIA; CAETANO; LEITE, 2009, p. 29)

O curso constitui-se de um projeto de Formação em Rede com base em três pilares: os conhecimentos que integram o programa do curso, os conhecimentos que os estudantes traziam de experiências anteriores e a interação no ambiente virtual de aprendizagem. O intercâmbio de conhecimento tinha como veículo o ambiente virtual criado na plataforma *Moodle* e exigia dos estudantes a familiarização com os recursos tecnológicos.

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os estudantes eram acompanhados nas discussões, além de funcionar como recurso de registro de frequência, participação e produção dos envolvidos. Outra vantagem possibilitada pelo ambiente se referia à produção de textos colaborativos e criativos como também funcionava como diário *on-line*, no qual era possível acompanhar o envio das tarefas e a troca de mensagens com os colegas de curso.

Os ambientes virtuais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e da comunicação. Permitem integrar várias mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos do conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos (ALMEIDA, 2003, p. 239).

A proposta do curso de Licenciatura em Teatro em Rede tinha por princípio a formação em arte-educação, vinculada aos aspectos políticos e éticos pertinentes à profissão

docente no Brasil. O curso ofertado pela instituição associada e integrante do consórcio estruturou-se nos três polos maranhenses: São Luís (capital maranhense), Imperatriz e Pinheiro, cuja missão era construir o conhecimento de forma colaborativa. Nesse sentido, consideravam-se também os caracteres pedagógico e artístico na formação de professores, além de “proporcionar a aprendizagem das diversas dimensões da formação do artista, tais como: a teoria e a história do teatro, a análise e a prática da arte contemporânea, em toda a sua dimensão local e da cultura brasileira” (GUIMARÃES *et al.*, 2008, p. 13)

O acesso ao curso deu-se por intermédio da realização de processo seletivo em fase única contemplando todas as disciplinas do currículo e dos conhecimentos construídos no ensino médio. O trabalho metodológico do curso era desenvolvido com base nos módulos que compunham o programa de formação, distribuídos em quatro núcleos: fundamentação, aprofundamento e formação específica e do núcleo de conclusão do curso.

O Núcleo de Fundamentação e o de **Conclusão de Curso** são comuns às três áreas de conhecimento em que são oferecidas licenciaturas a distância: Teatro, Artes Visuais e Música. O **Núcleo de Aprofundamento e Formação Específica** se refere aos estudos específicos de uma dessas áreas. O Núcleo de Acesso ao Curso corresponde a uma etapa preliminar, na qual os professores-estudantes deverão comprovar suas aptidões para a realização das etapas realizadas a distância, ao longo do curso. (GUIMARÃES, et al, p. 14-15, grifos meus)

A proposta pedagógica do curso previa encontros presenciais para a apresentação de conteúdos e de atividades, como laboratórios, prática de docência e às avaliações dos estudantes. Os momentos presenciais deviam corresponder cerca de vinte por cento (20%) da carga horária² do curso, conforme fluxograma, abaixo.

Quadro 1 – FLUXOGRAMA DO CURSO

² Esclarece-se dizer que no início de cada módulo aconteciam os encontros presenciais com os professores-formadores. Além do que em algumas disciplinas havia mais de um encontro, como ocorreu com as disciplinas de Interpretação, Encenação e Teatro de Formas Animadas. Cabe, ainda, dizer que o Estágio Supervisionado ocorreu de maneira presencial em cada Polo de Ensino.

semestre	Módulo	Créditos	Carga Horária
Núcleo de Acesso	1 Fundamentos do curso - Encontro presencial inaugural (TA)	3	45 horas
	2 Fundamentos do Ensino e Aprendizagem a Distância (PE)	6	90 horas
1º	3 Leitura e produção de texto (TA)	6	90 horas
	4 Teorias da Educação (TA)	6	90 horas
	5 A Psicologia e a construção do conhecimento (TA)	6	90 horas
	6 Antropologia Cultural (TA)	6	90 horas
	7 Laboratório de Teatro 1 - Introdução à Linguagem Cênica (TA)	6	90 horas
2º	8 Teoria da Arte (TA)	6	90 horas
	9 História do Teatro 1 (TA)	6	90 horas
	10 Tecnologias contemporâneas na escola 1 (TA)	6	90 horas
3º	11 Laboratório de Teatro 2 - Movimento e Voz (TA)	6	90 horas
	12 Tecnologias contemporâneas na escola 2 (PE)	6	90 horas
	13 História do Teatro 2 (TA)	6	90 horas
4º	14 História da Arte-educação 1 (TA)	6	90 horas
	15 Laboratório de Teatro 3 - Introdução Interpretação (TA)	6	90 horas
	16 História da Arte-educação 2 (TA)	6	90 horas
	17 Estágio supervisionado 1 (ES)	6	90 horas
	18 Suporte Cênico (TA)	6	90 horas
	19 Tecnologias contemporâneas na escola 3 (PE)	6	90 horas
5º	20 Laboratório de Teatro 4 - Teatro de Formas Animadas (TA)	6	90 horas
	21 História do Teatro no Brasil (TA)	6	90 horas
	22 Laboratório de Arte e Tecnologia (TA)	6	90 horas
	23 Estágio supervisionado 2 (ES)	6	90 horas
	24 Laboratório de Poéticas Contemporâneas (TA)	6	90 horas
6º	25 Projeto interdisciplinar de ensino e aprendizagem 1 - Jogos Teatrais (PE)	6	90 horas
	26 Arte e Cultura Popular (TA)	6	90 horas
	27 Estágio supervisionado 3 (ES)	6	90 horas
7º	28 Laboratório de produção interdisciplinar - Metodologia no Ensino de Teatro (TA)	6	90 horas
	29 Projeto interdisciplinar de ensino e aprendizagem 2 (ES)	10	270 horas
8º	30 Processos de Encenação (TA)	4	60 horas
	31 Trabalho de conclusão do curso (PE)	10	270 horas
	32 Seminário presencial de conclusão do curso (TA)	3	45 horas

Fonte: Guimarães et al (2008)

Assim, o documento supracitado compunha-se pelas disciplinas de Trabalho Acadêmico (TA), Prática de Ensino (PE) e Estágio Supervisionado (ES). Vale ressaltar, que a disciplina Língua Brasileira de Sinais foi acrescida, posteriormente, na grade curricular do curso em atendimento à política de inclusão nos cursos de licenciaturas com base na Lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626/05 que ampliaram as políticas linguísticas das pessoas com surdez à formação de professores.

O curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão ofereceu aos professores-estudantes a base teórica no ensino de arte, sobretudo, teatro para a educação básica. Com o desenvolvimento do curso e do apoio *on-line* nos ambientes de aprendizagem algumas habilidades foram desenvolvidas como ajuda mútua e autônoma, característica do trabalho colaborativo.

O professor-formador e o professor-tutor acompanhavam as discussões e as reflexões propostas nos fóruns, assim, desenvolvemos habilidades pertinentes ao ensino a distância, como: o trabalho em conjunto em prol do mesmo objetivo de aprendizagem, o exercício do pensamento crítico e a participação nos debates, com isso, a sala de aula *on-line* ampliava-se e permitia a interação, o “compartilhamento das reflexões que não só transforma o aluno individualmente, mas também o grupo e o professor” (PALLOF; PRATT, 2004, p. 28).

A proposta de formação por meio do Pró-licenciatura previa a atuação de diferentes profissionais assumindo e cumprindo com as diferentes funções. A organização dos polos e da equipe de acompanhamento, orientação e avaliação era formada por tutores a distância, tutor presencial e professor-formador, que juntos desenvolviam funções específicas, conforme descritas, a seguir.

Tutor a distância – aquele que acompanha, a distância, o desenvolvimento teórico dos cursos e desloca-se para as aulas práticas realizadas nos polos. A ele os alunos remetem as atividades realizadas para fins de avaliação. [...]. **Tutor presencial** – aquele que está disponível, no respectivo polo, para os professores-estudantes, 20 horas por semana, em plantões com horários definidos. O tutor presencial deve esclarecer as dúvidas dos alunos, dar-lhes suporte teórico e prático, além de auxiliar nos aspectos acadêmico-administrativos e tecnológicos relativos ao curso. **Professor-formador** – aquele que, em caso de necessidade, se desloca até os polos para participar dos encontros presenciais realizados ao longo dos cursos, [...] tem como função apoiar o trabalho dos tutores, estabelecendo contato com os professores- autores, responsáveis pelo conteúdo do módulo, e prestando todo o tipo de suporte acadêmico necessário. Deve ser um professor com especialização, mestrado ou doutorado. (GUIMARÃES *et al*, 2008, p. 27, grifos meus)

Um dos objetivos das unidades trabalhadas era o desenvolvimento autônomo no aluno e na aquisição do conhecimento. Ao professor-tutor cabia a função de direcionar os fóruns de debates e reflexões, isto é, todos os profissionais envolvidos contribuía com o processo formativo, gerindo e coordenando os espaços de interação e aprendizagem.

Orientador e orientando: autores de um processo em construção

O processo de orientação do trabalho final de curso é uma proposta que exige responsabilidade daquele que orienta e mais ainda, compromisso do orientando. Ambos devem assumir com os mesmos propósitos o compromisso na investigação da temática a qual desperte interesse e aponte as contribuições ao cenário do conhecimento.

Ao professor-orientador, cabe esclarecer, inicialmente, por quais caminhos o trabalho de investigação será organizado, direcionar os comandos para que se alcance êxito na proposta de construção do trabalho proposto. Embora a função do professor-orientador seja a de gerir a pesquisa, orientar a aprendizagem, questionar certezas e esclarecer dúvidas, vale ressaltar que seu trabalho é de fato um exercício de colaboração no qual o aluno se propõe investigar.

É importante que entre o orientador e o orientando se estabeleça uma relação de respeito, companheirismo, afinidade e amizade, por isso, é fundamental que ambos dialoguem e se percebam como partes do processo de pesquisa e escrita acadêmica, transitando pelas finalidades da pesquisa com as afinidades e segurança construídas entre ambos.

Viana e Veiga (2007) abordam sobre os principais aspectos norteadores do processo de orientação, a partir dos campos: afetivo (conhecer o orientando e suas expectativas, deixar-se conhecer, construir uma relação dialógica, estimular o espírito de equipe), profissional (definir o tipo de relação entre ambos, identificar a capacidade de autonomia do orientando,

introduzir o orientando no grupo de pesquisa) e teórico-metodológico (definir sua forma de orientar, estabelecer um contato pedagógico, identificar a contribuição social da pesquisa, interferir ou não no trabalho do orientando).

O orientador cumpre a função de averiguar e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, interferindo no trabalho de forma dialógica e questionadora, para que essa interferência ocorra é necessário que o orientando tenha confiança no trabalho do profissional que o acompanha e este precisa passar a ideia de que o pesquisador-estudante não está sozinho e que por meio das inferências o estudante seja capaz de enxergar no trabalho pontos obscuros ou que os distancie da proposta e esclarecê-los nesse itinerário.

O processo de orientação é, ao mesmo tempo, um exercício avaliativo, no qual é possível compreender a familiarização com a temática e com o conhecimento do aluno construído ao longo do curso. É, ainda, um indicador de respeito ao conhecimento que cada um, orientador e orientando, agregam valores e sentidos ao trabalho com a escrita acadêmica.

A orientação não deve apenas servir como apoio ao estudante, mas ser visto como atendimento personalizado, permeado pela afetividade, respeito e dedicação à pesquisa. Atualmente, o professor-orientador dispõe de uma gama de recursos tecnológicos que viabilizem o processo de orientação, como as plataformas dos ambientes virtuais, *e-mails*, *chats*, *skype*, *google meet*, *WhatsApp*, etc., porém é necessário que ambos se disponham na utilização desses recursos, primeiramente, sabendo manuseá-los e terem as condições de uso.

A ação do orientador deve ser um polo de atração e não de repulsa. Cabe ao orientador, como verdadeiro educador, manter as portas abertas para o diálogo, de aproximação, que desperte iniciativas. A maturidade intelectual leva à convivência pacífica entre pontos de vistas contrários. É do diálogo e da discussão que brota um conhecimento muito mais consciente (MELLO, 2012, p. 38).

Na produção do trabalho científico, o olhar do orientador é fundamental, cuja finalidade é identificar os pontos que tornariam a produção redundante ou distante da proposta de investigação, além de sugerir a ampliação de leituras e referências. O sucesso na produção final depende da ação do professor-orientador e do orientando, os quais são sujeitos constituintes de um mesmo processo. Assim, para que o êxito na produção e no envolvimento de ambos seja concretizado, alguns aspectos devem ser observados, conforme, evidenciados no quadro que segue.

Quadro 2 – ASPECTOS NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO

Aspectos	Orientador	Orientando
----------	------------	------------

Atitudinal	<ul style="list-style-type: none"> • Ser responsável • Estimular a autonomia do orientando • Ler e desenvolver os comentários o mais rápido possível • Estar disponível para receber o orientando • Ser parceiro, não ser autoritário. • Valorizar a interlocução • Considerar as circunstâncias pessoais do orientando • Estar sempre atualizado com as temáticas de trabalho • Integrar os orientandos para que se apoiem mutuamente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter compromisso e responsabilidade • Desenvolver uma pesquisa que seja parte de seu projeto de vida e que tenha continuidade • Ser crítico • Ter disposição para ler, reler, fazer e refazer o texto quantas vezes for necessário • Ser autônomo • Ser ético na pesquisa • Ser apaixonado e seduzido por seu objeto • Estabelecer uma sintonia com o orientador, sem subserviência.
Cognitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a convergência entre seu trabalho de pesquisa e o objeto de pesquisa do orientando • Tornar viável a delimitação do objeto • Contribuir na seleção de uma bibliografia adequada • Fortalecer os pontos fortes de seu orientando e indicar com cuidado os pontos fracos para que ele possa aperfeiçoar-se. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar um domínio razoável da literatura e da metodologia para o processo de investigação • Ter um projeto viável e disposição para trabalhar • Conhecer o “estado da arte” do que ele vai pesquisar • Dominar a escrita acadêmica.
Temporal	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar tempo para atendimentos individuais e coletivos, ainda que virtuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar tempo para se dedicar ao trabalho • Cumprir os prazos acordados
Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um cronograma de trabalho • Manter encontros periódicos (presenciais ou virtuais) • Disponibilizar ao orientando o acesso a computadores e publicações. 	

Fonte: Apud Mendonça et al (2010)

A produção do trabalho de pesquisa deve ser fruto da parceria entre orientador e orientando, mas para que isso ocorra é necessário o cumprimento com as funções que lhes são pertinentes. O processo de orientação de trabalhos científicos é dinâmico, processual e desafiador, repleto de significados, sonhos, medos, inseguranças, do apoio e acompanhamento que o orientador disponibiliza ao orientando.

É importante também que o orientando tenha a convicção sobre o processo de orientação, que é composto por etapas, obedecendo a um cronograma acordado pela instituição da qual o professor-orientador faz parte e, ao final de cada uma delas é atribuído um conceito ao desenvolvimento e ao envolvimento do orientando.

Henriques e Medeiros (1999) apontam três características fundamentais ao orientador: competência (ter conhecimento amplo), responsabilidade (a aceitação da tarefa de orientar um candidato implica honestidade e dedicação) e afabilidade. Além dessas características a aproximação em torno da escrita vai sendo estabelecida.

Certamente, o envolvimento de ambos com o trabalho e, principalmente, do orientando como autor, pode tornar o processo menos árduo e mais construtivo, por isso a importância do olhar docente sobre a produção textual, alertando sobre a problemática do plágio, que apesar de ser crime, é uma prática infeliz. Essa preocupação na educação a distância se torna mais pontuada, uma vez que as facilidades oferecidas pela internet podem comprometer o trabalho que se constrói de maneira processual.

Compreender que nesse processo o orientador é o que tem a função de coordenar o trabalho com a escrita acadêmica, acompanhar o avanço discente e avaliá-lo a partir das etapas estabelecidas para na produção científica nas expectativas criadas pelo orientador. Nesse sentido, o “orientador e o orientando são pessoas que se encontram para compartilhar uma caminhada, por opção ou por imposição”, do curso ou programa no qual estão vinculados, enfatizando que podem ser falhos, porque “ambos são seres humanos, dotados de sentimentos ambíguos que podem fazer a relação oscilar do amor ao ódio, da aceitação à rejeição, como todas as relações que fazem parte da convivência humana” (VIANA, 2008, p. 96).

O trabalho de orientação referente à escrita acadêmica realiza-se mediante um processo de trocas de saberes e conhecimentos que vão sendo ampliados à medida que o fazer com a escrita vai fluindo. Assim, orientar é demonstrar que o orientando tem suas competências e precisam ser desenvolvidos, ambos, orientador e orientando, aprendem e inserem-se no plano dialógico com a produção textual acadêmica, conferindo legibilidade à pesquisa científica.

A orientação no curso Licenciatura em Teatro nos relatos dos estudantes

O processo de coleta de dados (informações) teve início no segundo semestre de 2013 e para a realização dessa pesquisa participaram alunos dos polos de São Luís, Imperatriz e Pinheiro. A participação deu-se por meio da utilização dos recursos tecnológicos, principalmente, do correio eletrônico, *e-mail*. Inicialmente, os alunos foram convidados via rede social *Facebook*, explicando a função, a importância do trabalho e como a participação

deles seria necessária ao processo deste trabalho. Cabe dizer que a pesquisa foi realizada apenas com os orientandos.

À coordenadora do curso foi enviado um comunicado, solicitando os endereços eletrônicos, *e-mails* dos alunos aprovados na etapa pós-defesa do trabalho final de curso, para que pudessem receber o questionário. A partir de então, foram enviados vinte e cinco questionários aos aprovados, porém apenas oito foram respondidos e as análises destes serão evidenciadas nesta produção.

Reitera-se que os pesquisados³, todos já tinham noções de informática antes de iniciar o curso, como também já participaram de redes sociais, com destaque para o antigo *Orkut*. Constatou-se também que o acesso à internet era realizado a domicílio, isso reforçou a questão da organização do tempo e dedicação aos estudos, como o caso da participação nos fóruns.

Constatou-se, ainda, que os atendimentos em relação à orientação se realizavam por mais de quatro vezes mensais. O trabalho orientacional teve duração de quatro meses e que ao término desse período, caso houvesse aprovação do orientando, este faria a defesa do trabalho final de curso em seminário presencial no respectivo polo de origem.

Em relação ao uso dos recursos tecnológicos no processo de orientação, a maioria dos alunos informou que os mais utilizados foram: *Skype*, *e-mails* (*Gmail*, *Hotmail*, *Yahoo*, etc.), vídeo conferência, *Facebook*, ambiente virtual de aprendizagem do curso (*Moodle*) e telefone fixo. Avaliaram também a competência sobre a utilização das novas tecnologias digitais classificando-as por competência média.

Na análise dos dados foram perceptíveis que as atitudes pré e pós-curso da Licenciatura em Teatro foram potencializadas, conforme, observam-se nas palavras de uma das alunas:

Eu me entreguei à necessidade de imediatamente comprar a máquina e equipamentos relacionados que antes não tinha, portanto quase nunca eu usava um computador até ingressa nesse curso que automaticamente me transformou numa usuária das tecnologias da informação e comunicação que muito tem me ajudado a crescer como pessoa (muito mais informada, portanto, mais segura de mim) e como profissional da educação. (ALUNA A)

Sobre as atitudes antes e depois de iniciar o curso e no que se refere à utilização das tecnologias, outra estudante assegurou que:

³ Agradeço a gentileza dos colegas dos Polos de São Luís, Imperatriz e Pinheiro por colaborarem com esta pesquisa na visão de respondentes. Além disso, reitero que as identidades dos participantes serão preservadas, por isso as identificarei pelo termo *aluno*, *aluna*, seguido de uma letra do alfabeto brasileiro.

Não tinha muito interesse, tinha algumas noções e quase não acessava nada. Essas atitudes mudaram sim, hoje, domino mais e as incluo na minha vida constantemente. (ALUNA B)

É certo que as experiências com o ensino a distância ou ensino *on-line* contribuiu na tomada de decisões, no fortalecimento da autonomia discente e na administração do tempo; essas vivências se ampliam e contribuem com o processo de reflexão e construção do saber por meio dos recursos tecnológicos. Assim, o ensino e a aprendizagem a distância podem ser enriquecidos com a utilização das tecnologias informativas e comunicacionais na educação básica, conforme, as palavras de uma respondente:

Pela aquisição de experiências na forma de realizar um curso e pela agilidade em adquirir informações, compartilhar conteúdos relacionados à aprendizagem e tirar dúvidas em tempo acessível sem se submeter ao rigor de obediência a horas determinadas para isso. (ALUNA A)

Uma questão que deve ser pensada e repensada é a escolha do professor orientador para atuar junto ao orientando, pois “de qualquer forma, uma ou outra justificativa não exime o orientador da sua responsabilidade em socializar e compartilhar o seu trabalho com seus pares” (VIANA, 2008, p. 97). É preciso considerar na formação docente e nos trabalhos realizados a importância da produção científica e sua relação com a linha de pesquisa escolhida pelo aluno. Assim, a relação do professor-orientador com o objeto de pesquisa do orientando é necessária, agregando ao trabalho em construção, as contribuições e questionamentos referentes ao campo científico-cultural discente, o que foi perceptível nas palavras de uma entrevistada:

Sim, com certeza, caso contrário quem sofre com o desencontro é o cursista, uma coisa tem que está em conexão com a outra e para isso o professor pesquisador ou orientando e o professor orientador precisam ter no mínimo um encontro presencial com tempo de se esclarecer bem a temática de pesquisa e as possibilidades do orientando para que não ocorra mal-entendidos e perca de tempo, dificultando assim a produção textual do cursista. O orientador também precisa ser inteligente, compromissado, cauteloso e flexível no que diz respeito às possibilidades de pesquisa do cursista, sem forçar que o mesmo seja obrigado a extrapolar seus limites de resistência física ou de recursos financeiros para a realização do seu trabalho. (ALUNA C)

Um dos fatores que pode contribuir com a produção científica é a aproximação da temática que se pretende evidenciar no trabalho de escrita com a linha de pesquisa do professor-orientador, uma vez que a escrita acontece no diálogo entre os “atores envolvidos,

através do olhar crítico e construtivo do orientador”, que por sua vez, assume a função de “provocador, que alguém que estimule a busca do conhecimento do orientando e o gosto pela pesquisa, que abra espaço para o ‘voo’ do orientando e para este ter autonomia intelectual” (VIANA, 2008, p. 97, grifo da autora).

Pensar na realização do orientando por meio de sua escrita supõe que o diálogo constante com o orientador esteja calcado nas bases teóricas de esclarecer as dúvidas trazidas pelos sujeitos-produtores. Assim, essa aproximação entre dois mundos que se inter cruzam, demonstrando entre si familiaridades pode ser perceptível nas palavras de um dos entrevistados:

Isso facilitará a orientação, por ele já ter certo conhecimento do tema do orientando. Mais esse critério, em relação a minha orientação, foi falho porque a orientadora não entendia nada sobre o meu tema, quase não me citou nem referências e mesmo depois de ler e reler o meu texto não percebeu que o público alvo era alunos do Ensino Médio e não do Fundamental como se referia. (ALUNO D)

As orientações, sobretudo, na educação *on-line* precisam demonstrar continuidade e compromisso assumidos por ambos os atores desse processo. Com isso, justifica-se que o orientando produz e envia ao orientador para que indique o que precisa melhorar na produção em termos de concordância e com a linha investigativa escolhida, por isso, é imprescindível que o orientador faça a devolutiva ao aluno em tempo hábil demonstrando interesse e o respeito no trabalho discente desenvolvido, com isso, cria-se uma relação de compartilhamento de ideias.

Corroborando com estas reflexões, Mello (2012) assegura que a função do orientador é discutir o trabalho com o orientando; ler o que este escreve, retornar com o *feedback* e acompanhar o trabalho periodicamente. Com isso, significa destacar que o orientando tem direito de exigir uma resposta clara e fundamentada quando dirigir uma pergunta clara e necessária ao orientador.

Nesse sentido, poder-se-ia perguntar, qual a real função do professor orientador? As respostas poderiam e podem ser múltiplas, mas uma das respostas plausível, talvez seja o que afirma Severino, quando assegura que “deveria ser aquela de um educador cuja experiência, mais amadurecida, ele compartilha com o orientando, num processo conjunto de construção de conhecimento” (SEVERINO, 2006, p. 77).

Sobre o processo de devolutivas e das readaptações solicitadas pelo orientador, a estudante entrevistada, assegurou o seguinte:

As observações eram geralmente feitas por e-mail: eu enviava o conteúdo ou respostas escritas criadas por mim e o (a) professor (a) me retornava em curto prazo, em até cinco ou sete dias, com as indicações e propostas de correções feitas com a utilização da ferramenta: Revisão + Novo comentário, encontrada na barra de ferramentas do Word, em seguida eu ia fazendo os acertos e claro, em seguida ia deletando os grifos ou destaques deixando-o escrito na estética correta. (ALUNA A)

A avaliação faz parte de todo processo e na orientação do trabalho final de curso isso não foge à regra. O orientando, neste processo, passa por constante avaliação e após a aprovação do orientador é incluído no cronograma de defesa da pesquisa final. Na educação a distância nem sempre os agentes orientadores e orientandos dialogam ou compartilham juntos do mesmo propósito.

A falha no processo de orientação poderá ser perceptível, logo, irá existir, talvez pela sobrecarga que o professor orientador assume por questões outras, por isso, a avaliação sobre essa prática precisa também considerar a posição assumida pelo orientando, suas angústias e incertezas. Ainda não existe um método que funcione na orientação a distância apenas, positivamente, conforme, observa-se nas palavras de uma estudante entrevistada:

Não tive um momento presencial com a orientadora, demorava muito a devolutiva e sem falar que as contribuições foram pouquíssimas e no final ainda tive desentendimento com a orientadora (a distância), pois fui desrespeitada e julgada por ela. Instituição de Ensino Superior falhou demais em relação a essa orientação, pois em minha opinião nós que deveríamos escolher os orientadores, por afinidade, tema da monografia, pois a minha orientadora só fui conhecer no dia da defesa. (ALUNA B)

Embora, algumas controvérsias sejam perceptíveis no processo de orientação a distância, existem ações positivas em prol desse trabalho que pode ser realizado por meio do uso das tecnologias e do compromisso que ambos assumem. Isso se confirma na seguinte avaliação:

Geralmente os processos de orientações eram feitos por cartas digitais, por telefone, pelo chat no Skype e pelo Gmail, formulados em mapas de cronogramas que indicavam os direcionamentos das atividades e o tempo a ser realizada cada atividade proposta, e, por fim em caso de atividades práticas, o cursista teria que elaborar um relatório contendo detalhadamente e com fotos todo o processo de ações realizadas se a avaliação fosse de práticas. Portanto, realizar esse curso na modalidade a distância para mim foi maravilhoso porque eu tinha realmente o interesse em aprender, em realizá-lo e eu buscava as orientações mantendo contato constante com professores e orientadores, por isso tudo ocorreu a contento em função da minha conclusão de curso. (ALUNA A)

Na orientação à distância, as competências são colocadas à prova na superação do desafio assumido, como também na autonomia desenvolvida pelo orientando durante os anos

de formação. O compromisso maior nessa etapa deve ser do aluno como autor reflexivo, propondo ao orientador a partir do seu projeto de pesquisa uma visão sobre o que pretende investigar. E ao professor, cabe pontuar os excessos, dirimir as dúvidas e fomentar que a “orientação a distância deve oportunizar autonomia e autoaprendizado ao orientando” (MELLO, 2012, 43).

Findado o processo de orientação e aprovação do orientando, cabia a este pesquisador depositar a monografia no Ambiente Virtual de Aprendizagem, plataforma *Moodle*, além da impressão de três vias do trabalho, entrega no polo de origem e defesa da pesquisa desenvolvida em data agendada.

A temática em questão objetivou suscitar reflexões sobre o processo de orientação na educação à distância, sobretudo, na formação de professores. Tais ponderações foram fundamentais para avaliar as formas como o atendimento ao aluno da educação a distância poderá ser potencializado, amenizando as distâncias entre orientador e orientando. Salienta-se que o uso dos recursos tecnológicos digitais não basta apenas saber manusear, mas utilizá-los de forma construtiva e dialógica.

A construção do trabalho final de curso a distância trouxe em si o desejo de despertar a autonomia na produção discente, um dos fatores positivos foi que após término do curso, muitos alunos se tornaram amigos de seus orientadores, isso construiu e fortaleceu os laços amigáveis.

Com isso, orientadores e orientandos cumprem uma função dialógica de aprendizagem, readequações e propósitos por meio do compartilhamento de ideias e do diálogo cativado. Nesse sentido, abaixo, o questionário enviado aos licenciados em teatro nos três polos da Universidade Federal do Maranhão é apresentado.

Quadro 3 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Licenciatura em Teatro
 Pesquisador: _____ Participante: _____ Polo: _____

Antes de iniciar o curso você já tinha noções de informática?
 sim não

Antes do curso de Licenciatura em Teatro você já participava de alguma Rede Social?
 Sim Não. Qual (is)? _____

A orientação de TCC contemplou também encontros presenciais ou somente a distância?
 presencial semipresencial a distância

Durante o curso e a orientação você tinha acesso à internet em casa?
 sim não

Com que frequência os atendimentos referentes à orientação eram realizados?
 Uma vez por mês Duas vezes por mês Três vezes por mês Mais de três vezes

Quais os recursos tecnológicos e comunicacionais foram utilizados para a orientação?
 Skype E-mail (Gmail, Hotmail, Yahoo, etc.) Vídeo conferência Facebook
 WhatsApp Bate papo Ambiente Virtual de Aprendizagem Telefone Orkut Instagram Twitter Viber

Você utiliza as tecnologias digitais para resolver interesses pessoais? Que locais?
 Como você classifica sua competência para utilizar tecnologias digitais?
 Competência baixa Competência média Competência alta

De que forma as experiências no Ensino a Distância podem contribuir para sua decisão em fazer um uso enriquecedor das tecnologias digitais na educação básica?
 Que atitudes você mantinha em relação às tecnologias digitais antes de ingressar no Curso de Licenciatura em Teatro? Essas atitudes mudaram no decorrer do curso?
 Como você descreveria sua relação com as tecnologias digitais atualmente?
 Como eram feitas as observações e adaptações solicitadas pelo orientador e a previsão da devolutiva?
 Como você avalia o processo de orientação na modalidade a distância?
 Você considera importante que a Linha de Pesquisa do professor-orientador tenha relação com a temática do orientando? Por quê?
 No que se refere à Internet, alguma vez a orientação foi interrompida ou adiada por problemas de conexão?

Fonte: Autoria própria.

Considerações Finais

A orientação é um processo que se faz a partir de muita leitura, reflexões e diálogos entre o orientador e o orientando. O compromisso e o envolvimento com o trabalho deve ser função de ambos, contudo, cabe ao aluno investir mais na pesquisa e na coleta de dados e apresentá-los em forma de textos ao professor-orientador.

Durante este trabalho foram levantadas algumas questões sobre a importância das habilidades desenvolvidas pelo orientador e orientando e de como as tecnologias podem potencializar o trabalho de ambos. Evidenciou-se também que o orientador deve ser percebido como agente capaz de auxiliar o aluno a trilhar caminhos para uma produção concisa, clara e necessária.

Em suma, compreende-se que o processo de orientação na modalidade a distância, intermediado pelas tecnologias tem se tornado realidade cada vez mais comum na contemporaneidade, portanto, ao orientando, cabe, comprometer-se com o trabalho que está

sendo realizado e ao orientador propor os desafios de forma dialógica e reflexiva na produção de um trabalho científico.

Referências

- ALMEIDA, Maria Elizabeth de Bianconcini. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, Marco. *Educação Online*. São Paulo: Loyola, 2003.
- CAETANO, Getúlio Rosário; FARIA, Ângela Maria dos Santos; LEITE, Luzirene do Rego. *Tecnologias Contemporâneas na Escola 1*. (Módulo 10). Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2009.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUIMARÃES, Leda Maria de Barros et al. *Manual do Estudante de Teatro*. Brasília: Gráfica Brasil Editora & Marketing Ltda, 2008.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MENDONÇA, Mercês Pietsch Cunha et al. Orientação de monografias na educação a distância. In: *Aprendizagem em processos virtuais e presenciais. 3º Seminário Educação em Rede*. Realização Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia – GO, 2010. Disponível em: <<http://www.rtve.org.br/seminario/anais/PDF/GT4/GT4-6.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2014.
- MELLO, Mônica de Oliveira. Aspectos norteadores na orientação de monografia distância: relato de experiência do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC. In: *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, vol. 03, n. 01, p.36-46, 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosets.inhumas.ifg.edu.br/index.php/cadernosets/article/view/.../81>>. Acesso em 20 ago. 2013.
- PALLOF, Rena; PRATT, Keith. *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudante online*. Tradução Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Orgs.). *A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2ª ed. Florianópolis. Editora da UFSC: São Paulo: Cortez, 2006.
- SOUSA, Ivan Vale de. *Língua Portuguesa em cena: ensino, sujeito e contexto*. 1ª ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2018.
- SOUSA, Ivan Vale de. *Ler e produzir textos: metodologias e orientações no ensino*. 1ª ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2019.
- SOUSA, Ivan Vale de. *Alunos no espelho: coesão e coerência textuais*. 1ª ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2021.
- VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Orientação acadêmica: uma relação de solidão ou solidariedade. In: *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, 30, 2007, Caxambu. Disponível em:

<<http://www.30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3345--Int.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2013.

VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. A relação orientador-orientando na pós-graduação stricto sensu. In: *Linhas Críticas*. Brasília, v. 14, n. 26. p 93-109, jan./ jul. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. In: *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, Recife, vol. 4, p. 97-115, 2007. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SCIENTIFIC PRODUCTION AND GUIDANCE IN THE GRADUATION IN THEATER

ABSTRACT: Writing at the university has an ideological and significant burden in the process of training subjects, so that they have as arguments the clarity of ideas, the purposes of writing, the references that guide and support the reflections. In this sense, the objectives of this work are: to discuss some notes of relevance in academic production; present the context of elaboration and policies of the Degree in Theater course offered by the Federal University of Maranhão state; to reflect on the supervisor-student relationship in the production of works in the academy and, finally, to analyze the convictions of the responsive subjects in the orientation work. Thus, analyzing the speeches of the subjects, it is intended to understand the importance that writing at the university provides in the construction of the identity of writers both in the academy and beyond.

Keywords: Writing; Guidance; Degree in Theater; Federal University of Maranhão state.

A Contrastive study of metadiscourse devices in abstracts and conclusions in linguistics research articles

Ciléia Alves MENEZES¹

Abstract: This article is a quantitative and qualitative corpus-based study of how academic writers use the interactional metadiscourse devices in abstracts and conclusions in linguistics research articles. The main focus of the essay is to explore the shift from the least personal point of view to the most personalized strategies used by the author, to search the intrusion from the authors' part into their texts through the use of interactional metadiscourse devices and to explore to what extent they show a certain degree of responsibility in the text. A contrastive generic approach was used in a corpus of 18 journals in the Linguistics field based on Hyland's (2005) metadiscourse taxonomy. The corpus was analyzed manually because all the occurrences had to be studied in context. In the results section some extracts from my data are included and commented on in order to validate the analysis provided. The study ends with comments on the significant findings illustrating how writers strategically use interactional metadiscourse devices to convey what they mean and highlighting the importance of metadiscourse resources for future research.

Keywords: Corpus-based analysis; Genres; Abstracts; Conclusions; Metadiscourse devices.

Introduction

With the huge acceleration of information access and management, it is true that the use of a common language becomes vital and it may facilitate the international cross-cultural communication at all levels and in all fields. And it seems that English, due to historical circumstances, fits in this role, since it has increasingly dominated world communication and media access.

Although there are some possible interpretations of the expressions *English as an international language (EIL)* and *English as a lingua franca (ELF)*, these two meanings, as Seidlhofer (2004: 210) observes, are therefore in “complementary distribution”. It is because of the potential for confusion of the word *international* that ELF researchers prefer the term *English as a lingua franca* to *English as an international language*. For many reasons as it is cited below, it is clearly notable that the expansion of English for scientific/academic communication is assuming a self-perpetuating dynamic role of its own, and once established, a popular lingua franca like English will definitely attract still further users:

¹ Doutora em Estudos da Tradução (UFSC), Professora adjunta da UNIFESSPA. cileia.menezes@unifesspa.edu.br

The current dominance of English as an international language of academic publication, particularly in the natural and social sciences, has been so amply documented (see, for example, Crystal, 1997; Graddol, 1997; Ammon, 2001a & 2003; Swales, 2004) that only a brief descriptive account is needed here. One useful statistical source is Ammon (2003), who, drawing on Anglo-Saxon bibliographic databases, reports that by 1995 English accounted for 87.2% of journal publications in the natural sciences and 82.5% of publications in the social sciences. (FERGUSON, 2007, p. 10)

For the purposes of the present study, since a corpus-based approach followed by a corpus-driven methodology will be used, it is also interesting to mention that corpus-based English for Academic Purposes (EAP) materials are beginning to appear (cf. Harwood and Hadley 2004; Swales and Feak 2000), so being familiar with a variety of genres and the importance of their pragmatic functions is a fundamental issue for research on students' writing as well as the teaching of ESP.

Considering the ongoing studies on genre sets in general, comparing research article abstracts and conclusions in the linguistics field would be a worthwhile exploration. As this analysis will be based on a comparison between the genre of the abstract and the conclusion move in research articles and they certainly differ in their function, a brief description of each one will be provided. An abstract is a concise summary of a much longer report (Lorés, 2008) while the conclusion is the space in which the authors tend to advocate the importance or noteworthiness of their findings.

Because this contrastive analysis will focus on metadiscourse devices, the relevance of using these elements will be pointed out here. According to Hyland (2005), the ability of writers to use metadiscourse effectively, to control the level of personality in their texts by offering a credible representation of themselves and their ideas, is coming to be seen as a defining feature of successful writing. That means that we tend to vary the degree of our claims depending on the way we use discursual features aimed at influencing the receiver's reception of a text. Thus, we assume a more or less authoritative role and also state the level of visibility and/or non-visibility in our texts. It seems that all writers' rhetorical purpose is to achieve a balance in which they get a credible representation of themselves by stating the relevance of their research in order to feel part of the disciplinary community but also appearing as modest and humble scholars in front of that same community.

As Hyland (2005) states, metadiscourse refers to an approach to conceptualizing interactions between text producers and their texts and between text producers and their users. So, this essay tentatively hopes to contribute by showing how writers project themselves in abstracts and conclusions and how there is a shift in the degree of visibility between them

within the RAs. Following Hyland's model of metadiscourse (Hyland, 2005), two dimensions of interaction are recognized as basic models: the interactive dimension which deals with the way writers organize the discourse while the use of metadiscourse resources in the interactional category concerns the way writers lead interaction through comments on the message, that is, the writer intends to convince and involve the reader explicitly. In this paper, the interactional metadiscourse elements are examined in both abstracts and conclusions through an exploratory analysis with extracts from my data.

My purpose in this essay is to analyze 18 research articles, taken from journals on applied linguistics. The main focus of the essay is the shift from the least personal point of view (as it appears in abstracts) to the most personalized strategies used by the author in order to assume the responsibility for the text in the conclusion sections. I will adopt a contrastive generic approach and by this means I intend to focus on the analysis of the abstracts and the conclusion move in order to search for the intrusion from the authors' part into their texts through the use of interactional metadiscourse devices and to explore to what extent they show a certain degree of responsibility.

My choice of this specific subject was due to the fact that no matter what interactional resources they are, they involve the reader collaboratively in the development of the texts and they represent a powerful means of self-representation according to the way they are mentioned in the text.

Methodology

The corpus used for the present study comprises 18 journals, published from 2004 to 2008 (approximately 14,590 words), and written by native and non-native English-speaking writers. It is important to point out that my purpose regarding the authors' selection is due to the expansion of English as an international language of academic publication. All the journals were retrieved from the website in electronic format and from three different leading journals in the Linguistics field: 6 from *TESOL Quarterly*, 6 from *Applied Linguistics* and 6 from *English for Specific Purposes*. I refer to each journal in the corpus by abbreviating as follows: *TESOL Quarterly* (TQ), *Applied Linguistics* (AL), and *English for Specific Purposes* (ESP). So, for example, the fifth Tesol RA abstract or conclusion subcorpus is denoted by the Abbreviation (T5, AL3 or ESP1). Full details of the RAs included in the corpus can be found in the Appendix.

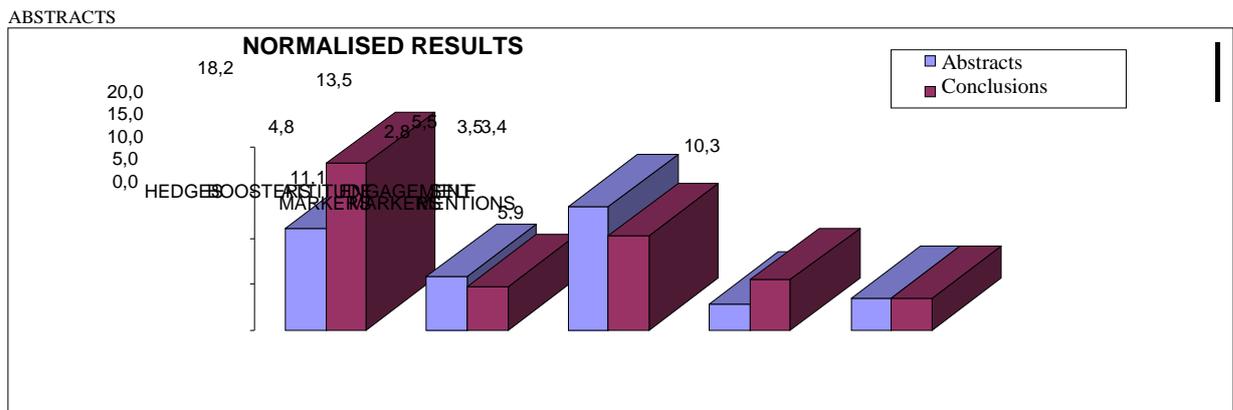
No co-authored papers were included in the corpus due to the main focus of the essay, which is the contrastive analysis of the abstracts and the conclusion move in order to search for the intrusion from the authors' part into their texts through the use of interactional metadiscourse devices and the degree of responsibility shown by the writer. For that to happen, the use of the pronoun *I* by authors to refer to themselves would be guaranteed. Such opportunity would be unavailable if multiple-authored research articles were selected. The analysis approaches a corpus-based study of interactional metadiscourse devices in an exploratory way, based on Hyland's (2005) taxonomy and also on a corpus-driven methodology since I intend to revise his proposal, extract data from my own texts and add them to the list of items included in his book. The corpus was analyzed manually because all the occurrences had to be studied in context. In the Results section some extracts from my data are included and commented on in order to validate the analysis provided. Having outlined the methodology, I move on to the analysis itself.

Results

Abstracts are a growing field of study in linguistics. Also, we have to take into consideration that abstracts in published papers function as independent discourses (Van Dick, 1980) since they summarize the content and structure of the whole following text in advance. Another important fact is that the abstract constitutes a genre in its own right, while the conclusion is a move and as such they differ in several important aspects, one of which is their use of metadiscourse devices, that is somewhat, linked to the notion of writer identity and personal choices. My first goal in this paper is to begin with a brief quantitative analysis of the interactional metadiscourse devices by showing in a table and a graphic chart the instantiations in percentage and then how these linguistic realizations are displayed both in the abstracts and the conclusions of RAs. In other words, in this section, I am going to describe the findings from my data concerning the way authors project themselves in abstracts, as compared with the conclusions, illustrated through examples taken from contexts in Table 1 and Graphic 1.

	RAW NUMBERS		NORMALISED RESULTS	
	ABSTRACTS	CONCLUSIONS	ABSTRACTS	CONCLUSIONS
HEDGES	32	213	11.1	18.2
BOOSTERS	17	56	5.9	4.8
ATTITUDE MARKERS	39	121	13.5	10.3
ENGAGEMENT MARKERS	8	64	2.8	5.5
SELF MENTIONS	10	40	3.5	3.4
TOTAL NUMBER OF WORDS	2.881	11.709	1,000	1,000

Table 1. Raw numbers and normalized results per thousand words of interactional metadiscourse devices in both abstracts and conclusions



Graphic 1. Normalized results per thousand words of interactional metadiscourse devices contrasted in both abstracts and conclusions.

As can be seen in the quantitative table above, there is clear evidence concerning the writers' use of interactional metadiscoursal instances, that is, they rely on different mechanisms in order to convey what they mean. From an overall view, it is clear, for instance, that the frequency of hedges is very different in abstracts and conclusions.

Interactional metadiscourse devices in abstracts

1. Use of Hedges. Only 32 tokens were recorded in the 18 abstracts that make up the corpus, but only 5 out of the 18 abstracts did not make use of hedges. 15 from these 32 tokens are modals, such as: 11 *can*, 2 *may*, 1 *should* and 1 *might* and taking into consideration their pragmatic functions, the modality can be used to express the writer's inferences about the likelihood of something or to show assessment of possibility or probability about something. Even though *can* is not included in Hyland's list (2005), it seems that it is a good example to suit the rule, as it is shown in the following example:

(1a) I present data extracts which reveal how I and we **can** help writers create a sense of Newsworthiness and novelty about their work, showing how they are plugging disciplinary knowledge gaps. Inclusive pronouns **can** act as positive politeness devices by describing and/or critiquing common disciplinary practices, and elaborating arguments on behalf of the community. They **can** also organize the text for the reader, and highlight the current problems and subject areas which preoccupy the field. (AL6)

2. Use of Boosters. Although there were only 17 tokens recorded in the 18 abstracts, a higher percentage of use was revealed in relation to the conclusions and only 11 abstracts used this resource. 10 of these abstracts used verbs such as: *demonstrate*, *show*, and I also consider the inclusion of the verbs *reveal*, *illustrate* and *illuminate* since these verbs emphasize certainty and establish some rapport with the audience and the topic. See the following example:

(2a) The analyses **illuminate** the lexical shape of summonses in conjunction with prosody, body posture, gestures, and classroom artefacts. As **demonstrated**, a simple structure of summoning provided a handy method for soliciting and establishing the teacher's attention, and facilitated the novices' participation in classroom activities from early on. Importantly, however, the local design of the summonses was influenced by the competitive multiparty classroom setting. The analyses **illustrate** how the novices upgraded their summonses by displaying a range of affective stances. (AL5)

3. Use of Attitude Markers. With regard to the use of attitude markers, 39 instances were found in 16 abstracts, with the exception of 2 abstracts out of the total in which no writer's affective attitude was seen at all. Interestingly, it was in the abstracts that the highest number of tokens was seen and it was also surprising that attitude markers were more used in abstracts than in the conclusions. See some of the examples:

(3a) Target language competence of EFL teachers is an **important** aspect of EFL teaching and teacher expertise, and a case of ESP which is often not acknowledged as such. This paper presents a target language needs analysis for EFL teachers, carried out in Slovenia between 2003 and 2005. A survey of the literature shows that such studies are **rare**, even though there are reports from several countries of EFL teachers' insufficient target language competence. (ESP6)

(3b) The results are **of value** to all those involved in developing and redesigning EFL teacher training programs, particularly their language training component, in the countries where English is taught as a foreign language. (ESP6)

4. Use of Engagement Markers. These metadiscourse features were the least frequently used devices in abstracts. Only 4 out of the 18 abstracts used engagement markers devices and mainly as personal aside resources. Besides, there were 2 instances of the use of pronouns *our* and *us* as shown below:

(4a) The analysis provides evidence that humour not only contributes to the construction of effective workplace relationships (**the creative use of relational humour**), but may also stimulate intellectual activity of direct relevance to the achievement of workplace objectives (**the use of humour to foster workplace creativity**). The analysis suggests that the first category is pervasive and examples abound throughout **our** data set, whilst humour associated with workplace creativity is less frequent and tends to characterize some communities of practice more than others. (AL4)

5. Use of Self Mentions. As shown in the graph, there seems to be a balance concerning the use of self mentions in abstracts as well as in the conclusions. Only 5 out of 18 abstracts show the writer's presence explicitly by means of the first personal pronouns in 8 occurrences and 2 instances of the possessive adjective *my*.

(5a) **I** look more closely at definitions of WEs and ELF. Then follows an overview of relevant developments in WEs and ELF research during the past 15 years, along with a more detailed discussion of some key research projects and any controversies they have aroused. **I** then address the implications of WEs/ELF research for TESOL vis-à-vis English language standards and standard English, and the longstanding native versus nonnative teacher debate. Finally, **I** assess the consensus on WEs and ELF that is emerging both among researchers and between researchers and language teaching professionals. (T4)

(5b) This article concludes with a statement of **my** own beliefs about grammar teaching, grounded in **my** own understanding of SLA. (T2)

Interactional metadiscourse devices in conclusions.

Although it is said that the abstract is a space in the RA where information is reported in rather impersonal terms, recent research has suggested that academic prose is not completely impersonal (Hyland, 2002). Instead, writers take on credibility by constructing an identity and showing confidence in their evaluations in order to engage in the disciplinary community. It seems that writers have reached a balance concerning their desire to project an authorial self and to persuade readers of the validity of their claims either in abstract or conclusion (Lorés, 2008).

1. Use of Hedges. According to the quantitative chart showed previously, hedges got the highest number of occurrences in conclusions rather than in abstracts, and hedges were the only metadiscourse device used in all the 18 conclusions analyzed with no exception. 138 instances out of the 213 were modal verbs such as: 45 *can*, 31 *may*, 19 *should*, 18 *could*, 17 *would* and 12 *might*. Interestingly enough, modals as hedges are so frequent in conclusions that 33 modals were recorded in a single sample. This view reflects the crucial importance of distinguishing fact from opinion in academic writing, leaving a space for open negotiation. It also protects the authors from unexpected changes. Note this in the following paragraph:

(1a) It has shown that generic interrelatedness **may** also vary across disciplines. Conservation Biology abstracts are more similar to research article introductions than are Wildlife Behavior abstracts to research article introductions. We **can** conclude from this that disciplinary values relating to discursive practices **may** not just be manifested in variations in discourse structure in a particular genre but **may** also be manifested in the relationship that genres have with one another within a discipline. The relationship between two genres **may** subtly change over disciplinary boundaries. The distinction between two genres **may** be more blurred in some disciplines than in others. (ESP5)

This might happen because the writers imply that a statement is based on the author's credible reasoning rather than on certain knowledge and also, as Hyland (2000:56) states, it certifies the need for the writers to evaluate their assertions in ways which recognize potential alternative voices.

2. Use of Boosters. Those devices were the least frequently used in the conclusions move if compared to the abstracts. 56 tokens were recorded and the 2 most frequent realizations were *clear/clearly* and *certain/certainly* as in the example:

(2a) It is **certainly** true that I do not believe (and do not think the research demonstrates) that there is just one preferred approach to teaching grammar. The acquisition of the grammatical system of an L2 is a complex process and almost **certainly** can be assisted best by a variety of approaches. (T2)

(2b) These small acts of elaboration thus convey **clear** disciplinary meanings where what counts as convincing argument and appropriate tone is carefully managed for a particular audience. (T2)

(2c) Such discursal conventions as preferences for particular kinds of elaboration are persuasive precisely because they are significant carriers of the epistemological understandings of community members. It is clear that writers in different disciplines represent themselves, their work and their readers in different ways, and the features

discussed in this paper support the disciplinary variations in argument reported elsewhere. (AL3)

3. Use of Attitude Markers. Since the writers need to choose selectively the words they intend to influence and persuade their readers, it is through the attitude markers that they express affectively their attitude to the propositions. It is then when they feel the ease to demonstrate surprise, agreement, frustration among other feelings and emotions. The results revealed 121 tokens in almost all the conclusions, except one in which no attitude marker was found, maybe because it was the shortest conclusion of all. On the other hand, there seemed to be a balanced use of attitude markers in most cases.

(3a) it becomes painfully obvious that the politics of accountability has infiltrated the public discourse surrounding L2 teaching, L2 learning, and the professional preparation of L2 teachers. In light of these realities, it is not surprising that L2 teachers struggle to reject a teach-for-the-test mentality, (T6)

4. Use of Engagement Markers. The most significant difference concerns the use of engagement markers since 64 instances were recorded in 16 conclusions and in one of them 7 instances were used as it is seen in the short passage below.

(4a) Considering the more significant trend-setting shifts that have marked the 1990s, **we** can claim with some justification that **we** have now reached a much higher level of awareness. **We** might even say, with a good measure of poetic license, that **we** have moved from a state of awareness toward a state of awakening. (T1)

5. Use of Self Mentions. One of the most obvious and important ways writers can represent themselves to readers, however, is to explicitly affirm their role in the discourse through first person pronouns (Hyland, 2001; Kuo, 1999, Tang and John, 1999). 40 occurrences were found in 12 conclusions and 9 instances were recorded in just one of them. See the examples:

(5a) **I** therefore suggest that the most effective way of raising students' awareness of the role that inclusive and exclusive pronouns have to play will be for the EAP teacher to design their own corpus-based classroom activities, and so **I** close by outlining a few possible activities. (AL6)

(5b) In **my** study of master's dissertations, for instance, **I** built my corpus from distnction grade dissertations, so that student writing which had been judged by subject specialists to be successful was analysed. (AL6)

However, I included here one particular example to show how engagement markers and self mentions can be used very closely but with specific different purposes. There are

moments in which *we* functions as an engagement marker that means the writer shares conclusions with members of an academic community and there are other moments that *we* features as a self mention, that is when the writer attempts to persuade the readership by revealing achieved significant results. Another interesting fact is that many writers avoid the subjectivity and assertiveness of the singular form and seek the rhetorical distance that the plural meaning allows, as a way of lessening their personal intrusion but at the same showing they are present in the text. This aspect can also be considered a cultural concern. According to some informants, in the Spanish academic environment, for instance, writers tend to agree on making use of this resource, maybe to show modesty of knowledge claims or even a way of not being imposing. The fact that the writer of a single-authored article uses *we*, instead of *I*, may suggest an intention to reduce personal attributions.

(5a) we can conclude that different patterns of what we here call ‘textual dynamics’ appear: whereas in the IMRD abstract the writer, as a ‘participant persona’ tends to hide behind real-world entities and processes, in the CARS structure, the writer chooses to present himself/herself as a visible participant in the research community.

Conclusion

Interactional resources play a crucial pragmatic function in the academic discourse since not only do they contribute to the writer’s construction of a text but they also help the writer control the level of personality in the text. Academic writing, like all forms of communication, is an act of identity: it not only conveys disciplinary ‘content’ but also carries a representation of the writer. As Hyland (2002) states, a central element of pragmatic competence is the ability of writers to construct a credible representation of themselves and their work, aligning themselves with the socially shaped identities of their communities.

The shift from the least personal point of view to the most personalized strategies used by the author (either in abstracts or conclusions) in order to assume the responsibility for the text was the main focus of this study and observations from the present study tell us interesting findings. Firstly, that the frequency of hedges is far higher in the conclusion than in the abstracts. The reason for this may be, following Hyland (1998), a certain degree of claiming protection in the event of its eventual overthrow since the linguistics field is so subjected to changes. It is so very true that this assertion can be applied to both abstracts and conclusions, with a slight difference that in conclusions there is more room to open negotiation concerning information to be presented as an opinion rather than a fact. Secondly,

it was not surprising that boosters were more frequently used in abstracts rather than in conclusions since it is acknowledged that writers express their certainty in the study that will still be presented, that is, they project a more reliable self when “advancing” research than when they state and explain that research (as they do in conclusions). A second explanation regards engagement markers. Since the functions of involving the audience rhetorically into the discourse are mainly performed by imperatives, questions, among others, they will not find space in the abstracts for such a role.

Finally, the two most unexpected findings from this paper concerned attitude markers and self mentions. It was really surprising to find that attitude markers were more frequently used in abstracts than in conclusions. Viewing written text as interaction, we can say that the communicative purpose of scholars to publish the results of their research can be revealed by the metadiscourse interactional selection in order to express the writer-reader interactions in a more judgemental stance. Considering that the conclusions are ~~rather~~ much longer than the abstracts and the space where the author explains in an evaluative way their research findings is greater, we may expect to find more frequency used elements such as: comparatives, subordinations among others, to convey agreement, relevance, reliability, etc..., than in abstracts, which have a space limitation.

Although it is said that the abstract is a space in the RA where information is reported in rather impersonal terms, it seems that at least the linguistics academic environment has been changing and reaching a balance concerning the use of self mentions in abstracts as well as in conclusions. The ways that writers represent themselves, and find themselves represented by their rhetorical choices has been extensively discussed by Ivanic (1998) and Ivanic´ and Weldon (1999), who argue that writers’ identities are constructed in the “possibilities for self-hood” available in the sociocultural contexts of writing. This study showed that self mentions represented by the pronouns *I* and *we* which help to promote authors, creating a sense of novelty and newsworthiness were used either in the abstracts as they were also used to help repeat claims and findings in the conclusions as a way to show the seriousness of the work. Also, due to the fact that all the abstractors were scholars, the *I* as the opinion-holder and the *I* as the originator were definitely used in their abstracts.

In my view, the awareness of metadiscourse resources is so important in interpreting a text and constructing an argument convincingly that it seems to be crucial to incorporate the study of metadiscourse in our teaching/learning materials as well as in our models of teaching reading and writing skills. Based on the fact that it has taken some time since the article was

written, there may be the need of revisiting the model of analysis, and a considerable opportunity for future research.

References

- ANSI (1979). *The American standard for writing abstracts*. New York: ANSI Publication.
- BHATIA, V. (2008) Genre analysis, ESP and professional practice. *English for Specific Purposes* 27: 161–174
- CEKAITE, A. (2008) Soliciting Teacher Attention in an L2 Classroom: Affect Displays Classroom Artefacts, and Embodied Action. *Applied Linguistics* 30/1: 26–48
- CELANI, M. (2008) When myth and reality meet: Reflections on ESP in Brazil. *English for Specific Purposes* 27: 412–423
- CHENG, A. (2006) Understanding learners and learning in ESP genre-based writing instruction. *English for Specific Purposes* 25: 76–89
- ELLIS, N. (2006) Language Acquisition as Rational Contingency Learning. *Applied Linguistics* 27/1: 1–24
- ELLIS, R. (2006) A Modelling Learning Difficulty and Second Language Proficiency: The Differential Contributions of Implicit and Explicit Knowledge. *Applied Linguistics* 27/3: 431–463
- ELLIS, R. (2006) Current Issues in the Teaching of Grammar: An SLA Perspective. *TESOL* 40/1: 83–107
- FERGUSON, G. (2007) “The global spread of English, scientific communication and ESP: questions of equity, access and domain loss”. *Ibérica* 13: 7–38
- HARWOOD, N. (2005) ‘We Do Not Seem to Have a Theory . . . The Theory I Present Here Attempts to Fill This Gap’: Inclusive and Exclusive Pronouns in Academic Writing. *Applied Linguistics* 26/3: 343–375
- HARWOOD, N., & HADLEY, G. (2004). “Demystifying institutional practices: critical pragmatism and the teaching of academic writing”. *English for Specific Purposes*, 23(4), 355–377
- HINKEL, E. (2006) Current Perspectives on Teaching the Four Skills. *TESOL* 40/1: 109–131
- HOLMES, J. (2007) Making Humour Work: Creativity on the Job. *Applied Linguistics* 28/4: 518–537
- HUCKIN, T. Surprise Value in Scientific Discourse. Paper presented at the CCC Convention, Atlanta, 1987.
- HYLAND, K (1998). *Hedging in Scientific Research Articles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- HYLAND, K. (2000). *Disciplinary Discourses: Social Interactions in Academic Writing*. London Longman.
- HYLAND, K. (2007) Applying a Gloss: Exemplifying and Reformulating in Academic Discourse. *Applied Linguistics* 28/2: 266–285

- HYLAND, Ken. (2002). "Authority and invisibility: authorial identity in academic writing". *Journal of Pragmatics* 34: 1091-1112
- HYLAND, Ken. 2005. *Metadiscourse: Exploring Interaction in Writing*: London, Continuum
- IVANIC, Roz. 1998. "Issues of identity in academic writing". In Ivanic, R. *Writing and Identity*. Amsterdam /Philadelphia: 75-106
- JENKINS, J. (2006) Current Perspectives on Teaching World Englishes and English as a Lingua Franca. *TESOL* 40/1: 157-181
- JOHNSON K. (2006) The Sociocultural Turn and Its Challenges for Second Language Teacher Education. *TESOL* 40/1: 235-257
- KERN, R. (2006) Perspectives on Technology in Learning and Teaching Languages. *TESOL* 40/1: 183-210
- KUMARAVADIVELU, B. (2006) TESOL Methods: Changing Tracks, Challenging Trends. *TESOL* 40/1: 59-81
- LORÉS, R. (2004) On RA abstracts: from rhetorical structure to thematic organization. *English for Specific Purposes* 23: 280–302
- LORÉS, R. (2008) "Authorial visibility in research article and research article abstracts: the intergeneric perspective". In Burgess, S. & P. Martín-Martín (eds.). *English as an Additional Language in Research Publication and Communication*. Bern: Peter Lang: 105-122
- SAMRAJ, B. (2005) An exploration of a genre set: Research article abstracts and introductions in two disciplines. *English for Specific Purposes* 24: 141–156
- SEIDLHOFER, B. (2004). Research perspectives on teaching English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics*, 24, 209–239
- SES'SK, U. (2007) English for teachers of EFL – Toward a holistic description. *English for Specific Purposes* 26: 411–425
- SWALES, J.M. & FEAK. C. (2000). *English in Today's Research World*. Ann Arbor: the University of Michigan Press.
- WEISSBERG, R., & Buker, S. *Writing Up Research: Experimental Research Report Writing*.

Um estudo contrastivo dos dispositivos do metadiscorso em resumos e conclusões em artigos de pesquisa linguística

Resumo: Este artigo é um estudo quantitativo e qualitativo com base em corpus de como escritores acadêmicos usam os recursos metadiscursivos interacionais em resumos e conclusões dos artigos de pesquisa na área da linguística. O foco principal do artigo é explorar a mudança do ponto de vista menos pessoal para as estratégias mais personalizadas usadas pelo autor, detectar a intrusão da parte dos autores em seus textos através do uso de recursos de metadiscorso interacionais e explorar até que ponto eles mostram um certo grau de responsabilidade no texto. Uma abordagem genérica contrastiva foi utilizada em um corpus de 18 periódicos da área de Linguística com base na taxonomia de metadiscorso de Hyland (2005). O corpus foi analisado manualmente porque todas as ocorrências tiveram que ser estudadas no contexto. Na seção de resultados, alguns trechos são incluídos e comentados para validar a análise. O estudo termina com comentários sobre as descobertas significativas que ilustram como os escritores usam estrategicamente os recursos de

metadiscorso interacional para transmitir o que querem dizer destacando a importância dos recursos de metadiscorso para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Análise com base em corpus; Gêneros; Resumos; Conclusões; Recursos metadiscursivos.

Humor e preconceito linguístico no ciberespaço: uma análise Sociolinguística

Rafaela Cristina Botelho OLIVEIRA¹
Carlene Ferreira Nunes SALVADOR²

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em analisar postagens que circulam na rede social *Facebook* que revelam alguma modalidade de preconceito linguístico. Neste sentido, o aporte teórico sociolinguístico utilizado baseia-se em Labov (2008), Bagno (2007; 2015) e Bortoni-Ricardo (2017), em relação ao ambiente virtual Lévy (1996; 2010), Aparici (2012), Martino (2015) e Barton e Lee (2015), além de Rojo e Moura (2012) no tratamento dos gêneros. A amostra sob análise foi coletada de postagens oriundas da rede social *Facebook*. Os resultados obtidos revelam o preconceito linguístico, sobretudo quando os usuários ferem as construções gramaticais cristalizadas pela norma culta.

Palavras-chave: Sociolinguística; Preconceito linguístico; Ciberespaço.

Considerações Iniciais

O processo de escolarização básica no Brasil coloca em evidência o ensino da modalidade escrita em relação à modalidade oral que ocorre em construções, as quais materializam o tratamento elaborado dado a essa primeira modalidade. Sendo assim, as escolas ainda focam seus planos de curso e professores ministram aulas de Língua Portuguesa com o enfoque nas concepções de “certo” e “errado” impostos pela Gramática Tradicional (GT). Para Bagno (2007, p. 64), ela “[...] merece ser estudada, como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida nem, muito menos, como instrumental adequado para o ensino”, ou seja, a GT deve ser estudada, mas não de forma única, como verdade absoluta, devem-se considerar as demais teorias linguísticas para que haja uma abrangência maior no que tange ao conhecimento linguístico.

Igualmente, é por meio desse ensino tradicional de língua, onde é muito valorizada a norma culta e pouco é abordada a questão da variação linguística existente no Português Brasileiro (PB) e quando abordadas, são vistas como “erros” gramaticais, que os estudantes aprendem a “corrigir”, e conseqüentemente começam a praticar o preconceito linguístico, muitas vezes de forma intolerante.

¹ Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Belém, Brasil. E-mail: botelho.rafaela27@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Docente Adjunta do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: carlene.salvador@ufra.edu.br.

Verifica-se em meio ao desenvolvimento da temática, a variação linguística presente na Língua Portuguesa, a qual pode ser observada em diferentes contextos das interações sociais, especificamente no âmbito do *Facebook*. Com base nas relações interpessoais desenvolvidas na rede social *Facebook*, nestes termos, é feita a análise também da forma preconceituosa, e muitas vezes intolerante, como algumas pessoas demonstram, quando se referem às variantes linguísticas observadas no PB, utilizando-se do humor, de forma intolerante ou não, e evidenciando a disseminação do preconceito linguístico no ciberespaço.

Além disso, a exposição temática corrobora na elucidação da forma sociolinguística em que as postagens do *Facebook* são utilizadas para disseminar o preconceito, o sentimento de repulsa e o ódio, com determinada intolerância, empregadas por muitos indivíduos em seus discursos escritos.

A área de estudo abordada consiste no âmbito da utilização da Língua Portuguesa, mais precisamente, no PB e sua variação no ciberespaço. Em vista disso, a aplicação do humor e do preconceito linguístico como via de escárnio para as variantes recorrentes, são publicadas, compartilhadas e comentadas no *Facebook* e disseminadas, por exemplo, por meio de capturas de tela em esfera digital.

Para efeito de sistematização, este artigo está estruturado em seções. Nas *Considerações iniciais*, foi contextualizado o campo e o objeto de pesquisa. Em seguida, na seção *Sociolinguística* abordamos a definição da área estudada, os conceitos de variação e mudança, variedade que deram suporte à análise sociolinguística do preconceito e do humor, além de uma seção acerca da *Gramática tradicional x Preconceito linguístico*, na qual foram apresentados de forma sucinta os mitos que circundam questões da língua portuguesa e suas respectivas regras gramaticais. Em seguida, há uma seção que trata a respeito da *Linguagem e letramento digital*. Posteriormente, são descritos os *procedimentos metodológicos*, seguidos da *apresentação dos resultados*.

Sociolinguística

A língua, para Bagno (2007, p. 36) é “[...] heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução”, ou seja, a língua nada mais é do que um produto em constante movimento, suscetível às alterações, podendo sofrer modificações no decorrer do tempo. Nesse âmbito, a Sociolinguística, “[...] área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos (COELHO et al, 2015, p.

12), é um campo de estudo que se ocupa de entender como forças exteriores, fatores sociais influenciam diretamente no sistema da língua.

Tendo em vista os preceitos sociolinguísticos, faz-se necessário definir *variedade*, *variação* e *mudança linguística*. De forma resumida, *variedade* refere-se à fala de uma dada comunidade, por exemplo, quanto aos critérios geográficos, pode-se isolar a *variedade dos paraenses* e a *variedade dos maranhenses*; por meio de critérios sociais, pode-se exemplificar, a *variedade dos falantes não alfabetizados e dos falantes de que possuem nível superior completo, além da variedade dos falantes pré-adolescentes e dos falantes adultos*. Ademais, podem-se destacar outros critérios, como alguma prática que consubstancia os falantes, um exemplo disso seria a variedade dos falantes que acessam a rede social *Facebook*, a qual é aplicável neste trabalho.

Por sua vez, a *variação linguística* é um “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional” (COELHO et al, 2015, p. 16), ou seja, com a mesma significação. Além disso, a variação é tratada em função dos seus níveis linguísticos, sendo eles: *fonético, fonológico, semântico-lexical, sintático e discursivo*. A *variação lexical*, por exemplo, se ocupa de verificar como palavras diferentes que definem uma mesma coisa, variam conforme cada região; vejamos os casos de variação existentes entre os regionalismos, *abóbora – jerimum, macaxeira – mandioca, coisa – trem – troço etc.*

Quanto à *variação fonológica*, esta é bastante frequente no português falado no Brasil e possui vários tipos, os quais estão destacados de forma sucinta no Quadro 1 com base em Coelho et al (2015). É com base nesses níveis que a análise deste trabalho foi realizada, portanto, vale expor os conceitos em seus pormenores.

Quadro 1 – Variação fonológica

Síncope	É a “supressão de um segmento sonoro no interior da palavra. Há uma tendência de as proparoxítonas se igualarem às paroxítonas” (COELHO, 2015, p. 26)	<u>Exemplos:</u> <i>fosfro</i> (fósforo); arve (árvore); abobra (abóbora), etc.
Monotongação	Trata-se de uma redução de um ditongo em uma vogal.	Redução de /ow/ para /o/: besôro (besouro); De /ey/ para /e/: queijo (queijo); De /ay/ para /a/: faxa (faixa), etc.

Alçamento das vogais médias pretônicas	Refere-se à elevação das vogais pretônicas por influência de uma vogal em sílaba seguinte.	“Disprezo” (desprezo); “Custura” (costura); “Bisôro” (besouro); “Insino” (ensino).
Epêntese vocálica	É a emissão de uma vogal entre consoantes.	“Adejetivo” (adjetivo); “Adivogado” ou “adevogado” (advogado); “Pineu” ou “peneu” (pneu).
Rotacismo	Trata-se da troca do [l] pela consoante [r].	“Prástico” (plástico); “Bicicreta” (bicicleta); “Probrema” (problema).

Fonte: Coelho *et al* (2015).

De acordo com Coelho *et al* (2015, p. 26), a variação morfológica ocorre quando há alteração de um morfema da palavra. Segue um exemplo: supressão do gerúndio (-ndo) – fenômeno da assimilação, onde o morfema cai, sofre redução para -no (amano – amando; dançano – dançando; quereno – querendo). Há ainda a supressão do -r (marca de infinitivo dos verbos), exemplo: querê (querer); amá (amar), etc. Por sua vez, a variação sintática ocorre na construção frasal, por exemplo, nas orações, na posição do clítico em relação ao verbo: eu vi-o na exposição / eu o vi na exposição.

Para Tarallo (2007, p. 63) “[...] nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica sempre variação. Mudança é variação!”, ou seja, a variação linguística que ocorre em uma palavra não significa alterar o sistema de escrita da língua, mas sim, alterar momentaneamente, em um contexto específico, enquanto mudar uma língua significa que ela sofreu variação no decorrer do tempo.

Portanto, observa-se que a sociolinguística, além de possibilitar a investigação dos fenômenos recorrentes na língua, permite quantificá-los para um estudo mais abrangente acerca de um dado estatístico com base em Labov (2008). Além disso, permite analisar e comparar o uso da língua materna com a gramática em uso.

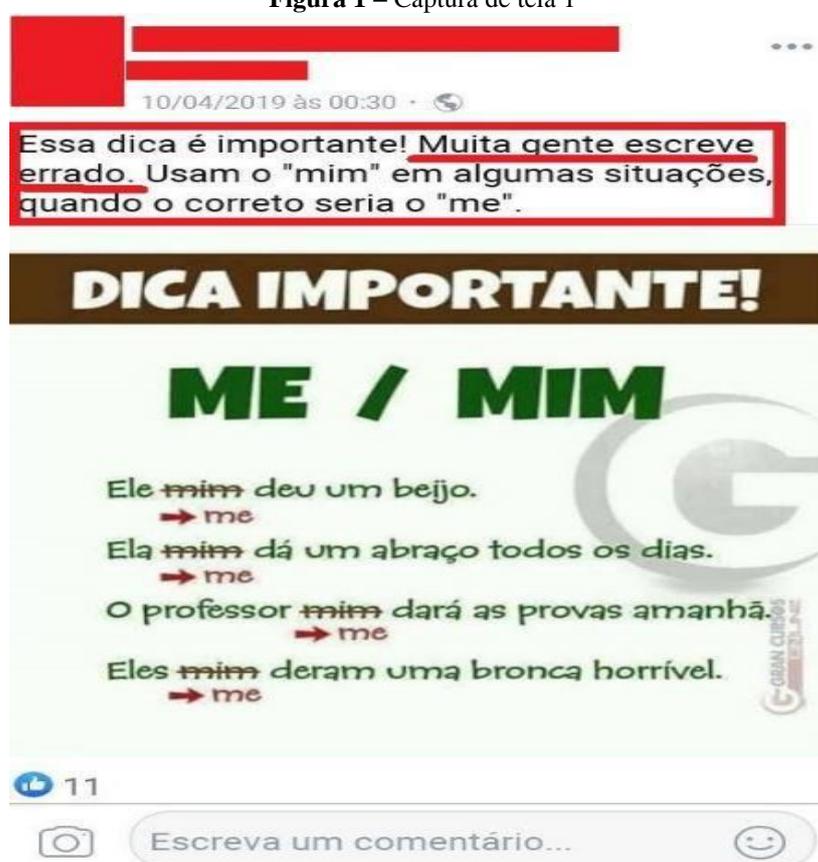
Gramática tradicional x preconceito linguístico

O ensino de Língua Portuguesa durante a Educação Básica é essencialmente voltado às questões da Gramática Tradicional (GT), doravante GT, a qual tem como interesse maior a análise gramatical, limitando-se ao estudo das frases (isoladas e descontextualizadas). Além disso, há uma supervalorização da norma-padrão e sua consequente doutrina do escrever e falar bem, preocupando-se com a língua em sua modalidade escrita, porém, é relevante

observar que não há apenas essa modalidade, vale ressaltar a existência da modalidade oral, o que a GT não mostra interesse.

No âmbito digital, a questão mencionada acima não é diferente. A doutrina do perfeccionismo linguístico ou do incômodo ortográfico, a busca por uma língua ideal no meio digital está cada vez mais frequente, principalmente, nas redes sociais, onde há uma vasta relação interpessoal, contato com pessoas diversas, de diferentes línguas, classes sociais, níveis de escolaridade, culturas e das mais variadas localidades. Pode-se verificar essa doutrina do perfeccionismo linguístico imposto pela GT na captura de tela, a seguir:

Figura 1 – Captura de tela 1



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 07 de julho de 2019.

Sabe-se que, na rede social *Facebook*, assim como nas demais plataformas digitais, a linguagem usual é a informal, devido, principalmente, à facilidade e rapidez durante a comunicação. Tendo em vista o meio em que circula, essa modalidade é intitulada *internetês*. Entretanto, pode-se observar que alguns usuários da língua ainda buscam por um modelo de escrita “perfeito” aos parâmetros da GT, ainda que elas mesmas não disponham de uma “língua ideal” como exigem, e são esses usuários que, ao se depararem com a variação,

favorecem o preconceito linguístico – em alguns casos, chegando à intolerância. De acordo com Bagno (2007), esse tipo de preconceito:

É aquele gerado pelas diferenças linguísticas existentes dentro de um mesmo idioma. De tal maneira, está associado às diferenças regionais desde dialetos, regionalismos, gírias e sotaques, os quais são desenvolvidos ao longo do tempo e que envolvem os aspectos históricos, sociais e culturais de determinado grupo. O preconceito linguístico é um dos tipos de preconceito mais empregados na atualidade e pode ser um importante propulsor da exclusão social (BAGNO, 2007, p. 12).

Neste sentido, a concepção expressa pelo autor retrata parte da noção intuitiva popular que o usuário tem em relação à sua própria língua. Essa mesma noção possibilita a qualquer falante eleger as formas de prestígio, ou seja, aquelas aceitas e postas em evidência, principalmente no registro escrito, e as formas estigmatizadas, aquelas que refletem as características menos valorizadas dentro do sistema da língua.

Em relação ao ensino formal, as escolas têm o papel fundamental de ensinar a ler e escrever, e conseqüentemente, acabam por repassar os mais variados mitos acerca da língua, proporcionando uma escolarização que favorece o fortalecimento do preconceito linguístico (BAGNO, 2007, p. 19), o qual torna a aprendizagem um problema, sem visão crítica acerca da linguagem oral e escrita e suas possíveis variações, haja vista que a GT se baseia na visão do *certo* e *errado*, impondo, de forma doutrinária, regras gramaticais para uma língua padrão, ideal, perfeita, assemelhando-se às escrituras de grandes poetas, como Camões.

Nesse contexto, a tarefa da educação linguística contemporânea é com afirma Bagno (2015) “[...] permitir, incentivar e desenvolver o letramento dos alunos”, ou seja, inseri-los em uma cultura letrada, mas, para isso, devem-se descartar as atividades de análises gramaticais descontextualizadas. Ler e escrever, apenas isso deve ser feito. Os professores devem utilizar os mais variados textos, de todos os tipos e gêneros.

Linguagem virtual x Letramento

Segundo Martino (2015), o termo “virtual” muitas vezes é empregado como tudo aquilo que é contrário ao real, porém, para Lévy (1996), o “virtual” é parte integrante do real, não se opõe. Para o filósofo francês, o virtual trata-se do que está acontecendo no momento, é tudo aquilo que é atual. Para ele, o mundo virtual pode se opor ao mundo físico, porém, não ao mundo real, haja vista que o “[...] mundo virtual existe enquanto possibilidade, e se torna visível quando acessado, o que não significa que ele não seja real.” (MARTINO, 2015, p. 31).

Nesse espaço entrelaçado entre o real e o virtual, denominado como ciberespaço, termo usado pela primeira vez no livro de William Gibson, intitulado *Neuromancer*, lançado em 1984, têm-se as relações marginais que propiciam além da rápida conexão, também o preconceito em suas diversas faces. A esse respeito, Martino (2015) afirma que:

[...] é a interconexão digital entre computadores ligados em rede. É um espaço que existe os computadores, quando há uma conexão entre eles que permite aos usuários trocarem dados. É criado a partir de vínculos, e não se confunde com a estrutura física – os cabos, as máquinas, os dispositivos sem fio – que permite essa conexão (MARTINO, 2015, p. 29).

Desse modo, o termo ciberespaço refere-se a uma conexão de redes que interligam as pessoas de forma que as mantêm conectadas umas às outras por meio da internet, isto é, todas as pessoas com acesso à internet fazem parte do ciberespaço, quando há “[...] troca de informações, compartilha dados, publica alguma informação” (MARTINO, 2015, p. 29). O ato de compartilhar ocorre, então, no ciberespaço e possibilita que os indivíduos construam suas identidades virtuais nas grandes redes sociais. Para Martino (2015, p. 55), as redes sociais “podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes.”

No que tange à expressão *redes sociais*, ela foi criada pelas Ciências Sociais para explicar relações interpessoais, por esse motivo, deve-se especificar o tipo de rede social abordada. As redes sociais aqui abordadas são as *online*, conectadas ou digitais, mais especificamente, o *Facebook*.

Nesse âmbito, o *Facebook* teve seu lançamento em 2004 nos Estados Unidos e inicialmente sua proposta era apenas um sítio para ser utilizado entre os universitários de Harvard com o intuito de facilitar a comunicação entre eles, porém, espalhou-se de forma acelerada pelo mundo inteiro. Ao longo dos anos, suas funcionalidades e o seu *layout* foram sofrendo modificações, entretanto, ainda possui o recurso de escrita disponível: *atualizações de status*, o qual, a cada atualização ao longo dos anos, está sendo cada vez mais aperfeiçoado, tendo a opção de compartilhar fotos, vídeos etc. Além disso, ainda há o recurso de comentários, o que, segundo Barton e Lee (2015, p. 59) “age como um *site* para mini fóruns de discussão”, ou seja, o *Facebook* é uma rede social que possui uma plataforma excelente para as interações sociais comunicativas, podendo, também, servir como fonte de investigação linguística devido aos seus mais variados discursos escritos e em mídia de áudio ou vídeo que são compartilhados a todo momento.

Tendo em vista que o uso do ciberespaço tem trazido grandes modificações nos comportamentos e interesses das pessoas, especificamente nos mais jovens, a educação vem trabalhando para que torne esse contato entre pessoas e as redes algo voltado ao ensino de forma eficaz, utilizando-se de meios bastante frequentes na vida delas, para isso, o Letramento vem de forma inovadora e transformadora no âmbito educacional, no entanto, essa questão será abordada no subtópico a seguir.

Letramento digital

Antigamente, as práticas de letramento nas escolas restringiam-se aos exercícios de escrita e leitura, cuja tecnologia para o ensino de língua era apenas a linguagem escrita. Entretanto, sabe-se que a sociedade está em constante modificação, inclusive com a nova era tecnológica, onde “[...] os textos combinam imagens estáticas (e em movimento), com áudio, cores, *links*, seja nos ambientes digitais ou na mídia impressa” (ROJO; MOURA, 2012, p. 75).

Assim como em várias tecnologias da informação e comunicação (TIC) existentes, o *Facebook* é um meio de veiculação da linguagem, haja vista que o diálogo entre as mais diferentes pessoas possibilita uma melhor consciência linguística e tolerância quanto às variedades linguísticas (BARTON; LEE, 2015, p. 34), rede social esta que serve como fonte de pesquisas, investigações, além de novas práticas metodológicas para um ensino de língua materna.

Ao direcionar o foco para essa grande rede, quando se trata de relacionamento interpessoal, percebem-se os comportamentos e as práticas sociais referentes à escrita e à leitura, para tanto, a autora Aparici (2012) afirma que:

O desenvolvimento das tecnologias digitais está provocando mudanças em todos os setores da sociedade, transformando as expectativas sobre como os indivíduos devem agir num mundo cada dia mais caracterizado pelas conexões e redes de comunicação (APARICI, 2012, p. 147).

Tendo por base as palavras da autora, devido ao vasto desenvolvimento no âmbito virtual, o comportamento das pessoas está sofrendo modificações, além dos mais variados setores da sociedade, por esse motivo, vale destacar neste trabalho, o setor educacional, cujo espaço está exigindo cada vez mais a adaptação ao mundo tecnológico.

Entretanto, para que essa adaptação seja possível, por exemplo, na questão do ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente, no que tange ao letramento, deve-se analisar com cautela e verificar de que forma será realizada essa conexão entre ensino e mundo digital.

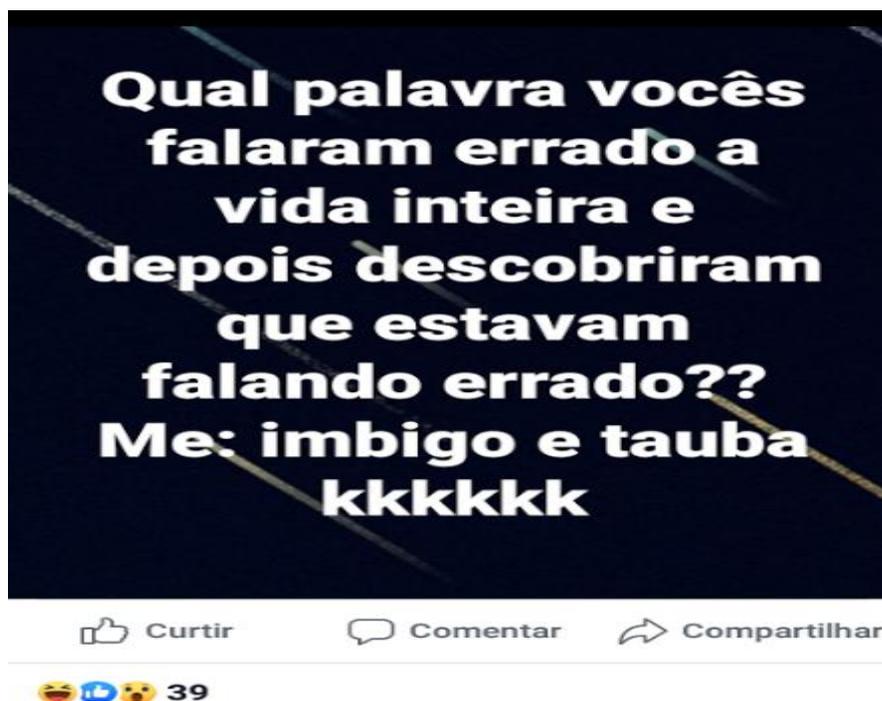
No que tange ao processo de alfabetização virtual, os autores Colo e Pardo (2007, apud APARICI, 2012, p. 155) afirmam que “[...] não repercute numa maior igualdade social, nem numa distribuição mais justa dos lucros e dos bens, mas potencializa a desigualdade, excluindo ainda mais os já excluídos da geração anterior”. Percebe-se que os autores não veem como uma boa ideia a adaptação da alfabetização no âmbito virtual, haja vista que alfabetizar uma pessoa com mais idade já é um processo complexo, então, será ainda mais dificultoso no letramento digital, haja vista que nem todos possuem acesso à internet devido a diversos fatores como: baixas condições financeiras para adquirir um aparelho com acesso (computador, notebook, tablet e até mesmo um simples celular) e instalação de internet, além da moradia em localidades distantes das cidades, o que dificulta a chegada de internet. Portanto, aumentando o nível de desigualdade e exclusão, haja vista que não são todos que possuem esse acesso e facilidade de “navegar” no espaço digital.

Procedimentos metodológicos

Para constituir a amostra sob análise, realizou-se, inicialmente, a pesquisa do tipo bibliográfica, a qual faz parte da pesquisa descritiva de acordo com Cervo (2007), além de compor, segundo Lakatos (1992, p. 44), o “[...] primeiro passo de toda pesquisa científica”, no sentido de que ela possibilita ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca da temática da investigação e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando teoricamente o material a ser analisado.

Para que se conseguisse atender ao critério da sistematicidade, a amostra coletada foi constituída a partir de 60 capturas de tela de postagens e comentários extraídos da rede social *Facebook*. A Figura 2 ilustra um desses casos.

Figura 2 - Captura de tela 2



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 13 de junho de 2019.

O exemplo exposto na Figura 2 ilustra a noção que a Gramática Tradicional impõe aos falantes ao longo de suas vidas, principalmente na vida escolar, a qual se expande para outras esferas de seu convívio social e mostra como a norma padrão influencia no modo como esse falante recebe e percebe a própria língua: a noção de *certo* e *errado*.

No exemplo em tela, observa a variação em nível fonético manifesta em dois itens lexicais: imbigo > umbigo e tauba > tábuca. A primeira delas evidencia o fenômeno da troca entre duas vogais altas que se alternam. Na segunda ocorrência, tem-se a transposição de um segmento fonético no interior de uma palavra. Ambas são vistas pelo usuário responsável pela postagem como “errôneas e incômodas”, segundo suas concepções baseadas em regras gramaticais.

Assim como disposto acima, foram coletadas 60 amostras de postagens e comentários que continham em suas mensagens alguma forma de preconceito linguístico. Esse processo de seleção e coleta ocorreu entre os meses de março e setembro de 2019. Após a coleta, o *corpus* foi organizado de maneira que a identidade do autor de cada postagem e seus respectivos comentários fosse preservada, atendendo ao elemento salientado por Tarallo (2007), quanto ao uso de pessoas e imagens, mesmo que se trate de páginas abertas ao público.

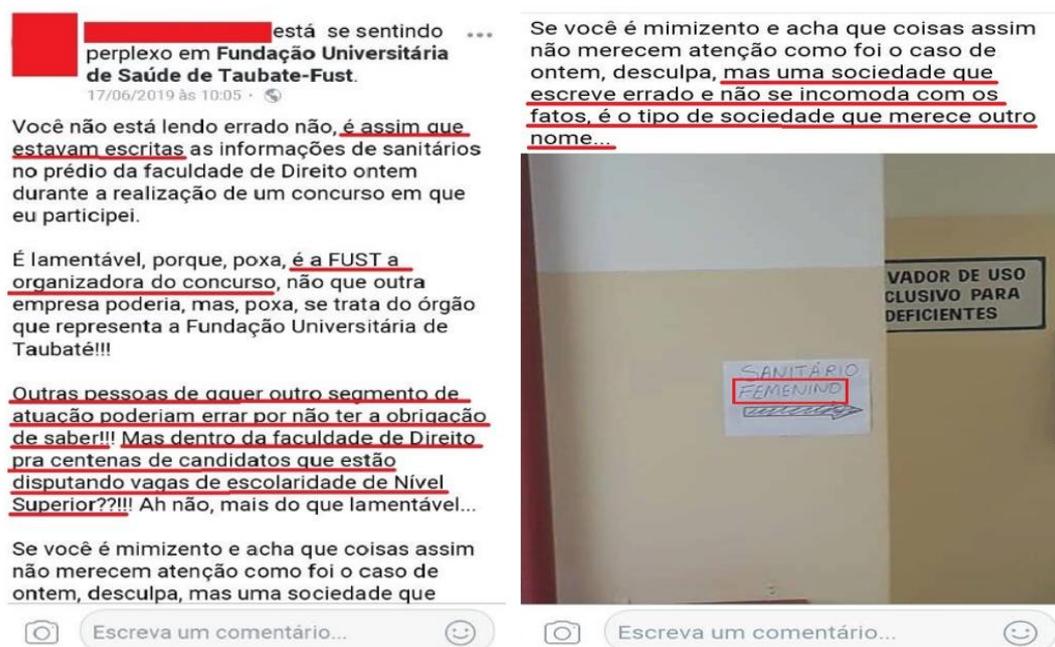
Ademais, para a especificação e análise do tom humorístico recorrentes nas postagens e comentários em análise, foi utilizado como embasamento teórico, o autor Sírío Possenti (2008), o qual afirma que:

As piadas são interessantes para os estudiosos porque praticamente só há piadas sobre temas que são socialmente controversos, ou seja, eles teriam um *corpus* suficiente, sendo excelente para que pudessem estudar as diversas manifestações ideológicas e culturais. O referido autor atribui as piadas em temas totalmente opostos (ex.: política, sexo, racismo, canibalismo, sofrimentos, deficiências físicas, e, inclusive, questões acerca das próprias línguas, dentre outros), que causam riso, à uma “espécie de sintoma.” (POSSENTI, 2008, p. 25).

Como afirma o autor, o disseminador da piada geralmente se utiliza de temas polêmicos e delicados de se abordar, haja vista que são estes que chamam e prendem a atenção de sua plateia.

Em vista disso, pode-se observar que a *Internet* é um dos grandes agentes potencializadores do surgimento do preconceito linguístico. Porém, segundo Barton e Lee (2015), as pessoas podem ser mais reflexivas e conscientes quanto à linguagem. Além disso, o contato participativo e dialógico, a interação virtual entre as pessoas dá suporte para a ludicidade e criatividade, permitindo a criação e a inovação das postagens, comentários e seus consequentes humores que, especialmente, por meio do mecanismo da variação linguística, contribuem para o arcabouço do preconceito linguístico, e muitas vezes, da intolerância linguística. Um exemplo dessa intolerância está ilustrado na sequência de postagens que compõem a Figura 3.

Figura 3 – Captura de tela 3: Intolerância



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 10 de maio de 2019.

Na Figura 3, pode-se observar o usuário responsável pela postagem problematizando, de forma intolerante, seu incômodo referente ao que está escrito na placa: Sanitário *femenino* de acordo com a norma-padrão, a palavra é grafada *feminina*, porém, do ponto de vista sociolinguístico, trata-se de um exemplo de variação a qual ocorre devido ao alçamento da vogal média pretônica. Além disso, observa-se na imagem que o usuário justifica sua indignação com o argumento de que o “erro” ocorreu durante a realização de um concurso de nível superior e dentro da faculdade de Direito.

Esse processo de seleção das postagens e posterior verificação do fenômeno variável foi repetido até que se chegasse ao total de 60 exemplos, de modo que a amostra estivesse de acordo com a orientação de Tarallo (2007) quanto aos dados sociolinguísticos de representatividade igual ou superior a 48 ocorrências.

Apresentação dos resultados

A análise proposta para este estudo está pautada na maneira como os desvios da norma padrão são julgados no espaço virtual, especificamente na rede social *Facebook*, causando preconceito linguístico. A comprovação de parte do caráter preconceituoso das postagens coletadas ocorre por meio dos comentários emitidos a partir de uma postagem inicial.

Internautas interagem, trocam experiências, como salienta Lévy (2010), e protegidos por seus perfis emitem comentários que colocam em evidência a noção de erro que é repassada pelos anos de escolarização no ensino básico (BAGNO, 2015).

Após o processo de seleção, chegou-se ao total de 60 capturas de telas coletadas, tal qual o exemplo ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Capturas de tela do *corpus*



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 25 de junho de 2019.

A Figura 4 mostra a ocorrência de variação linguística e o preconceito linguístico gerado a partir da postagem em evidência. A análise da postagem, mostra que em relação à grafia do termo *ÇOCORRO*, a palavra utilizada pelo usuário que compartilhou a postagem, como forma de satirizar a notícia *SOCORRO – Assassinos do português atacam novamente*, com determinada carga de humor (POSSENTI, 1998), assim como a noção de preconceito linguístico (BAGNO, 2007). Além disso, vale especificar o tipo de variação ocorrente no vocábulo *ÇOCORRO*: trata-se de variação fonológica, em que se observa a troca do <s> por <ç> na palavra: *ÇOCORRO*. O mesmo ocorre na Figura 5, em que a fachada de um estabelecimento exibe a palavra *ESPASSO*, de beleza: o mesmo fenômeno, entretanto, aqui, a troca é do <ç> para o <ss>.

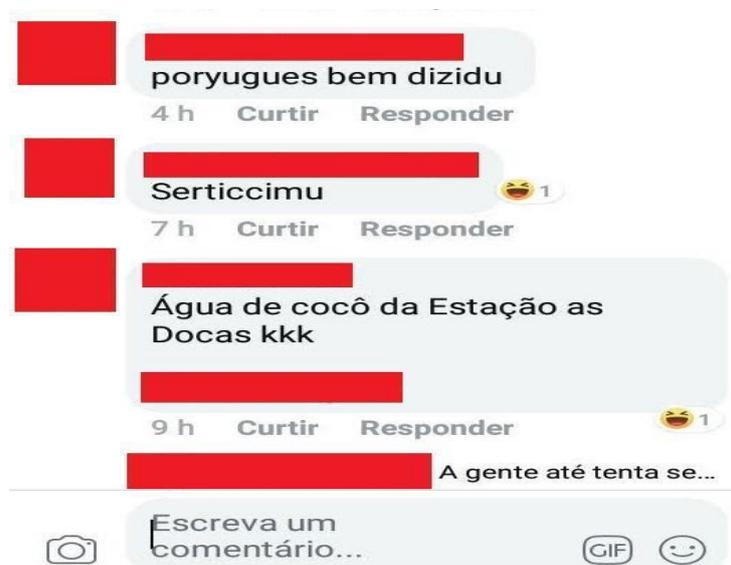
Figura 5 – Captura de tela: *Espasso*



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 25 de junho de 2019.

O comentário na Figura 5 traz a exemplificação do humor abordado neste trabalho como forma de ironizar a variação linguística considerada como “erro” gramatical pelos internautas que têm o padrão da GT em evidência. Mais um exemplo de preconceito expresso na rede social *Facebook* está ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Captura de tela: *dizidu*



Fonte: Extraído do *Facebook*. Acesso em 22 de maio de 2019.

Percebe-se que na Figura 6 há 3 (três) comentários de usuários da grande rede, são eles: *português bem dizido*, expondo, de forma irônica, que o português utilizado pela pessoa responsável pela postagem é um português mal-dito/mal falado, com estruturação da frase negativa *aos olhos da gramática normativa*, fazendo referência ao ditado popular muito utilizado: “Português bem dizido ninguém correge (...)”. Além do comentário *Serticimu*, no lugar de certíssimo.

Como salienta Lévy (1996) o processo de interação amparado pelas redes sociais, possibilita a ocorrência de situações que podem ser consideradas simples humor, mas que em alguns casos, podem refletir o preconceito linguístico. O usuário da grande rede ao mesmo tempo que tem facilidade de acesso, o que muitas vezes acontece por meio de aparelho celular, também fica exposto a comentários maldosos e discriminatórios, como ocorre com indivíduos não letrados digitalmente (ROJO; MOURA, 2012).

Para além das postagens lúdicas e engraçadas de muitos internautas, os dados apresentados revelam o manejo do falante com a língua que lhe serve de conexão com o mundo exterior e parte do fracasso escolar brasileiro. Pessoas que usam a grande rede no intuito de interagir com outras pessoas e que são excluídas por conta de um baixo nível instrucional evidenciado pelo pouco domínio da modalidade escrita da língua. Neste caso, o processo de letramento extrapola os muros das escolas e mostra como a norma padrão regula as atividades relacionadas às produções linguísticas.

O humor, como nos casos visto aqui, ao mesmo tempo em que ampara momentos de distração, serve também de *pano de fundo* para a disseminação de ideias conservadoras em relação à língua materna. O juízo de valor negativo emitido por aqueles que se encontram em ambientes virtuais passa a ser velarizado. Porém, ao se considerar a língua como um organismo dinâmico, passível de variação, sem desvalorizar a condição da norma culta, torna-se possível amenizar as relações conflituosas originárias da grande rede.

Considerações finais

A proposta deste artigo, pautada nos princípios sociolinguísticos, consistiu basicamente em avaliar a noção de preconceito linguístico presente nas postagens e comentários da rede social *Facebook*. A amostra recolhida e a análise realizada, comprovam a hipótese de que além do humor provocado por tais mensagens, ocorre paralelamente a esse processo, a difusão do preconceito, que por sua vez causa constrangimentos para quem emite a mensagem e possibilita, em última instância, verificar como os sujeitos, amparados pelo

suporte virtual, podem se esconder ou se mostrar frente a ideia de que a língua deve apresentar um parâmetro formal.

Durante o processo de recolha de dados, percebeu-se que além das postagens originais, o que valida a noção de preconceito linguístico existente são os próprios comentários de outros internautas. As capturas de tela dessas ocorrências mostram casos de variação fonológica, morfológica e sintática. A pesquisa que se propôs exploratória, portanto, não exaustiva, alcançou o objetivo de constituir o *corpus* passível de análise.

Em suma, é importante salientar que a Língua Portuguesa apresenta variedades dialetais, as quais a partir de suas manifestações possibilitam emergir, dentre outros fatores, o *preconceito linguístico*, oriundo na maioria das vezes de usuários cuja percepção de língua ainda está atrelada a fatores normativos e práticas de ensino tradicionais. Portanto, o preconceito linguístico pode acontecer até mesmo por meio de uma postagem desprezível, no entanto, a discussão acerca da variação linguística pode começar dentro da escola, pois como visto, essa discussão extrapola a sala de aula.

REFERÊNCIAS

- APARICI, Roberto. *Conectados no ciberespaço*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BARTON, David; LEE, Carmem. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Tradução Milton Camargo Mota - 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- COELHO, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOLLICA, Maria C.; BRAGA, Maria L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

Humor and linguistic prejudice in cyberspace: a Sociolinguistic analysis

Abstract: The purpose of this article is to analyze posts that circulate on the Facebook social network that reveal some form of linguistic prejudice. In this sense, the socio-linguistic theoretical support used is based on Labov (2008), Bagno (2007; 2015) and Bortoni-Ricardo (2017), in relation to the virtual environment Lévy (1996; 2010), Aparici (2012), Martino (2015) and Barton and Lee (2015), in addition to Rojo and Moura (2012) in the treatment of genres. The sample under analysis was collected from posts coming from the social network Facebook. The results obtained reveal the linguistic preconception towards grammatical constructions crystallized by the grammatical norm.

Keywords: Sociolinguistics; Linguistic prejudice; Cyberspace; Facebook.